

**Relatório de Atividade Profissional
(ao abrigo da recomendação CRUP)**

Ana Rita Pinto Marina

**Relatório de Atividade Profissional
de Mestrado em Gestão do Território,
Área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território**

Julho, 2014

Relatório de Atividade Profissional ao abrigo da Recomendação do CRUP
apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Gestão do Território, área de especialização em Planeamento e
Ordenamento do Território realizado sob orientação científica da Professora Doutora
Margarida Pereira.

AGRADECIMENTOS

Na elaboração deste Relatório de Atividade Profissional, sobressai, ainda que possa não estar sempre assinalada, a importância do trabalho em equipa, de modo que os meus agradecimentos vão, em primeiro Lugar, para os colegas que me ensinaram a valorizar e a desfrutar do prazer de trabalhar em equipa.

Tive a sorte de fazer os meus trabalhos de licenciatura e mestrado, com duas excelentes colegas geógrafas, Susete Ferreira e Rosa Branco, amigas que ficaram até à data. Do mesmo modo, as minhas primeiras colegas de trabalho, no Instituto de Dinâmica do Espaço, Sandra Di Biaggio e Ana Rita Rosado, ensinaram-me como é fácil ser simultaneamente boa profissional e boa companheira.

No mundo empresarial, agradeço a toda a equipa com quem tive prazer de trabalhar, desde as melhores estagiárias que já conheci até ao diretor de unidade, cheio de dinamismo, simplicidade e vontade de inovar. Devo, porém, um agradecimento especial à minha diretora e colega Romana Rocha, que veio apaziguar o choque inicial da entrada no mundo da consultoria e que me iniciou e me ensinou tanto na área do Ordenamento do Território.

De um modo geral, agradeço à DHV,S.A., pelas pessoas que empregou, pelos projetos em que me envolveu, pela experiência internacional que me concedeu, pela empresa que foi... e da qual guardo saudades.

No regresso à Universidade, agradeço à Professora Doutora Margarida Pereira que acolheu com entusiasmo e total empenho a minha decisão de retomar o mestrado e a opção pelo Relatório de Atividade Profissional.

Por fim, agradeço aos meus pais, irmã e companheiro que me apoiaram e me concederam o tempo necessário para desenvolver este Relatório de Atividade Profissional, cuidando do principal projeto da minha vida, a minha filha.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

(ao abrigo da recomendação CRUP)

Ana Rita Pinto Marina

[RESUMO]

PALAVRAS-CHAVE: Ordenamento do Território, Socioeconomia, Avaliação Ambiental Estratégica, Estudos de Impacte Ambiental, Consultoria.

O Relatório de Atividade Profissional é a descrição pormenorizada da atividade profissional desenvolvida na área de consultoria em Ordenamento do Território, procurando colocar em evidência a sua relação com as competências e objetivos da área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território do Mestrado em Gestão do Território, e refletindo sobre o processo de aprendizagem em meio profissional.

O Relatório de Atividade Profissional é organizado de acordo com os principais tipos de projetos desenvolvidos em consultoria – Planos Diretores Municipais e Outros Planos de Ordenamento, Avaliações Ambientais Estratégicas, Estudos de Impacte Ambiental, Planos de Recursos Hídricos, Estudos Estratégicos e Outros Estudos – e, nesse âmbito, são especificadas as funções, tarefas, metodologias e desafios específicos associados a cada tipo de projeto.

Neste Relatório evidencia-se a participação, desde 2004, em planos diretores municipais e outros planos de ordenamento, que constituem o ponto fulcral na aprendizagem em meio profissional, dada a sua extensão temporal, diversidade territorial, multiplicidade de atores envolvidos e abrangência temática.

No âmbito da mesma tipologia de projeto, designadamente nos planos diretores municipais e outros planos de ordenamento, as funções e tarefas desempenhadas ao longo do tempo são efetivamente distintas, tendendo para uma participação mais transversal e complexa nos últimos projetos desenvolvidos, em que continuando a elaborar os estudos na área da socioeconomia, se verificou também a participação em temáticas distintas e o apoio à coordenação.

PROFESSIONAL ACTIVITY REPORT
(under the recommendation of the CRUP)

Ana Rita Pinto Marina

[ABSTRACT]

Keywords: Spatial Planning, Socioeconomics, Strategic Environmental Assessment, Environmental Impact Studies, Consultancy.

This Professional Activity Report is a detailed description of a consultancy career in the Spatial Planning field, seeking to highlight its relation to skills and objectives in the area of specialization of Planning and Spatial Planning of the Master in Management Planning and, simultaneously, reflecting on the learning process in a professional environment.

The Professional Activity Report is organized according to the major types of projects developed in Consultancy - Municipal Master Plans and Other Types of Plans, Strategic Environmental Assessments, Environmental Impact Studies, Water Resource Plans, Strategic Studies and Other Studies - detailing functions, tasks, methodologies and specific challenges associated with each type of project.

This report highlights the participation in planning projects, since 2004, especially Municipal Master Plans, which are fundamental in the consultancy experience, due to its elaboration time, spatial diversity, multiplicity of agents' involved and thematic range.

Under the same type of project, namely in spatial planning, functions and tasks performed are in fact different over the time, gradually tending towards a more complex and complete participation, including the socioeconomics studies, but also a participation in the elaboration of other subjects and the coordination support role.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Sinopse Curricular.....	3
3. Objeto e Objetivos do RAP	5
4. Projetos em Contexto Profissional	8
4.1. Cronologia Geral dos Projetos.....	8
4.2. Tipologia de Projetos.....	11
5. Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento	15
5.1. Nota Prévia	15
5.2. Apoio à Coordenação	19
5.3. Elaboração dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico nas Áreas da Socioeconomia, Equipamentos Coletivos e Crescimento Urbano	19
5.4. Contribuição na Elaboração das Propostas de Plano e Regulamentação	31
5.5. Acompanhamento da Discussão Pública e Participação Pública	38
6. Avaliação Ambiental Estratégica	42
6.1. Nota Prévia	42
6.2. Apoio à Coordenação	47
6.3. Elaboração das Propostas de Definição de Âmbito.....	48
6.4. Desenvolvimento das Avaliações Relativas a Temáticas Relacionadas com População, Crescimento Urbano e Socioeconomia e Proposta de Medidas.....	54
6.5. Elaboração de Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental	57
7. Avaliação de Impacte Ambiental	59
7.1. Nota Prévia	59
7.2. Descritor Socioeconomia e/ou Ordenamento do Território.....	60
8. Planos de Recursos Hídricos	69
8.1. Nota Prévia	69
8.2. Elaboração dos Temas Referentes à Socioeconomia	71
8.3. Análise da Importância Socioeconómica das Utilizações da Água	74
8.4. Cenarização	75
9. Estudos Estratégicos e Outros Estudos	77
10. Desenvolvimento de Propostas.....	78
11. Conclusão	79
Bibliografia	84
Relatórios e Planos.....	85
Fichas de Projetos	88

Legislação	90
Outras Fontes	92

ANEXOS

Anexo I – Fichas de Projetos

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cronologia da experiência profissional	4
Figura 2 - Cronologia geral dos projetos	9
Figura 3 - Principais Tipos de Projetos	12
Figura 4 - Funções e tarefas associadas aos principais tipos de projetos	14
Figura 5 – Exemplos de indicadores trabalhados na análise socioeconómica na Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal	22
Figura 6 – Localização e áreas de influência dos equipamentos de apoio aos idosos (Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Loulé)	25
Figura 7 – Exemplo de ficha de diagnóstico – Equipamentos (Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Loulé)	27
Figura 8 – Extrato do Modelo de Ordenamento (Elementos estruturantes do território) para a Revisão do PDM de Aljustrel	30
Figura 9 – Planta de Ordenamento do PDM de Aljustrel e extrato da legenda (sem escala).....	34
Figura 10 – Extrato da legenda da Planta de Condicionantes da Revisão do PDM de Aljustrel .	36
Figura 11 - Quadro de apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.....	41
Figura 12 - Relação do Faseamento/Metodologia adotados com o Faseamento/Metodologia propostos nos Guias da AAE	47
Figura 13 - Seleção dos Fatores Críticos para a Decisão	49
Figura 14 - População residente nos lugares censitários na envolvente imediata do NAL	62
Figura 15 - Intenções e Compromissos na área de estudo do NAL, por tipologia	66

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Competências e Objetivos educativos da área de especialização - Planeamento e Ordenamento do Território	6
Quadro 2 – Participação em projetos de “Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento”	16
Quadro 3 - Organização da Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal.....	20
Quadro 4 – Estratégia da Revisão do PDM de Aljustrel - Linhas de Orientação Estratégica, Objetivos Específicos e Sectores Emergentes.....	28

Quadro 5 – Relação das classes e categorias definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio com as propostas de Revisão dos PDM de Lagoa e Aljustrel	32
Quadro 6 – Participação em projetos de “Avaliação Ambiental Estratégica”	45
Quadro 7 – Índice de Relatório de Definição de Âmbito – modelo	48
Quadro 8 - Questões Estratégicas – exemplos.....	50
Quadro 9 - Planos e programas que compõem o Quadro de Referência Estratégico – exemplos	51
Quadro 10 – Verificação da interferência/contributo das Questões Estratégicas para a concretização do QRE.....	53
Quadro 11 – Proposta de Avaliação dos FCD	53
Quadro 12 - Proposta de FCD – exemplos	54
Quadro 13 – Índice de Relatório Ambiental – modelo	55
Quadro 14 – Matriz para a Caracterização da situação atual, evolução na ausência de plano e problemas ambientais.....	56
Quadro 15 – Matriz para a identificação dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano.....	56
Quadro 16 – Estrutura proposta para RNT	57
Quadro 17 – Participação em projetos de “Avaliação de Impacte Ambiental”	60
Quadro 18 – Quadro normativo e estratégico do EIA NAL (extrato parcial do quadro original) 64	
Quadro 19 – Ordenamento previsto para a área de implantação do NAL e envolvente imediata	65
Quadro 20 - Critérios utilizados na definição da escala de significância para o Uso do Solo no EIA NAL	67
Quadro 21 - Matriz síntese de impactes do descritor Uso do Solo, Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado (extrato)	68
Quadro 22 – Participação em projetos de “Planos de Recursos Hídricos”	70
Quadro 23 – Quadro-síntese das Características setoriais e territoriais das atividades económicas – PGRH do Tejo (ano de referência: 2008).....	73
Quadro 24 – Quadro-síntese da análise da importância socioeconómica das utilizações da água – PGRH do Tejo (ano de referência: 2008).....	75
Quadro 25 – Participação em projetos de “Estudos Estratégicos e Outros Estudos”	77

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
- ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua
- AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- APL – Administração do Porto de Lisboa
- BAU - Business as usual
- BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação
- CA – Comissão de Acompanhamento
- CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- DGADR – Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional
- DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- DRAP – Direcção Regional da Agricultura e Pescas
- EIA – Estudo de Impacte Ambiental
- ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
- ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
- FA – Fatores Ambientais
- FCD – Fatores Críticos para a Decisão
- FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
- ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
- INAG – Instituto da Água
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- LOE – Linha de Orientação Estratégica

- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
- NAL – Novo Aeroporto de Lisboa
- PBH – Plano de Bacia Hidrográfica
- PDM – Plano Diretor Municipal
- PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
- PGRH – Plano de Gestão de Região Hidrográfica
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNA – Plano Nacional da Água
- PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
- PNR – Parque Natural Regional
- POA – Plano de Ordenamento de Albufeira
- POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
- PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
- QE – Questões Estratégicas
- QRE – Quadro de Referência Estratégica
- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- RAP – Relatório de Atividade Profissional
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- RNT – Resumo Não Técnico
- SIG – Sistemas de Informação Geográfica
- UNL – Universidade Nova de Lisboa
- VAB – Valor Acrescentado Bruto

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividade Profissional (RAP) constitui a Componente Não Letiva da mestranda Ana Rita Marina no Mestrado em Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.

Este RAP é enquadrado pelo Despacho N.º 10/2011 que procede à adoção pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da recomendação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) relativa à aquisição do grau de mestre pelos licenciados pré-Bolonha, particularmente pelo ponto 2, que dispõe que *“Os licenciados pré-Bolonha que pretendam obter o grau de Mestre num curso de 2.º ciclo que se situe na mesma área científica da sua formação de licenciatura e que, para além disso possuam mais de cinco anos de experiência profissional relevante, podem requerer avaliação da possibilidade de creditação automática na componente letiva do respetivo mestrado. Na componente não letiva poderão optar entre fazer um relatório detalhado sobre a sua atividade profissional (objeto de prova pública que incluirá a discussão das experiências e competências adquiridas) ou fazer a dissertação (...).”*

Face à especialização pretendida e à experiência profissional da mestranda, a orientação científica do RAP foi assumida pela Professora Doutora Margarida Pereira.

O presente RAP encontra-se organizado nos seguintes capítulos, além da presente Introdução:

- Sinopse curricular – onde se descreve sinteticamente o percurso académico e profissional.
- Objeto e Objetivos do RAP – onde se expõe o objeto e objetivos do RAP, e se procede à demonstração do cumprimento dos objetivos da área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.
- Projetos em contexto profissional – onde é estabelecida a cronologia geral da participação em projetos nos últimos 10 anos e identificadas as principais tipologias de projeto, sendo nos capítulos seguintes efetuada a descrição detalhada da participação em cada tipo de projeto. As fichas descritivas de cada projeto são apresentadas em Anexo.

- Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento
- Avaliação Ambiental Estratégica
- Avaliação de Impacte Ambiental
- Planos de Recursos Hídricos
- Estudos Estratégicos e Outros Estudos
- Conclusão – onde é efetuada uma análise crítica ao percurso profissional, identificando, simultaneamente, os desafios à Consultoria em Planeamento e Ordenamento do Território.
- Bibliografia, Legislação e Outras Fontes.

2. SINOPSE CURRICULAR

A mestranda é licenciada em Geografia e Planeamento Regional, pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa (UNL), licenciatura obtida entre 1995 e 1999.

Iniciou a sua atividade profissional como bolseira de investigação do Instituto de Dinâmica do Espaço, da FCSH, em 1999, sob a orientação do Professor Doutor João Figueira de Sousa, tendo colaborado em projetos na área do transporte marítimo e desenvolvimento portuário.

Em 2002, concluiu, na mesma instituição, a componente letiva do Mestrado em Gestão do Território, mas o ingresso no mundo empresarial da consultoria (e a pressão horária associada) determinaria a interrupção do desenvolvimento da dissertação.

O ingresso na consultoria ocorreu em 2003, quando entrou em regime *part-time* para a empresa internacional de consultoria DHV, S.A. (então designada de FBO Consultores, S.A.), passando a tempo inteiro no ano seguinte. Aí permaneceu em regime de exclusividade até outubro de 2013, ano em que a empresa¹ cessou a sua atividade em Portugal.

À data da sua entrada na DHV, S.A. integrou o departamento de Consultoria Estratégica, do qual seria autonomizada, em 2009, a área de Ordenamento do Território, onde permaneceu até à saída da empresa. Em consequência de uma série de reestruturações na empresa, a área de Ordenamento do Território associar-se-ia em 2009 ao departamento de Ambiente. Em 2010, a área do Ordenamento do Território voltaria a separar-se do departamento de Ambiente, integrando o novo departamento de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos.

Nesse período, colaborou ainda em propostas e projetos de outros departamentos da área de negócio Estudos, Projetos e Consultoria, designadamente com os departamentos de Águas, Ambiente ou Consultoria Estratégica.

Em abril de 2014, foi convidada a integrar a RR Planning, Lda, empresa de consultoria para a qual transitaram alguns projetos do departamento de Ordenamento

¹ A empresa refere-se ao Grupo internacional Royal HaskoningDHV, com o qual a DHV, S.A. fundiu-se em 2012.

do Território da DHV, S.A. e cujo foco de atividade é também o Ordenamento do Território.

No interregno da sua atividade profissional, decidiu retomar o processo de aquisição do grau de mestre, tendo optado, ao abrigo da recomendação do CRUP relativa à aquisição do grau de mestre pelos licenciados pré-Bolonha, pela opção de RAP, considerando a experiência profissional obtida na área do Planeamento e Ordenamento do Território nos 10 anos que permaneceu na DHV, S.A..

Figura 1 – Cronologia da experiência profissional



3. OBJETO E OBJETIVOS DO RAP

O objeto do RAP corresponde a uma descrição pormenorizada da atividade profissional desenvolvida pela mestrandia na área de consultoria de Ordenamento do Território, procurando colocar em evidência a sua relação com as competências e objetivos da área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território, e refletindo sobre o processo de aprendizagem em meio profissional.

O RAP é organizado de acordo com os principais tipos de projetos desenvolvidos pela mestrandia – Planos Diretores Municipais (PDM) e Outros Planos de Ordenamento, Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE), Estudos de Impacte Ambiental (EIA), Planos de Recursos Hídricos, Estudos Estratégicos e Outros Estudos -, e nesse âmbito são especificadas as funções, tarefas, metodologias e desafios específicos associados a cada tipo de projeto, estabelecendo a relação com as disciplinas e objetivos/competências da área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.

Os objetivos educativos da área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território² podem ser agrupados num conjunto de competências, tal como representado no Quadro 1, que se afiguram como incontornáveis no trajeto profissional de um Consultor em Planeamento e Ordenamento do Território e áreas afins.

² FCSH. Objetivos educativos de Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, Guia de Cursos da FCSH. Disponível em http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4232 [consultado em 19-12-2013].

Quadro 1 - Competências e Objetivos educativos da área de especialização - Planeamento e Ordenamento do Território

Conhecer & Aplicar
<ul style="list-style-type: none">• Aprofundar os conhecimentos teóricos e metodológicos na área de especialização.• Aplicar metodologias e técnicas de análise espacial, diagnóstico e prospectiva.• Ter capacidade científica e técnica especializada para colaborar na elaboração de instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial.• Conduzir e desenvolver estudos e projectos nas áreas do Planeamento, Ordenamento e Gestão do Território.
Avaliar
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver competências para analisar as repercussões das decisões técnicas e políticas no território.• Avaliar, cientificamente e tecnicamente, estudos e projectos nos domínios da área de especialização.
Inovar
<ul style="list-style-type: none">• Aplicar conhecimentos e competências na resolução de questões novas e/ou complexas, em contextos multidisciplinares.• Capacitar para o desenvolvimento de aplicações originais e trabalhos de investigação na área de especialização.
Comunicar
<ul style="list-style-type: none">• Comunicar o conhecimento e o saber fazer nos domínios da área de especialização a públicos diferenciados.

Nota: Os objetivos educativos da área de especialização – Planeamento e Ordenamento do Território foram agrupados para o presente RAP em grandes grupos de competências.

Fonte: FCSH. Objetivos educativos de Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, Guia de Cursos da FCSH. Disponível em http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4232 [consultado em 19-12-2013].

O Relatório de Atividade Profissional pretende comprovar que as competências adquiridas no âmbito da Consultoria em Planeamento e Ordenamento do Território cumprem os objetivos educativos da área de especialização, conforme se procura representar sinteticamente de seguida:

- Conhecer & Aplicar – aponta-se a sua colaboração num conjunto de PDM, mas também noutros planos de ordenamento como planos de ordenamento de albufeiras, planos de ordenamento de áreas protegidas, planos de ordenamento de orla costeira (POOC) e planos de ordenamento de estuários³. O âmbito de colaboração nestes planos foi distinto, apresentando-se tendencialmente cada vez mais transversal. Como exemplo, refere-se que no PDM de Loulé a mestrandia assumiu o apoio à coordenação; foi responsável pela caracterização, diagnóstico e análise

³ Referência ao Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, que se encontra ainda em curso.

prospetiva a nível da programação de equipamentos, o que exigiu um estudo aprofundado das metodologias de programação de equipamentos; e em fase de Proposta de Plano tem prestado contributos relevantes na classificação do solo e na sua regulamentação.

- Avaliar – referem-se as competências ao nível de avaliação de planos e projetos, decorrentes da sua participação em projetos de AIA, onde colaborou na elaboração dos descritores de socioeconomia e/ou de ordenamento do território; e da sua importante participação em AAE, sendo responsável pelo apoio à coordenação, pela definição do âmbito da avaliação e pelo desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socio economia.
- Inovar – constata-se que a sua integração em projetos de natureza distinta, associada a uma forte diversidade territorial, determinaram a necessidade de proceder ao desenvolvimento e aplicação de metodologias específicas. Por outro lado, a sua participação na elaboração de várias propostas obrigou à conceptualização e sistematização de procedimentos e metodologias que serviriam de referência no desenvolvimento dos projetos e na capacitação da equipa.
- Comunicar – considera-se que o processo de planeamento é um processo participado, tendo-se registado ao longo da elaboração dos planos de ordenamento, um conjunto de momentos de comunicação, designadamente reuniões da Comissão de Acompanhamento (CA), as sessões do período de Discussão Pública e *workshops* temáticos de apoio à fase de caracterização e diagnóstico, em que participou.

4. PROJETOS EM CONTEXTO PROFISSIONAL

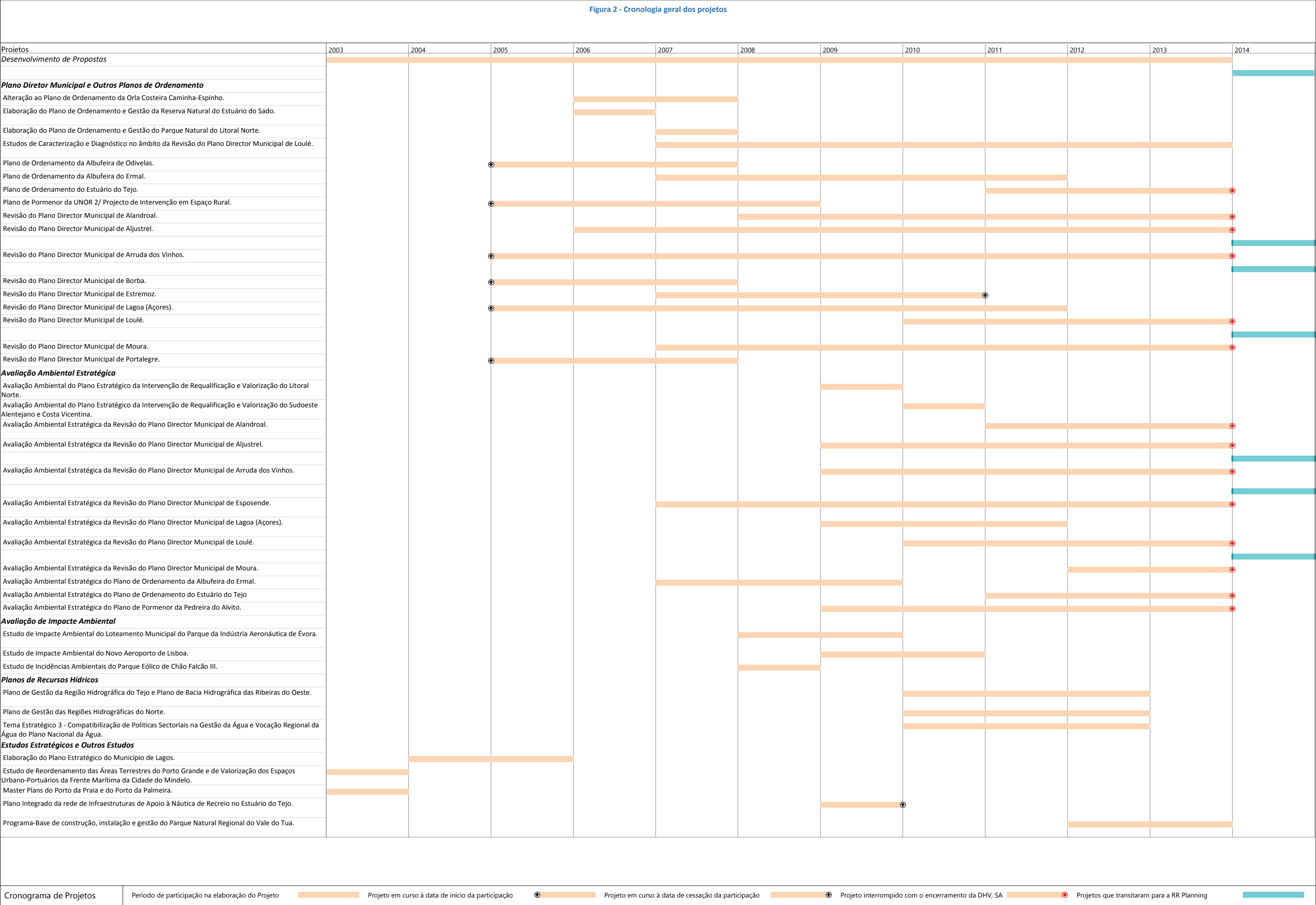
4.1. CRONOLOGIA GERAL DOS PROJETOS

A metodologia adotada apresenta como ponto de partida a cronologia dos projetos desenvolvidos em ambiente de consultoria, permitindo visualizar o percurso temporal na aquisição de competências profissionais. Na cronologia, ressalva-se a ausência de alguns projetos em que participou, uma vez que o encerramento da empresa em Portugal impossibilitou a obtenção de elementos de caracterização (fichas de projeto, relatórios), ou a simples certificação da sua participação nesses projetos.

Destaca-se a participação desde 2004 em PDM e outros planos de ordenamento, que, dada a sua extensão temporal, diversidade territorial, multiplicidade de atores envolvidos e abrangência temática, constituem o ponto fulcral na aprendizagem em meio profissional.

Porém, verifica-se que no âmbito da mesma tipologia de projeto, por exemplo nos PDM e outros planos de ordenamento, as funções e tarefas desempenhadas ao longo do tempo são distintas, tendendo para uma participação mais transversal e complexa nos últimos projetos.

No subcapítulo seguinte são identificados os principais tipos de projetos, e as funções/tarefas desempenhadas nesse âmbito.



4.2. TIPOLOGIA DE PROJETOS

Tal como identificados no cronograma anterior (Figura 2), os principais tipos de projetos considerados são:

- Plano Diretor Municipal e outros Planos de Ordenamento – o início da sua participação na elaboração de PDM coincide com a fase final dos PDM de Borba e de Portalegre, tendo colaborado na ponderação da discussão pública e elaboração das versões finais. Nos restantes PDM em que participou, parte ainda em curso, teve uma contribuição mais abrangente, incluindo o apoio à coordenação.
- Avaliação Ambiental Estratégica – trabalhou na AAE de muitos dos planos de ordenamento em elaboração pela mesma equipa, e de outros planos a serem desenvolvidos externamente, caso do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito e do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina ou do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte. No âmbito das AAE colaborou na elaboração de uma metodologia de Relatório Ambiental mais objetiva e sintética que os modelos então utilizados.
- Avaliação de Impacte Ambiental – colaborou com o departamento de Ambiente na elaboração de um conjunto de AIA, destacando-se a sua participação no Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, face à sua abrangência territorial, complexidade de atores intervenientes, carácter mediático do projeto e dimensão da equipa.
- Planos de Recursos Hídricos – a participação em Planos de Recursos Hídricos pertence a uma etapa mais recente da sua vida profissional, quando o departamento de Ordenamento do Território incorporou a área dos Recursos Hídricos. Neste âmbito destaca-se a elaboração da caracterização socioeconómica e do capítulo referente à importância socioeconómica das utilizações da água para o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo

(PGRH) e para o Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) das Ribeiras do Oeste. Neste âmbito foi-lhe exigido trabalhar ao nível da subsecção da Base de Georreferenciação Espacial de Informação e desenvolver métodos específicos de ponderação de indicadores para fazer face à necessidade de informação estatística de carácter económico com o detalhe geográfico exigido.

- Estudos Estratégicos e Outros Estudos – a mestranda colaborou neste tipo de projetos essencialmente no início do seu percurso profissional, quando integrou o departamento de Consultoria Estratégica, mantendo posteriormente algumas colaborações pontuais com este departamento.

A estes tipos de projetos acresce a participação no desenvolvimento de Propostas (apresentada no Capítulo 10), no âmbito das quais foram concebidas metodologias específicas.

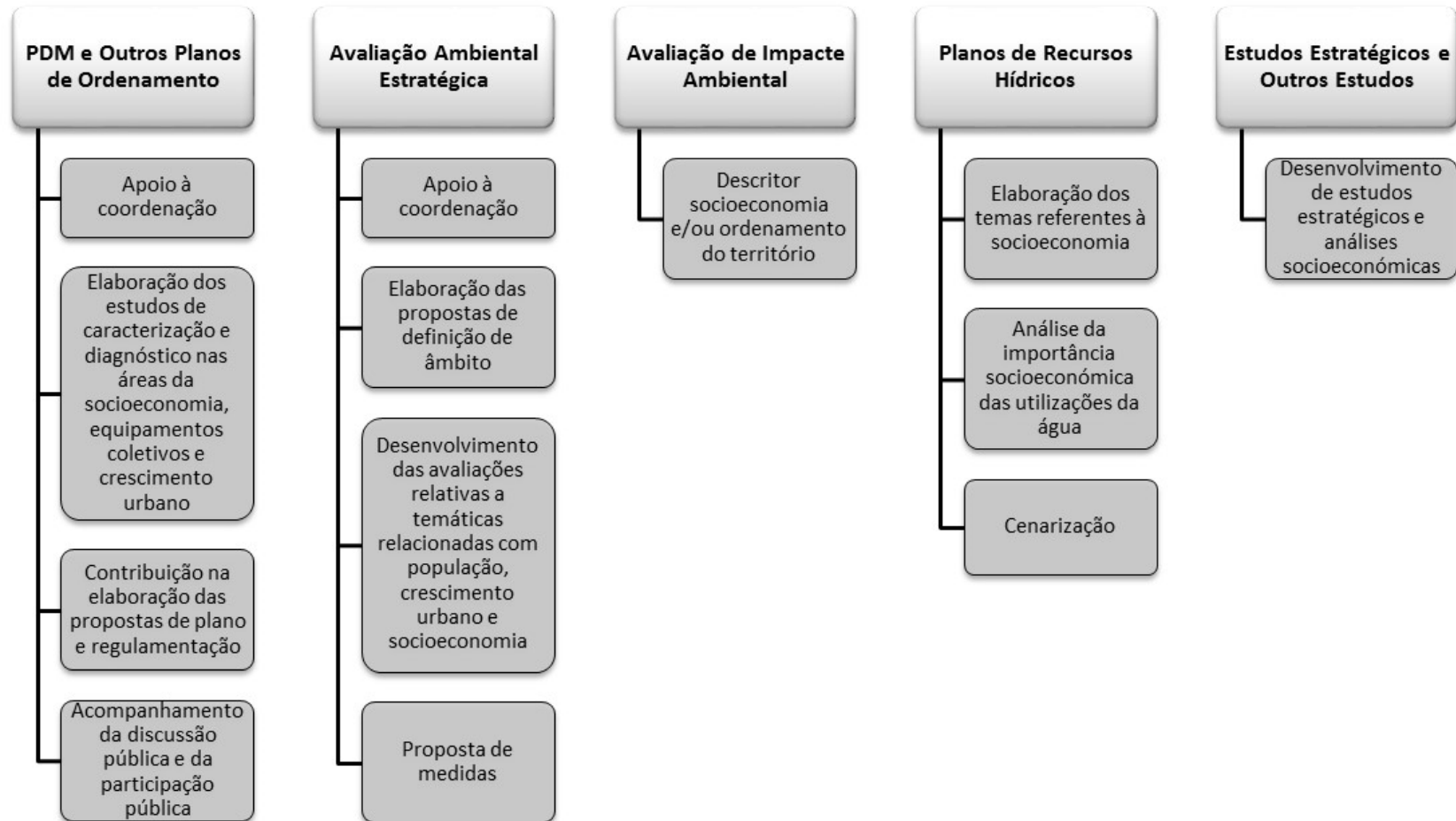
Figura 3 - Principais Tipos de Projetos



Na figura seguinte são identificadas as principais funções e tarefas associadas a cada tipo de projeto, que asseguram, portanto, o cumprimento das competências e objetivos definidos para a área de especialização de Planeamento e Ordenamento do

Território. A organização do presente RAP (Capítulos 5 a 9) segue a estrutura representada na Figura 4, apresentando para cada tipo de projeto uma descrição de funções, aí identificadas. No Anexo I é efetuada a descrição individualizada dos referidos projetos.

Figura 4 - Funções e tarefas associadas aos principais tipos de projetos



5. PLANO DIRETOR MUNICIPAL E OUTROS PLANOS DE ORDENAMENTO

5.1. NOTA PRÉVIA

A recente publicação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, procede a uma reformulação do sistema de gestão territorial, diferenciando programas e planos⁴, distribuídos pelos seguintes âmbitos:

- Âmbito nacional:
 - O programa nacional da política de ordenamento do território (PNPOT);
 - Os planos sectoriais com incidência territorial;
 - Os programas especiais de ordenamento do território que “compreendem os programas de orla costeira, programas das áreas protegidas, programas de albufeiras de águas públicas e os programas de estuários” (n.º 5 do Artigo 40.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).
- Âmbito regional: os programas regionais.
- Âmbito intermunicipal:
 - Os programas intermunicipais.
 - Os planos territoriais de âmbito intermunicipal que “são o plano diretor intermunicipal, o plano de urbanização intermunicipal e o plano de pormenor intermunicipal” (n.º 4 do Artigo 42.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).
- Âmbito municipal: Os planos municipais de ordenamento do território, que “são o plano diretor municipal, o plano de urbanização e o plano de pormenor” (n.º 2 do Artigo 43.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

⁴ Tal como definido no n.º 1 do Artigo 38.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio: “a) Programas, que estabelecem o quadro estratégico de desenvolvimento territorial e as suas directrizes programáticas ou definem a incidência especial de políticas nacionais a considerar em cada nível de planeamento; b) Planos, que estabelecem opções e ações concretas em matéria de planeamento e organização do território bem como definem o uso do solo.”

Aguarda-se a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. A experiência de trabalho descrita de seguida é enquadrada pelo Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) definido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, na redação atual, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

No quadro seguinte estão indicados os planos de ordenamento em que a mestranda participou, com um evidente predomínio de PDM, mas cobrindo também todos os tipos de planos especiais de ordenamento do território (PEOT), que de acordo com a nova Lei de Bases dão lugar aos programas especiais.

Quadro 2 – Participação em projetos de “Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento”

Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento (ver descrição dos projetos no Anexo I: fichas PQ_1 a PQ_17)	Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho.
	Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Sado.
	Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Litoral Norte.
	Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.
	Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas.
	Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal.
	Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.
	Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projecto de Intervenção em Espaço Rural.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores).
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura.
	Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre.

A participação em planos de ordenamento iniciou-se por ocasião da saída (da DHV, S.A.) da equipa responsável por vários planos de ordenamento, que foram assumidos pelo Departamento de Consultoria Estratégica que a mestranda integrava⁵. A participação da mestranda dependeu, neste caso, da fase em que aqueles projetos se encontravam. Assim, nos casos em que a sua participação se iniciou já no final dos

⁵ Seria autonomizada a área de Ordenamento do Território. Entre os projetos já em curso contam-se: Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas; Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projeto de Intervenção em Espaço Rural; Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos; Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba; Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz; Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores); Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre.

trabalhos, como na Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba ou na Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre, a mestranda participou nas reuniões da CA (então designada de Comissão Mista de Acompanhamento) e nas reuniões de concertação, no acompanhamento e ponderação da discussão pública, e na elaboração da versão final dos planos.

Tratando-se de um primeiro contacto com a temática de Ordenamento do Território, as tarefas desempenhadas nestes primeiros projetos foram programadas, explanadas e supervisionadas pela diretora desses projetos. Mais tarde, caberia à mestranda a estruturação do próprio trabalho e do trabalho de outros elementos da equipa (particularmente dos consultores juniores e estagiários), em termos das análises a desenvolver e metodologias a adotar, assumindo mesmo o apoio à coordenação em muitos desses projetos (as tarefas que lhe estão associadas são descritas no subcapítulo 5.2).

Na maioria dos restantes projetos de PDM e outros planos de ordenamento, a mestranda acompanhou a elaboração dos projetos desde a elaboração das propostas até à conclusão (ou interrupção) do projeto.

Todos os PDM desenvolvidos correspondem a processos de revisão, sendo identificados nos Relatórios de Avaliação dos PDM e de Fundamentação da Revisão dos PDM (em geral disponibilizados com o Processo de Concurso), várias insuficiências comuns aos designados “PDM de 1ª geração”⁶, como as assinaladas para o PDM de Loulé: *“evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social que lhe estão subjacentes, da entrada em vigor de legislação que em muitos casos afeta os normativos e as opções constantes do PDM e, da desatualização e falta de pormenor da cartografia sobre a qual foi elaborado o plano”* (CM de Loulé⁷).

Na revisão dos PDM foram ponderadas estas questões, considerando igualmente o papel atribuído aos PDM na definição da estratégia de desenvolvimento local e outras

⁶ “entre 1990 e 1999, foram ratificados 249 PDM, que representam a 1ª Geração de Planos Diretores Municipais” (DHV (2008). *Relatório da Fase 1, Revisão do PDM de Aljustrel*. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel), elaborados ao abrigo de Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março (revogado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro).

⁷ CM de Loulé. *Revisão do PDM de Loulé, Tomo II – Relatório Preliminar de Avaliação*. Disponível em http://cms.cm-loule.pt/upload_files/client_id_1/website_id_3/Decisao%20Revisao/4_Tomo%20II_relatorio_preliminar_de_avaliacao.pdf [consultado em 23-06-2014].

exigências do novo quadro legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, designadamente os objetivos estabelecidos para os PDM no artigo 70.º:

“a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica e de âmbito nacional e regional.

b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;

c) A articulação das políticas sectoriais com incidência local;

d) A base de uma gestão programada do território municipal;

e) A definição da estrutura ecológica municipal;

f) Os princípios e regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património natural;

g) Os princípios e critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;

h) Os critérios de distribuição e localização das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;

i) Os parâmetros de uso do solo;

j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;

l) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.”

De um modo geral, e independentemente da tipologia de plano, o faseamento do projetos obedeceu a três fases principais, intercaladas por momentos de apreciação e aprovação por parte das CA:

- Fase 1 - Caracterização e Diagnóstico – corresponde à caracterização e diagnóstico do território nos diferentes domínios solicitados pela legislação e/ou no Processo de Concurso. Esta fase inclui o diagnóstico integrado e a definição da estratégia de desenvolvimento associada ao plano e ao território em questão. A descrição da experiência relativa a esta primeira fase encontra-se descrita no subcapítulo 5.3)

- Fase 2 - Elaboração da Proposta de Plano – corresponde à proposta de plano propriamente dita, abrangendo a elaboração de todos os elementos exigidos pela legislação. A descrição da experiência relativa a esta segunda fase encontra-se descrita no subcapítulo 5.4.).
- Fase 3 - Versão Final do Plano – corresponde à elaboração dos documentos do plano que serão sujeitos à discussão pública, após a aprovação e eventual concertação com entidades representadas na Comissão de Acompanhamento. Nesta fase é efetuado o acompanhamento da discussão pública, procedendo à realização de sessões públicas de apresentação do plano e prestação de esclarecimentos. Com a introdução das alterações que surgirem na sequência deste processo, é preparada a versão final do Plano para posterior aprovação pela Assembleia Municipal ou Conselho de Ministros. A descrição da experiência relativa a esta terceira fase e à participação pública é descrita no subcapítulo 5.5).

5.2. APOIO À COORDENAÇÃO

A função de apoio à coordenação foi atribuída à mestrandia com a autonomização da área de Ordenamento do Território, em projetos de “Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento”. Assinalam-se as seguintes tarefas de apoio à coordenação: estruturação de relatórios; pedidos de informação; gestão dos contactos com o cliente, com outras entidades e com a equipa; coordenação e incorporação dos contributos da equipa; preparação de apresentações para a CA e outras apresentações públicas; sistematização e análise de pareceres das entidades; elaboração de Relatórios de Progresso dos Trabalhos.

5.3. ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO NAS ÁREAS DA SOCIOECONOMIA, EQUIPAMENTOS COLETIVOS E CRESCIMENTO URBANO

A Fase 1 da elaboração de planos de ordenamento (PDM e outros) coincide, de um modo geral, com a elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico, que são adaptados ao tipo de plano, às características territoriais e às exigências dos Clientes e entidades sectoriais.

Assumindo, na maior parte das vezes, a responsabilidade pela organização dos relatórios de caracterização e diagnóstico, a mestrandu trabalhou também na elaboração dos domínios da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano.

Como exemplo, apresenta-se o modelo de organização da Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal (Quadro 3), assinalando-se com asterisco (*) os volumes/capítulos em que participou.

Quadro 3 - Organização da Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal

	Volume/Conteúdo
Volume I – Enquadramento e Avaliação do PDM em vigor *	
I.1	Objetivos da Revisão do PDM
I.2	Metodologia/Organização dos Estudos
I.3	Avaliação do PDM em vigor
Volume II – Domínio Biofísico e Ambiental	
II.1	Paisagem e estrutura ecológica
II.2	Conservação e gestão da natureza
II.3	Qualidade Ambiental
Volume III – Domínio Socioeconómico e Cultural	
III.1	Demografia *
III.2	Quadro Social e Recursos Humanos *
III.3	Atividades Económicas *
III.4	Património Histórico e Cultural
Volume IV – Domínio Acessibilidades e Transportes, Equipamentos e Infraestruturas	
IV.2	Acessibilidades e Transportes
IV. 4	Equipamentos Coletivos *
IV. 5	Infraestruturas
Volume V – Domínio Urbano	
V.1	Parque Habitacional *
V.2	Sistema Urbano
Volume VI – Propostas de Estratégia e Desenvolvimento *	
VI.1	Diagnóstico Integrado da Situação Atual
VI.2	Modelo de Desenvolvimento do Concelho
Volume VII – Relatório de Definição de Âmbito *	
VII.1	Objetivos e Metodologia da AAE
VII.2	Objeto de Avaliação
VII.3	Quadro de Referência Estratégico
VII.4	Fatores Críticos de Decisão
VII.5	Envolvimento Público e Institucional
VII.6	Estrutura do Relatório Ambiental

Extraído de: DHV (2012). *Volume IV – Enquadramento e Avaliação do PDM em vigor, Fase 1 – Conclusão dos Estudos de Caracterização/Diagnóstico (ECD) e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento da Revisão do PDM de Alandroal.*
 Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

A análise desenvolvida para a Revisão do PDM de Alandroal no Domínio Socioeconómico (Volume III) segue um modelo muito semelhante ao utilizado em outros PDM, utilizando como escalas de análise preferenciais o concelho e freguesias, procedendo ao seu enquadramento com o comportamento da região ou sub-região (no caso da Revisão do PDM de Alandroal foi utilizada a sub-região Alentejo Central), e apresentando-se organizada em três pontos principais:

- a análise demográfica que “incide sobre a evolução da população, o crescimento natural e efetivo e a estrutura etária e das famílias (...)” (DHV, 2012)⁸;
- a análise do quadro social e recursos humanos que incide sobre “as taxas de atividade e de desemprego, a distribuição da população ativa por sectores de atividade e a análise do poder de compra, sendo precedida da análise do nível educacional da população (...)” (DHV, 2012)⁹;
- a análise das atividades económicas que incide na “apresentação da estrutura empresarial por atividades económicas (...) procedendo-se depois à caracterização dos principais sectores económicos (...)”, sendo dada “especial atenção às atividades económicas atuais e potenciais no concelho de Alandroal, nomeadamente a agricultura, a indústria transformadora e o turismo.” (DHV, 2012)¹⁰.

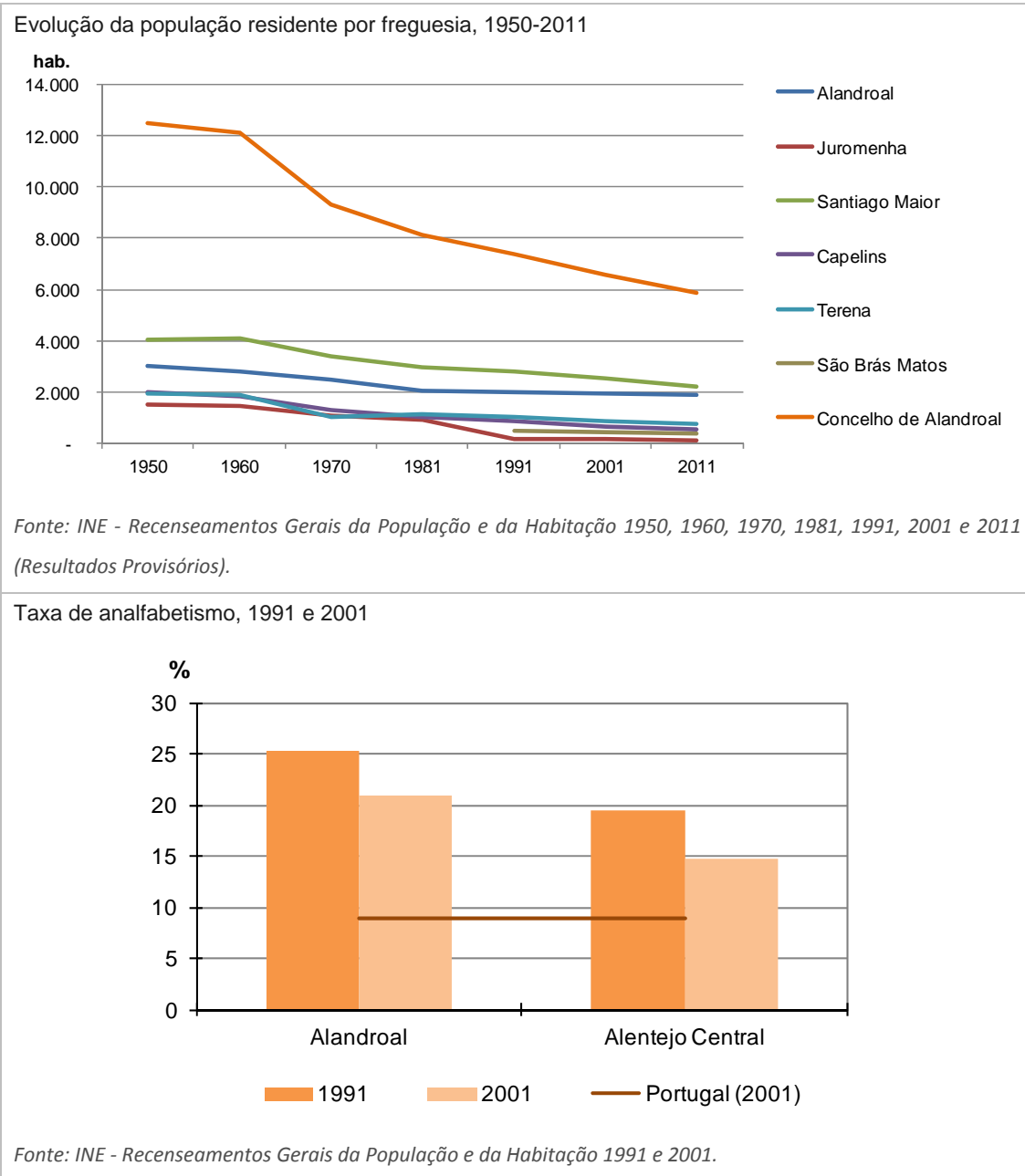
Apresentam-se na figura seguinte alguns exemplos de variáveis e indicadores trabalhados neste âmbito:

⁸ DHV (2012), Volume III – Domínio Socioeconómico e Cultural”, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal – Fase 1 – Conclusão dos Estudos de Caracterização/Diagnóstico (ECD) e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento da Revisão do PDM de Alandroal. Câmara Municipal de Alandroal.

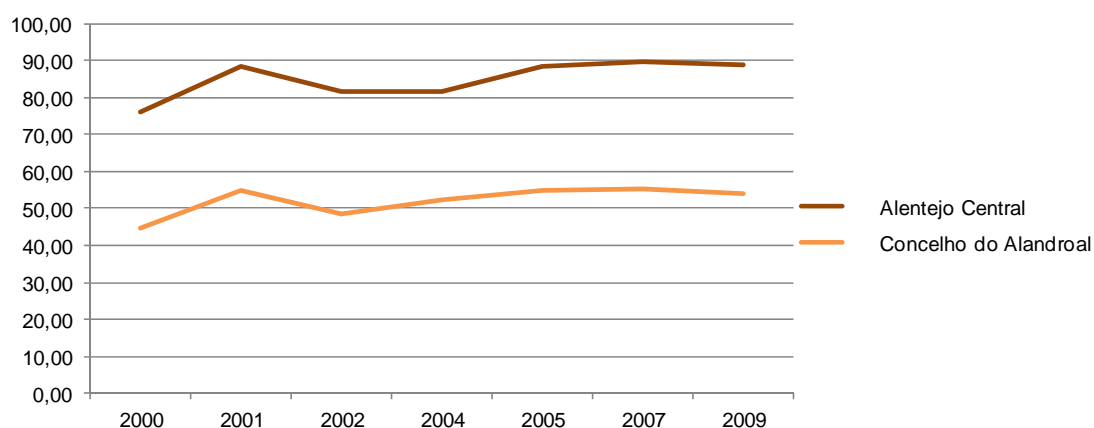
⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

Figura 5 – Exemplos de indicadores trabalhados na análise socioeconómica na Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal

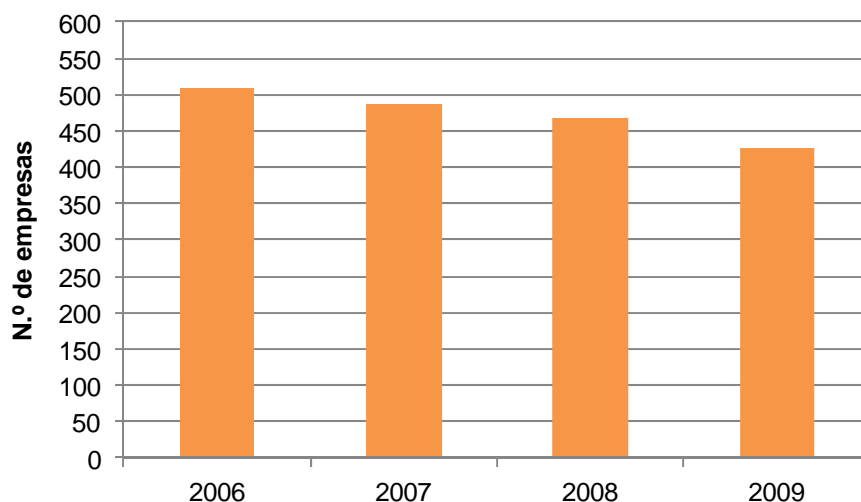


Evolução do poder de compra *per capita* entre 2000 e 2009



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2009. INE – consulta da informação estatística no site www.ine.pt

Evolução do número de empresas no concelho de Alandroal, 2006-2009



Fonte: INE – consulta da informação estatística no site www.ine.pt

Extraído de: DHV (2012). Volume III – Domínio Socioeconómico e Cultural, Fase 1 – Conclusão dos Estudos de Caracterização/Diagnóstico (ECD) e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento da Revisão do PDM de Alandroal. Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

O trabalho desenvolvido teve como fonte de informação principal as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE), complementadas com informação obtida através de *sites* oficiais, reuniões com os clientes e outras entidades, destacando-se, no caso dos PDM, as reuniões/entrevistas com as Juntas de Freguesia. Essas reuniões foram conduzidas com o apoio de um guião de entrevista, cujo objetivo era aferir/completar os levantamentos efetuados, e ao mesmo tempo identificar carências e problemas nos vários domínios.

Em termos de estudos de caracterização e diagnóstico é ainda apontado o exemplo dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do PDM de Loulé, que foram objeto de um contrato distinto face à Revisão do PDM, apresentando um nível de detalhe e complexidade assinalável. Neste projeto, a mestranda foi responsável pela análise dos Equipamentos de Utilização Coletiva, cuja metodologia se passa a explicar.

Esta metodologia teve como referencial as “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos” da ex-Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU, 2002), documento que procede à compilação de normas e critérios estabelecidos pelos organismos responsáveis pela programação de equipamentos, nas áreas da educação, saúde, solidariedade e segurança social, segurança pública e desporto. Na análise efetuada para o município de Loulé, foram ainda analisados os equipamentos culturais e recreativos, de ciência, tecnologia e inovação e outros (cemitérios). Os equipamentos turísticos e os mercados e feiras foram trabalhados por outros elementos da equipa nos volumes referentes ao Turismo e ao Património.

A análise dos Equipamentos de Utilização Coletiva teve por base um trabalho exaustivo de levantamento, verificação e georreferenciação, esta última tarefa com o apoio da equipa de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), utilizando os levantamentos disponibilizados pela CML, os contributos das Juntas de Freguesia (também neste caso foram realizadas entrevistas às Juntas de Freguesia), e outras fontes de informação atualizadas e com localização geográfica¹¹.

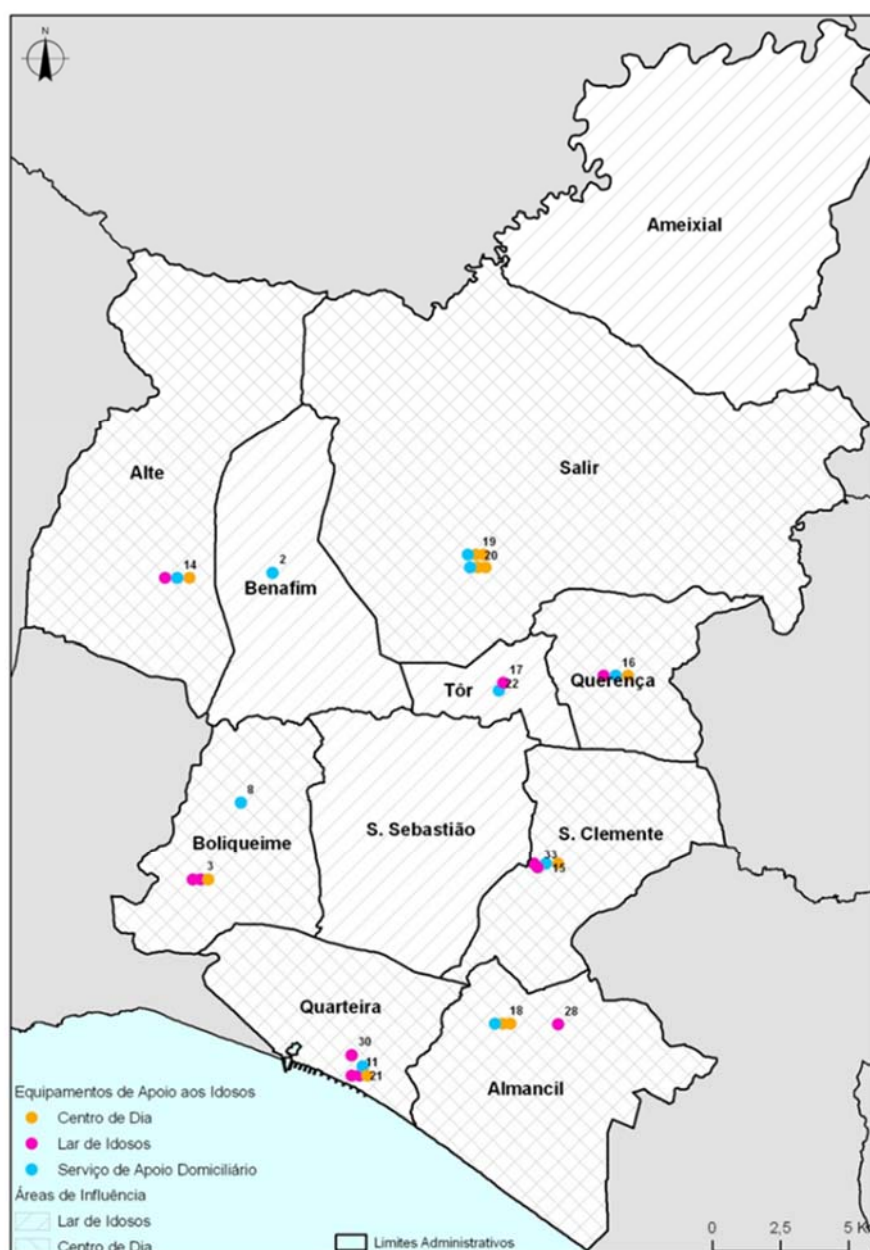
A análise foi estruturada, para cada tipologia de equipamento, numa caracterização da situação atual e da sua evolução durante o período de vigência do PDM, e avaliação dos compromissos assumidos e prospetiva. A análise prospetiva consistiu numa avaliação das necessidades futuras, face à procura estimada e oferta

¹¹ A Carta Educativa do concelho de Loulé, utilizada na caracterização dos equipamentos educativos; o Portal da Saúde (www.portaldasaude.pt), utilizado na caracterização dos equipamentos de saúde; a Carta Social (www.cartasocial.pt), utilizada na caracterização dos equipamentos de solidariedade e segurança social.

existente e prevista, não se procedendo, porém, a uma efetiva programação de equipamentos (a desenvolver em fase de Proposta de PDM).

Por exemplo, na análise dos equipamentos de solidariedade e segurança social, foram localizados os equipamentos, e assinaladas as respetivas áreas de influência de acordo com as Normas das DGOTDU (Figura 6).

Figura 6 – Localização e áreas de influência dos equipamentos de apoio aos idosos (Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Loulé)





Extraído de: DHV (2013). Volume V – Equipamentos de Utilização Coletiva, Fase 3 – Versão Final, Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

Posteriormente, foram estimadas as necessidades de creches e lares de idosos, no horizonte 2021, de acordo com as faixas etárias respeitantes a estas duas tipologias de equipamentos, considerando as seguintes etapas de cálculo:

- (a) Cálculo da população-alvo em 2021, face a taxas de cobertura definidas nos 33% para as creches (igual à meta europeia para 2010) e nos 15% para os lares de idosos.
- (b) Cálculo do diferencial dessa população-alvo face à capacidade existente de creches e lares de idosos.
- (c) Determinação do número de creches e respetiva capacidade, face à distribuição das necessidades pelas freguesias e os critérios de dimensionamento e localização das Normas da DGOTDU – no caso das creches, a área de influência será a freguesia e tem como unidade mínima 5 crianças e unidade máxima 35 crianças; no caso dos lares de idosos, a área de influência é concelhia, e a capacidade entre os 35 e 40 indivíduos.

A análise dos Equipamentos Coletivos foi, tal como verificado para as outras temáticas, sintetizada em fichas de diagnóstico, da qual se apresenta de seguida o exemplo dos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social.

Figura 7 – Exemplo de ficha de diagnóstico – Equipamentos (Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM de Loulé)

Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé – Volume X – Diagnóstico Integrado da Situação Atual – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

SISTEMA SOCIO-CULTURAL

DOMÍNIO DE ANÁLISE: Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

DESTAQUE

Diversidade de respostas sociais no concelho de Loulé, sublinhando necessidades no apoio à infância e ao idoso (apesar do aumento da capacidade operado no período de vigência do PDM).

EVOLUÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM

- Aumento da capacidade de resposta ao nível da creche e do ATL no período de vigência do PDM (ainda que a relação capacidade/utentes ao nível da oferta de creches seja ainda, em 2008, insuficiente).
- O forte envelhecimento da população, acompanhado das alterações nas relações familiares e dinâmica social, determinou um forte crescimento da procura aos equipamentos de apoio aos idosos no concelho de Loulé, de modo que o número de utentes sobrepe-se já à capacidade total das lares de idosos.

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

- Peso dos equipamentos de natureza privada na dotação de equipamentos de solidariedade e segurança social.
- Concentração dos equipamentos de solidariedade e segurança social em torno das cidades de Loulé e Quarteira e Almaraz, contrastando com a menor oferta das freguesias do interior, inexistente no caso da freguesia do Ametxal.
- Necessidades na resposta da capacidade dos Lares de Idosos face à procura.
- A capacidade global das tipologias Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário é bastante superior ao número de utentes, mas, considerando que estas têm por área de influência a freguesia, destaca-se a sua ausência nas freguesias de Benafim e Tór, no caso do Centro de Dia, e da freguesia do Ametxal, em ambas as tipologias.
- A capacidade global do conjunto das 13 creches é ultrapassada pelo número de utentes – serviço inexistente nas freguesias de Ametxal, Querença, Salir, São Sebastião e Tór; e reduzido ao âmbito privado nas freguesias de Almaraz e Quarteira.
- A capacidade global dos Centros de ATL ainda não se encontra esgotada pelo presente número de utentes.
- De um modo geral, as freguesias não equipadas apresentam volumes populacionais inferiores aos limiares de referência estabelecidos pela DGOTDU para a programação de um conjunto de equipamentos; por outro lado, o concelho de Loulé exibe um conjunto de equipamentos cuja área de influência pode atingir o nível distrital - Unidade de Vida Apoiada, Fórum Sócio-Ocupacional, Centro de Atividades Ocupacionais e Centro de Acolhimento Temporário.

611108_PDM_F3_X_Diagnostico_013_EpSegurancaSocial.docx

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

PONTOS FORTES

- Existência de um conjunto de equipamentos sociais de influência supra-concelhita.

PONTOS FRACOS

- Necessidades ao nível da capacidade de resposta à procura existente, nos lares de idosos e creches.

OPORTUNIDADES

- Aumento significativo da oferta de equipamentos sociais no período de vigência do PDM.

AMEAÇAS

- Progressivo envelhecimento da população.
- Peso dos equipamentos de natureza privada.

QUADRO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO

- Necessidade de ampliação ou criação de lares de idosos, entendendo-se que as respostas sociais ao nível do Centro de Dia ou do Apoio Domiciliário não são suficientes, particularmente em contextos de forte envelhecimento demográfico e isolamento das populações, como se verifica nas freguesias rurais.
- Necessidade de aumento da capacidade do serviço público de creche e expansão da sua presença territorial.

**Enquadramento Fase 1:
Volume 1 – Equipamentos de Utilização Coletiva**

611108_PDM_F3_X_Diagnostico_013_EpSegurancaSocial.docx

Extraído de: DHV (2013). Volume X – Diagnóstico Integrado da Situação Atual, Fase 3 – Versão Final, Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

Ainda na Fase 1 é definida a estratégia do plano, pressupondo uma forte articulação com os vários elementos da equipa, com o cliente e considerando também os contributos setoriais e das Juntas de Freguesia (no caso de PDM). A Estratégia é composta por Linhas de Orientação Estratégica e Objetivos Específicos, sendo ainda em alguns casos, como na Revisão do PDM de Aljustrel, associada a setores emergentes (Quadro 4).

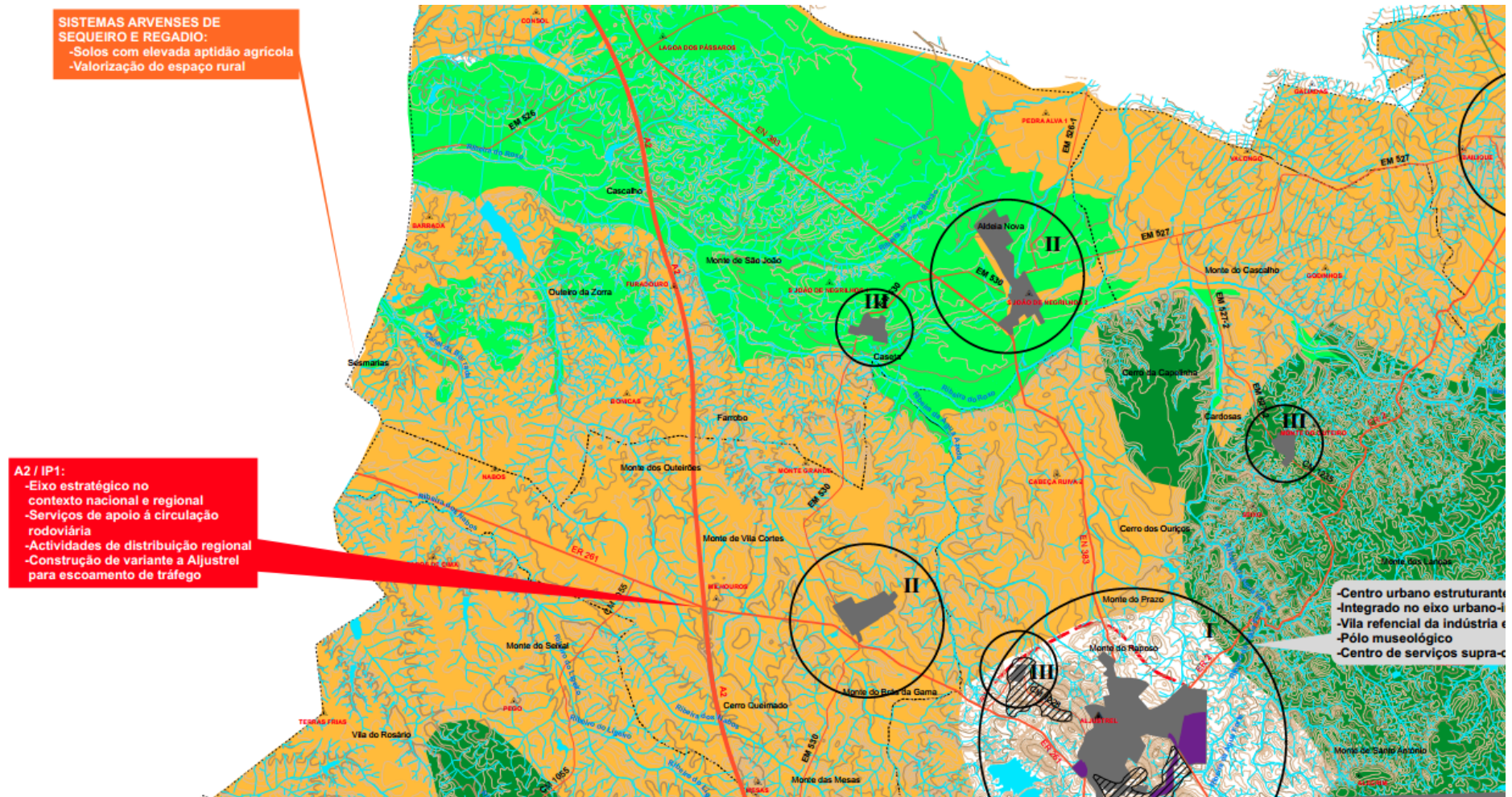
Quadro 4 – Estratégia da Revisão do PDM de Aljustrel - Linhas de Orientação Estratégica, Objetivos Específicos e Sectores Emergentes

LOE	Objetivos Específicos	Sector Emergente
A. Diversificação da Base Económica e desenvolvimento do tecido empresarial local	A1. Promoção regional das zonas industriais existentes	Indústria/ atividades económicas
	A2. Dinamização das atividades de inovação e formação profissional	
	A3. Reforço das áreas de acolhimento empresarial no concelho	
	A4. Promoção da articulação do triângulo turístico Aljustrel/Castro Verde/Beja	
	A5. Desenvolvimento de atividades de animação turística	
	A6. Aumento da capacidade e qualidade de alojamento turístico	
B. Desenvolvimento e afirmação da agricultura de regadio e das agroindústrias	B1. Incentivos à Horta fruticultura e pecuária	Regadio e agroindústrias
	B2. Expansão da área de regadio	
	B3. Desenvolvimento do sector agroindustrial	
	B4. Criação e manutenção de condições de competitividade	
	B5. Reforçar e desenvolver o associativismo agrícola	
C. Reequilíbrio e consolidação do sistema urbano e afirmação de Aljustrel na rede urbana regional	C1. Reordenamento das acessibilidades	Aljustrel como centro urbano estruturante
	C2. Reforço das ligações rodoviárias internas	
	C3. Melhoria e reequilíbrio da rede de equipamentos coletivos e de serviços sociais	
D. Desenvolvimento e valorização do espaço rural e adoção de um modelo de organização territorial ambientalmente sustentável	D1. Promoção da biodiversidade e reforço da estrutura ecológica municipal	Economia de lazer sustentada em valores naturais e culturais
	D2. Diversificação da atividade agrícola	
	D3. Salvaguarda dos recursos naturais	
	D4. Valorização dos espaços de floresta e de montado	
	D5. Reforço dos aglomerados urbanos	
	D6. Promoção das especificidades das freguesias rurais	

Fonte: DHV (2013). Volume IV - Relatório Ambiental Preliminar, Fase 3B – Versão para Discussão Pública, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

A definição da estratégia é em muitos casos, acompanhada por um modelo preliminar de ordenamento, que procede à espacialização da hierarquia do sistema urbano e de acessibilidades, das principais atividades económicas, dos valores naturais, etc., encontrando-se representado na figura seguinte o Modelo de Ordenamento (Elementos Estruturantes do Território) para a Revisão do PDM de Aljustrel.

Figura 8 – Extrato do Modelo de Ordenamento (Elementos estruturantes do território) para a Revisão do PDM de Aljustrel



Extraído de: DHV (2008). Carta 20 – Elementos Estruturantes do Território, Fase 1 – Estudo Prévio do Plano, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

5.4. CONTRIBUIÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PLANO E REGULAMENTAÇÃO

Na Fase 2 a mestranda colaborou na conceção dos documentos que constituem as propostas de plano, tal como definidos pelo RJGT (em vigor à data) e pelas portarias que instruem os vários tipos de planos.

No caso dos PDM, a Proposta de Plano deve conter: Regulamento; Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes; Estudos de Caracterização do Território; Relatório; Relatório Ambiental; Programa de Execução; Planta de Enquadramento Regional; Planta da Situação Existente; Relatório/Planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas; Carta da Estrutura Ecológica Municipal; Carta de Ruído e da Carta Educativa (estas duas últimas são normalmente disponibilizadas pela Câmara Municipal).

Em termos de contributos da mestranda, assinala-se a sua participação no Relatório Ambiental (conforme apresentada no capítulo 6), nos Estudos de Caracterização do Território (apresentada no capítulo 5.3), Regulamento, Relatório e Programa de Execução.

Participou na classificação e qualificação do solo, definindo numa primeira abordagem as classes e categorias de espaço da nova Planta de Ordenamento. Para isso teve em consideração a estratégia da Revisão do PDM e as características do território (designadamente as definidas pelo uso do solo), assegurando simultaneamente a compatibilização das orientações dadas pelos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio.

No Quadro 5, é apresentada a relação das classes e categorias definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, com as classes e categorias definidas na Revisão do PDM de Lagoa (Açores) (já aprovado) e na Revisão do PDM de Aljustrel (aguarda aprovação pela Assembleia Municipal), revelando como a aplicação deste Decreto Regulamentar veio permitir uma uniformização da classificação municipal.

Quadro 5 – Relação das classes e categorias definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio com as propostas de Revisão dos PDM de Lagoa e Aljustrel

Qualificação do solo, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio	PDM de Lagoa	PDM de Aljustrel
Solo Rural	Solo Rural	Solo Rural
Espaços agrícolas ou florestais de produção	Espaços agrícolas de produção Espaços agrícolas de conservação	Espaços Agrícolas de Produção
Espaços agrícolas ou florestais de conservação	Espaços florestais de produção; Espaços florestais de conservação.	
Espaços de uso múltiplo agrícola e floresta		Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal
Espaços afetos à exploração de recursos geológicos	Espaços afetos à exploração de recursos geológicos	Espaços de Recursos Geológicos
Espaços Naturais	Espaços Naturais	Espaços Naturais
Espaços Afetos a Atividades Industriais	Espaços Afetos a Atividades Industriais	Espaços Afetos a Atividades Industriais
Aglomerados Rurais	-	-
Áreas de edificação dispersa	-	-
Espaço cultural	-	-
Espaço de ocupação turística	-	-
Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o estatuto de solo rural	Espaços destinados a equipamentos e outras estruturas e ocupações – Infraestruturas portuárias e de defesa costeira	Espaços destinados a Equipamentos e Outras Estruturas
Solo Urbano	Solo Urbano	Solo Urbano
Solo Urbanizado	Solo Urbanizado	Solo Urbanizado
Espaços Centrais	Espaços centrais – nível I (Vila de Lagoa) Espaços centrais – zona de risco	Espaços Centrais e Residenciais
Espaços Residenciais	Espaços residenciais – nível II (Água de Pau) Espaços residenciais – nível III (Cabouco) Espaços residenciais – nível IV (Ribeira Chã e Remédios) Espaços residenciais nível V (Caloura)	
Espaços de atividades económicas	Espaços de atividades económicas	Espaços de Atividades Económicas
Espaços Verdes	-	Espaços Verdes
Espaços de uso especial	Espaços de uso especial – Equipamentos	Espaços de Uso Especial - Equipamentos
Espaços urbanos de baixa densidade	-	-
Solo Urbanizável	Solo Urbanizável	Solo Urbanizável

Espaços Centrais	Espaços centrais – nível I (Vila de Lagoa)	-
Espaços Residenciais	Espaços residenciais – níveis II e III (Água de Pau e Cabouco); Espaços residenciais – nível IV (Ribeira Chã e Remédios) Espaços residenciais – nível IV – Zona de Risco; Espaços residenciais – habitação social	Espaços Residenciais
Espaços de atividades económicas	Espaços de atividades económicas	Espaços de Atividades Económicas
Espaços Verdes	Espaços verdes	Espaços Verdes
Espaços de uso especial	Espaços de uso especial – Equipamentos Espaços de uso especial – Áreas turísticas	Espaços de Uso Especial - Equipamentos
Espaços urbanos de baixa densidade	Espaços urbanos de baixa densidade	-

Fonte: Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio; DHV (2011). Volume II – Proposta de Ordenamento, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores). Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores); DHV (2013). Volume I - Relatório, Fase 3B – Versão para Discussão Pública, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

Na Figura 9 está representada a Planta de Ordenamento da Revisão do PDM de Aljustrel e extrato da legenda.

Figura 9 – Planta de Ordenamento do PDM de Aljustrel e extrato da legenda (sem escala)



Extraído de: DHV (2013). Revisão do PDM de Aljustrel Apresentação PowerPoint à Assembleia Municipal. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

Porém, a classificação/qualificação do solo, assim como a regulamentação, encontra-se intimamente condicionada pelas orientações dadas pelos Planos Regionais de Ordenamento do Território, nestes casos PROT Açores e PROT Alentejo. Tal pressupõe um conhecimento aprofundado destes e outros PROT (foram também trabalhados o PROT Oeste e Vale do Tejo no caso do PDM de Arruda dos Vinhos, e o PROT Algarve, no caso do PDM de Loulé), podendo ser apontadas, como exemplo, algumas questões mais relevantes do PROT Alentejo, a considerar na elaboração de proposta de PDM: a proibição da edificação dispersa, as condições e parâmetros para a edificação isolada, os requisitos para a proposta de Núcleos de Desenvolvimento Turístico, e as condições necessários para a redelimitação dos perímetros urbanos.

Reconhece-se aqui a importância dos PROT que *“devem conter todos os elementos que permitam enquadrar de forma objetiva, o planeamento territorial de âmbito municipal. É no PROT que se estabelece o quadro face ao qual os municípios irão aferir da legalidade e da adequação das suas estratégias de ordenamento municipais”* (CATITA, Ana C., 2009).

A elaboração da proposta de plano depende também do cruzamento das intenções e propostas de ordenamento com a Planta de Condicionantes e integração das orientações setoriais (por exemplo referentes à Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), Rede Natura 2000, recursos geológicos, turismo), contando com a colaboração das entidades no âmbito das reuniões da CA, emissão de pareceres e de outras reuniões de acompanhamento e concertação.

No âmbito da elaboração da Planta de Condicionantes, e face à frequente desatualização ou falta de precisão na delimitação das condicionantes do PDM em vigor, é efetuado um levantamento preliminar das condicionantes identificadas no município com base nas orientações do Guia da ex-DGOTDU “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”¹² (na versão mais atualizada), procedendo-se então ao pedido da sua localização/delimitação às entidades sectoriais responsáveis, ou à consulta da

¹² A última edição data de 2011, em particular: BRANCO, Margarida Castelo; COITO, Anabela (Coord.) (2011). *Servidões e Restrições de Utilidade Pública, Edição Digital*. Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

informação disponibilizada na internet por algumas dessas entidades¹³. Na Figura 10 é apresentado um extrato da legenda da Planta de Condicionantes da Revisão do PDM de Aljustrel.

Figura 10 – Extrato da legenda da Planta de Condicionantes da Revisão do PDM de Aljustrel



Extraído de: DHV (2013). Revisão do PDM de Aljustrel, Apresentação PowerPoint à Assembleia Municipal. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel

A Planta de Condicionantes inclui também a delimitação da RAN (efetuada de acordo com as orientações do “Manual de Apoio aos Técnicos do MADRP para Acompanhamento dos PDM”¹⁴) e da REN, sendo este último procedimento responsável por um significativo atraso dos PDM em curso. A publicação do novo regime da REN¹⁵, e o atraso na definição das diretrizes e respetivos critérios de delimitação da REN, conduziram a uma interrupção no normal andamento dos trabalhos da revisão dos PDM.

Apesar da responsabilidade pela elaboração da delimitação da RAN e da REN caber a outros elementos da equipa, a mestranda acompanhou algumas reuniões de trabalho (com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional), sendo assim confrontada com a dificuldade em cumprir as exigências destes procedimentos.

¹³ Por exemplo, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) disponibiliza a cartografia nacional de áreas ardidas, o mapa da localização das Matas Nacionais e Perímetros Florestais (sujeitas a Regime Florestal), a identificação de árvores de interesse público e a delimitação da rede nacional de áreas protegidas e da Rede Natura 2000.

¹⁴ TEIXEIRA, Pedro; CORREIA, Ana; TAVARES, Manuela (Coord.) (2011). *Manual de Apoio aos Técnicos do MADRP para Acompanhamento dos PDM*. Lisboa, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

¹⁵ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro.

Neste contexto, justifica-se que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro (que atribui aos municípios a opção de proceder ou não à redelimitação a REN de acordo com as orientações estratégicas), alguns municípios tenham optado por não proceder a uma nova delimitação de REN, apenas procedendo à retificação das delimitações efetuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março (como se verificou no caso da Revisão do PDM de Aljustrel).

Na estruturação do Regulamento procura-se seguir as orientações da ex-DGOTDU para o Modelo de Regulamento de PDM¹⁶, assim como o “Guia Orientador da Revisão de PDM” da CCDR Centro¹⁷. Respeita igualmente o “Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território” da ex-DGOTDU (2005), entretanto substituído pelo Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de maio, que *“fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial”* (artigo 1.º).

O Relatório apresenta uma estrutura menos rígida, mas incluindo sempre a apresentação da estratégia, a conceção geral do modelo de ordenamento, os condicionantes ao uso do solo, a classificação e qualificação do solo (descrição das classes e categorias do solo), a proposta de perímetros urbanos, e as propostas de ordenamento face ao Mapa de Ruído.

O Programa de Execução encontra-se organizado de acordo com as principais tipologias de medidas e ações, definindo a prioridade de intervenção, as entidades responsáveis pela sua execução, os parceiros preferenciais, e os montantes indicativos de investimento.

No caso dos planos setoriais desenvolvidos, sobressai a distinção do zonamento de regimes de proteção e salvaguarda nas Plantas de Síntese e respetiva regulamentação, ao invés da classificação e qualificação do solo das Plantas de Ordenamento dos PDM. Neste contexto, a definição dos regimes de proteção pressupõe

¹⁶ DGOTDU (2004). Modelo de Regulamento de Plano Diretor Municipal. Lisboa, Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Disponível em <http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/NormasTecnicas/RegulamentoTipoPDM.pdf> [consultado em 14-06-2014].

¹⁷ SANTOS, Carla Velado (Coord.) (2012) - *Guia Orientador da Revisão do PDM*. Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

um importante contributo da equipa, como se verificou na elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado e do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte, na identificação e espacialização dos valores mais importantes para a conservação da natureza.

Ressalva-se ainda que no caso da Alteração ao POOC (que tinha por objetivo principal a alteração dos planos de praia), foram apenas efetuadas correções e acertos à Planta de Síntese, sem proceder à atribuição de regimes de proteção.

5.5. ACOMPANHAMENTO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A Fase 3 da elaboração dos planos de ordenamento consiste, de um modo geral, no acompanhamento da Discussão Pública, cabendo à mestrandia a preparação dos elementos de apoio – a versão final do plano, uma ficha de participação, uma apresentação em formato *PowerPoint* e outro material de divulgação da Proposta de Plano (por exemplo Relatório Não Técnico, com a descrição e fundamentação geral das propostas do Plano).

No final do período de Discussão Pública, o trabalho subsequente consiste no tratamento das fichas de participação e elaboração do Relatório de Ponderação da Discussão Pública, normalmente organizado do seguinte modo:

- Introdução – contendo os objetivos de elaboração/revisão do Plano, bem como os elementos que o compõem;
- Informação sobre a discussão pública – locais onde o Plano esteve em Discussão Pública e os elementos que foram disponibilizados;
- Informação sobre a participação pública - designadamente o número de participações, a tipologia dos participantes e a tipologia das questões colocadas;
- Identificação das questões colocadas que serão transpostas para a versão final do plano;
- Identificação das questões colocadas que não foram acolhidas na versão final do plano e a sua justificação.

Após a aprovação do relatório de ponderação por parte da cliente, os elementos da proposta de plano foram alterados em conformidade com o proposto no Relatório de Ponderação, destacando-se a importância de cumprir o estipulado na lei, e apenas proceder a alterações que decorram das participações apresentadas em Discussão Pública, sob o risco de inviabilizar a aprovação do Plano.

Ressalva-se ainda que a participação pública não se restringe ao período de Discussão Pública. É prática manter a receção de pedidos e sugestões da população durante o período de elaboração do plano, assinalando-se também a realização de *workshops* e apresentações públicas. De seguida, expõe-se a experiência obtida com a realização do *Workshop* Participativo da Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura, no qual a mestranda colaborou na organização, condução de um Grupo de Trabalho, e preparação do Relatório com os resultados do *Workshop*. O *Workshop* realizou-se no final da 1.ª Fase da Revisão do PDM – Avaliação do PDM em vigor e Pré-Proposta e teve como principais objetivos:

- “Contribuir para a informação e divulgação do processo de Revisão do PDM de Moura.
- Ouvir os interessados.
- Estimular a participação.
- Contribuir para completar o modelo de desenvolvimento do concelho.
- Discutir e validar os objetivos estratégicos e específicos definidos para a Revisão do PDM.
- Propor novos objetivos específicos para a Revisão do PDM.”¹⁸

Este *Workshop* foi organizado em duas partes principais:

- “A Parte 1 teve como principal objetivo apresentar o processo de Revisão do PDM e o trabalho desenvolvido na 1.ª Fase, designadamente, a caracterização e o diagnóstico do concelho, bem como o modelo de

¹⁸ DHV (2013), Relatório do 1.º *Workshop* Participativo, Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura. Câmara Municipal de Moura.

desenvolvimento, objetivos estratégicos e específicos para a Revisão do PDM.

- A Parte 2 incluiu a divisão dos participantes em grupos de trabalho e teve como principal objetivo a promoção de uma reflexão conjunta relativamente à estratégia da Revisão do PDM, reflexão essa que contribuiu para validar o diagnóstico desenvolvido, bem como para avaliar se as orientações estratégicas definidas para a Revisão do PDM consagram todas as preocupações dos vários intervenientes no concelho.”¹⁹

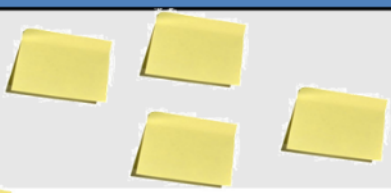


Para o *Workshop* foram convidadas 80 entidades, tendo estado presentes cerca de 35 entidades e 80 participantes. Esta forte afluência é resultado de um trabalho de preparação aprofundado, no âmbito do qual foi ainda elaborado e disponibilizado um documento síntese da 1ª Fase dos Trabalhos, preparada a apresentação inicial do *Workshop* e definidos os Grupos de Trabalho.

A mestranda assumiu também o papel de facilitadora de um dos Grupos de Trabalho²⁰, cabendo-lhe promover a discussão dos objetivos estratégicos e específicos para a Revisão do PDM (validar os propostos e propor novos objetivos específicos), organizar essas propostas num quadro elaborado para o efeito (Figura 11), e nomear um porta-voz (no sentido de dar protagonismo aos participantes) para apresentar os resultados do grupo aos restantes grupos.

¹⁹ *idem*

²⁰ Grupo C – constituído pelas Juntas de Freguesia, outros órgãos do poder local (Gabinete da Presidência e representante da Assembleia Municipal de Moura), a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral e Rodoviária do Alentejo.

Figura 11 - Quadro de apoio ao desenvolvimento dos trabalhos

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos
(A) Ambiente e Agricultura: Adoção do modelo de organização territorial ambientalmente sustentável	
(B) Promoção do desenvolvimento turístico e qualificação urbanística e funcional	
(C) Aposta nas energias renováveis e na dinamização económica do concelho	
Outros	

Extraído de: DHV (2013). Relatório do 1.º Workshop Participativo, Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura.
 Cliente: Câmara Municipal de Moura.

6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

6.1. NOTA PRÉVIA

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, introduziu um novo procedimento no processo de planeamento, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Este diploma transpõe para a legislação nacional a Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente²¹) e a Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente), determinando a necessidade de elaboração de uma AAE aplicada à elaboração de planos e programas que possam causar efeitos significativos no ambiente.

Esta é definida pelo referido Decreto-Lei como *“a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

Com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, todos os planos e programas, incluindo aqueles cuja elaboração se encontrava já em curso (desde que em momento antecedente à Discussão Pública) devem ser acompanhados por um Relatório Ambiental *“que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou*

²¹ O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio define qual o âmbito de aplicação da AAE, ou seja quais os planos e programas que devem ser submetidos à AAE. A Circular de Orientação Técnica n.º 3/2011 – “Qualificação dos PMOT para efeitos da inexistência de avaliação ambiental – critérios, fundamentação e divulgação” da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano esclarece que *“A realização de avaliação ambiental é sempre obrigatória no âmbito dos procedimentos de elaboração e revisão de planos diretores municipais (PDM) mas pode não ocorrer nos restantes procedimentos de formação de planos municipais de ordenamento do território (PMOT), desde que se conclua fundamentadamente que não produzem efeitos ambientais significativos.”*

programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.”

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o RA deve conter:

- “a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;
- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
- f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;

- g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no art. 11.^o²²;
- i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.”

Neste contexto, surgiu a necessidade de desenvolver a AAE de vários planos em curso na empresa de consultoria DHV, S.A. tendo a mestrandia (à data Consultora naquela empresa) assumido a responsabilidade pelo apoio à sua coordenação e co-elaboração. Foi sendo sucessivamente iniciada a AAE dos planos em curso, caso do Plano de Ordenamento da Albufeira (POA) do Ermal (Vieira do Minho) e a Revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) de Alandroal, Aljustrel, Arruda dos Vinhos, Lagoa (Açores), Loulé e Moura. Também foram iniciadas as AAE de planos e programas desenvolvidos por equipas externas, caso dos Programas Polis do Litoral Norte e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, da Revisão do PDM de Esposende e do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito. No Quadro 6 são indicados os projetos de AAE em que esteve envolvida:

²² O artigo 11.^o estabelece que “As entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

Quadro 6 – Participação em projetos de “Avaliação Ambiental Estratégica”

Avaliação Ambiental Estratégica (ver descrição dos projetos no Anexo I: fichas AAE_1 a AAE_12)	Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte.
	Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Alandroal.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Aljustrel.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Arruda dos Vinhos.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Esposende.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Lagoa (Açores).
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Loulé.
	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal de Moura.
	Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal.
	Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.
	Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.

Na maior parte dos casos, a AAE foi iniciada ainda na primeira fase dos trabalhos, referente à caracterização e diagnóstico, permitindo assim responder à boa prática da AAE que recomenda que a mesma seja conduzida de forma integrada com a elaboração de propostas sobre as quais incide.

Na definição da metodologia para a AAE procurou-se responder à legislação em vigor, que estabelece os procedimentos e conteúdo para a determinação do “*âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como do (...) alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental*” (artigo 5.º), do Relatório Ambiental (artigo 6.º, referenciado atrás) e da Declaração Ambiental (artigo 10.º).

Foram ainda consideradas as orientações dos guias metodológicos em AAE²³: o Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas (2007)²⁴ e o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2008), sendo que ambos procuram, também, responder

23 BOTELHO, Maria João; CUNHA, Ana (Coord.) (2008), *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais do Ordenamento do Território*. Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Agência Portuguesa do Ambiente. PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2007). *Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas*. Amadora, Agência Portuguesa do Ambiente.

²⁴ Mais recentemente, em 2013, foi publicada a versão revista e atualizada do anterior Guia metodológico de 2007: PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2013). *Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Amadora, Agência Portuguesa do Ambiente.

aos requisitos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

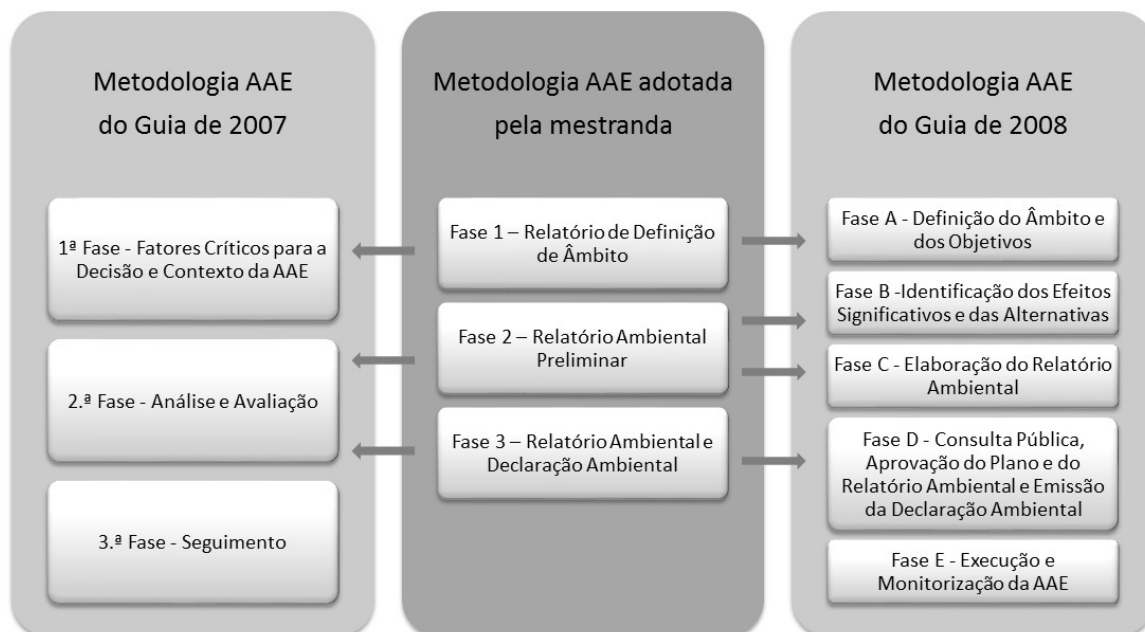
A metodologia adotada é organizada em 3 fases principais (a sua articulação com as fases propostas pelos Guias está representada na Figura 12):

- A Fase 1 traduz-se no Relatório de determinação do âmbito, alcance e nível de pormenorização da informação da avaliação ambiental, também designado de Relatório de Definição de Âmbito ou Relatório de Fatores Críticos, que deve ser submetido a parecer por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE)²⁵ no prazo de 20 dias, apresentando a metodologia para a AAE e a estrutura do Relatório Ambiental. Esta fase coincide, de um modo geral, com a fase de caracterização e diagnóstico da elaboração do plano. É apresentada no subcapítulo 6.3.
- A Fase 2 corresponde à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar, que deve ser submetido a parecer das ERAE, no prazo de 30 dias. Esta fase coincide com a elaboração da Proposta de Plano. É apresentada no subcapítulo 6.4.
- A Fase 3 corresponde ao acompanhamento da Consulta Pública e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental com a qual termina o trabalho da Equipa Técnica. Esta fase corresponde à fase de Discussão Pública e elaboração da versão final do plano. É apresentada no subcapítulo 6.5.

²⁵ ERAE - Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas, na aceção dada pelo n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que se refere *“às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa, designadamente Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., o Instituto da Água, I.P., as Administrações de Região Hidrográfica, I.P., as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, as autoridades de saúde ou municípios da área abrangida (...)”*, sem prejuízo das posteriores alterações institucionais. No âmbito das AAE realizadas, optou-se por estender esta Consulta a todas as entidades representadas na CA.

A execução e monitorização da AAE, última fase apontada nos Guias mencionados, extravasa o âmbito dos projetos desenvolvidos, sendo da responsabilidade das entidades contratantes da AAE.

Figura 12 - Relação do Faseamento/Metodologia adotados com o Faseamento/Metodologia propostos nos Guias da AAE



Nos pontos seguintes é exposta a metodologia da AAE referente às 3 fases apontadas, na perspetiva da participação e experiência obtida, sendo ainda descrita a função de apoio à coordenação em AAE.

6.2. APOIO À COORDENAÇÃO

A função de apoio à coordenação, já referida na elaboração de PDM e outros planos, foi também atribuída à mestrandia em projetos de “Avaliação Ambiental Estratégica”. Em comum, assinalam-se as seguintes tarefas de apoio à coordenação desempenhadas: estruturação de relatórios; pedidos de informação; gestão dos contactos com o cliente, com outras entidades e com a equipa; coordenação e incorporação dos contributos da equipa; preparação de apresentações para a CA e outras apresentações públicas; sistematização e análise de pareceres das entidades; elaboração de Relatórios de Progresso dos Trabalhos.

Na AAE, a função de apoio à coordenação é acompanhada de tarefas adicionais, tais como: a definição da metodologia; a definição do âmbito da AAE, designadamente

a seleção dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD); e a apresentação da componente das AAE nas reuniões da CA, caso de Moura ou Aljustrel.

6.3. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

A Fase 1 da AAE consiste na elaboração do Relatório de Definição de Âmbito (cujo modelo de índice proposto consta do quadro seguinte), que integra os objetivos e metodologia da AAE, uma descrição sintética do Objeto de Avaliação e a proposta de Fatores Críticos para a Decisão (FCD)²⁶. A abordagem aos FCD, definida por PARTIDÁRIO (2007), foi adotada em alternativa a uma análise exaustiva dos Fatores Ambientais, pois, para a maior parte dos projetos encontravam-se em elaboração, ou já concluídos, os estudos de caracterização, pela mesma Equipa.

Quadro 7 – Índice de Relatório de Definição de Âmbito – modelo

1.	Introdução
2.	Objetivos e Metodologia da AAE
3.	Objeto de Avaliação
3.1.	Antecedentes
3.2.	Síntese da Caracterização e Diagnóstico – Problemáticas e Oportunidades
3.3.	Proposta em Avaliação
4.	Fatores Críticos para a Decisão
4.1.	Introdução
4.2.	Quadro de Referência Estratégico
4.3.	Fatores Ambientais
4.4.	Questões Estratégicas
4.5.	Seleção dos Fatores Críticos para a Decisão

Assim, de acordo com PARTIDÁRIO (2007), os FCD foram constituídos como os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar e estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE, resultando de uma análise integrada dos seguintes elementos (Figura 13):

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), constituído por outros planos e programas pertinentes na avaliação dos efeitos do plano ou programa em

²⁶ Conceito apresentado em PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2007), Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

causa, considerando o cumprimento dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos pelos mesmos.

- Fatores ambientais (FA) definidos pela alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que devem ser considerados na avaliação dos eventuais efeitos significativos do Plano ou Programa: Biodiversidade, População, Saúde humana, Fauna, Flora, Solo, Água, Atmosfera, Fatores climáticos, Bens materiais, e Património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico e a paisagem.
- Questões Estratégicas (QE) do Plano ou Programa – são, de um modo geral, os objetivos/linhas de orientação estratégica do Plano ou Programa, sendo geralmente bastante abrangentes. O Quadro 8 ilustra os exemplos da seleção das QE.

Figura 13 - Seleção dos Fatores Críticos para a Decisão



Quadro 8 - Questões Estratégicas – exemplos

Revisão do PDM de Lagoa (Açores) (LOE – Linhas de Orientação Estratégica)	Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (Vetores Estratégicos e de Sustentabilidade)
<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de um modelo de organização territorial ambientalmente qualificado e sustentável. • Qualificação urbanística e funcional da vila de Lagoa/ Reequilíbrio e consolidação do sistema urbano. • Dinamização da base económica do concelho. • Reforço dos serviços de apoio à população. • Dotação de espaços turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e preservação da Biodiversidade • Salvaguarda dos recursos naturais • Valorização e proteção da paisagem • Valorização e proteção do Património Cultural • Melhoria das condições socioeconómicas da população • Criação de oferta turística
Revisão do PDM de Aljustrel (LOE – Linhas de Orientação Estratégica)	Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte (Eixos Estratégicos)
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a base económica e desenvolver o tecido empresarial local • Desenvolvimento e afirmação da agricultura de regadio e das agroindústrias • Reequilíbrio e consolidação do sistema urbano e afirmação de Aljustrel na rede urbana regional • Desenvolvimento e valorização do espaço rural e adoção de um modelo de organização territorial ambientalmente sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Defesa da Zona Costeira visando a prevenção de risco – Defesa Costeira. • Preservação e requalificação dos recursos naturais – Recursos naturais. • Valorização e promoção dos valores naturais e culturais singulares no litoral Norte - Valores naturais e culturais. • Requalificação e revitalização de núcleos urbano-marítimos - Núcleos urbano-marítimos. • Valorização e inovação nas atividades económicas.

Fonte: DHV (2011). Volume IV – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores). Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores); DHV (2013). Volume IV - Relatório Ambiental Preliminar, Fase 3B – Versão para Discussão Pública, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel; DHV (2010). Volume IV – Relatório Ambiental, Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal. Cliente: Instituto da Água; DHV (2010). Relatório Ambiental, Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte. Cliente: Sociedade Polis Litoral Norte.

A construção do QRE para a AAE visa avaliar a relação do plano ou programa com outros planos e programas pertinentes, e o cumprimento dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos pelos mesmos. A análise do QRE para a AAE inclui as orientações de política nacional e europeia e metas de longo prazo, resultando de uma análise dos documentos de referência que enquadram as orientações e linhas de desenvolvimento para o território alvo de plano ou programa. O Quadro 9 representa a seleção de planos e programas que constituem o QRE de algumas AAE em que participou, considerando já as sugestões das ERAE no âmbito da consulta à definição de âmbito.

Quadro 9 - Planos e programas que compõem o Quadro de Referência Estratégico – exemplos

Revisão do PDM de Lagoa (Açores)	Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas • Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável • Agenda Territorial da União Europeia • Estratégia Europeia para a Conservação da Biodiversidade • Estratégia Europeia para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais • Política Marítima Europeia • Diretiva-Quadro Estratégia Marinha • Política Comum das Pescas • Diretiva-Quadro da Água • Documentos de Âmbito Nacional • Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) • Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) • Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) • Estratégia Nacional para a Energia • Estratégia Nacional para o Mar • Programa Nacional para as Alterações Climáticas • Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) • Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território (PNPOT) • Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) • Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) • Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) • Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) • Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) • Proconvergência - Programa Operacional dos Açores para a Convergência • Pró-emprego - Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a RAA • Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PreDSA) • Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) para a Região Autónoma dos Açores • Plano Regional da Água dos Açores (PRA Açores) • Prorural - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013 • Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de Referência Estratégico Nacional • Estratégia de Desenvolvimento do Algarve • Programa Operacional Temático de Valorização do Território 2007-13 • Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 • Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 • Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade • Programa Nacional de Turismo de Natureza • Ecovias do Algarve • Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o respetivo Plano de Implementação • Estratégia Nacional para as Florestas • Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário • Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição nos Navios • Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo • Estratégia Nacional para a Energia • Estratégia Nacional para a Gestão da Zona Costeira • Plano Nacional da Água • Diretiva-Quadro da Água • Estratégia Nacional para o Mar • Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água • Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 • Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural • Programa da Rede Rural Nacional • Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 • Plano Estratégico Nacional do Turismo • Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais • Plano Mar Limpo • Plano de Ação para o Litoral 2007-2013 • Programa Nacional de Alterações Climáticas • Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas • Polis Litoral • Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

<ul style="list-style-type: none"> • Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Autónoma dos Açores (PROTA) • Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Costa Sul da Ilha de São Miguel • ProPescas 2007-2013 • Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores • Parque Natural da Ilha de São Miguel – Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A de 8 de julho 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo • Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve* • Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau • Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina • Plano de Ordenamento das Lagoas de Santo André e da Sancha • Plano de Bacia Hidrográfica do Sado • Plano de Bacia Hidrográfica do Mira • Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve • Plano Sectorial da Rede Natura 2000 • Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral • Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve • Plano Diretor Municipal de Sines • Plano Diretor Municipal de Odemira • Plano Diretor Municipal de Aljezur • Plano Diretor Municipal de Vila do Bispo • Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines • Convenção de Ramsar
--	--

Fonte: DHV (2011). Volume IV – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores). Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores); DHV (2011). Relatório Ambiental Final, Avaliação Ambiental do Proposta de Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Cliente: Sociedade Polis Litoral Sudoeste.

Os planos e programas que compõem o QRE foram analisados individualmente em termos de objetivos e propostas que interfiram com o objeto da AAE, tendo sido elaboradas fichas síntese para cada plano/programa, de onde consta a estratégia geral e a sua relação com o plano ou programa.

Simultaneamente, era também construída uma matriz (Quadro 10) que procede à análise da coerência da estratégia do plano ou programa com o QRE, com base no cruzamento das orientações e objetivos dos planos e programas que constituem o QRE, com as QE.

Quadro 10 – Verificação da interferência/contributo das Questões Estratégicas para a concretização do QRE

Objetivos/ Opções Estratégicas dos Planos e Programas que compõem o QRE	Questões Estratégicas (objetivos)				
	QE 1	QE 2	QE 3	QE 4	QE n
Plano ou Programa 1					
Objetivo 1			✓		
Objetivo 2					
Objetivo n					
Plano ou Programa 2					
Objetivo 1		✓			
Objetivo 2				✓	
Objetivo n	✓				
Plano ou Programa n					
Objetivo 1			✓		
Objetivo 2			✓		
Objetivo n					

QRE – Quadro de Referência Estratégica. QE – Questões Estratégicas.

Uma vez identificados os FA, QE e QRE, eram propostos os FCD (Quadro 11), acompanhados de objetivos de sustentabilidade, critérios e indicadores, definidos em função da sua relevância para a avaliação ambiental do plano, e considerando as estratégias definidas nos documentos de referência para as diferentes áreas abordadas e as características específicas do território em estudo.

Apesar do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, não obrigar à definição de indicadores, as AAE desenvolvidas apoiam-se na proposta de indicadores (e respetivas fontes de informação) para a caracterização da situação atual, visando assegurar a transversalidade e uniformidade de todo o processo de avaliação ambiental do plano ou programa. A proposta de indicadores para a caracterização da situação atual não deve ser confundida com a proposta de indicadores de monitorização, ainda que estes últimos possam, quando considerado pertinente, repetir-se aos primeiros.

Quadro 11 – Proposta de Avaliação dos FCD

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Fontes de Informação
FCD 1 - ...				
FCD 2 - ...				
FCD n - ...				

Salienta-se, no Relatório de Definição de Âmbito, sobretudo ao nível da proposta de indicadores da caracterização da situação atual, uma forte exigência por parte das entidades representadas na Comissão de Acompanhamento (CA), com vista a inclusão de indicadores relacionados com a sua área de atuação. Neste contexto, os “Riscos Naturais e Tecnológicos” vieram a constituir um FCD da maioria das AAE desenvolvidas, por indicação da Autoridade Nacional de Proteção Civil. O Quadro 12 apresenta a proposta de FCD de algumas AAE, que, sem prejuízo das suas diferenças, revelam a abrangência dos temas abordados pelas AAE.

Quadro 12 - Proposta de FCD – exemplos

Revisão do PDM de Lagoa (Açores)	Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal
<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade e Recursos Naturais • Desenvolvimento Socioeconómico • Ambiente Urbano • Desenvolvimento Turístico, Paisagem e Património 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da Natureza e Biodiversidade • Ordenamento do Território e Sustentabilidade Ambiental • Riscos Naturais e Tecnológicos • Desenvolvimento económico e social • Património e paisagem
Revisão do PDM de Aljustrel	Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da Natureza • Recursos Geológicos e Hidrogeológicos • Eficiência Energética e Qualidade Ambiental • Reforço Populacional, Estruturação Urbana e Qualidade de Vida • Atividades Económicas • Património Arquitetónico e Arqueológico • Riscos Naturais e Tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da Natureza e Biodiversidade • Qualidade Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos • Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável • Património e paisagem

Fonte: DHV (2011). Volume IV – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores). Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores); DHV (2013). Volume IV - Relatório Ambiental Preliminar, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel – Fase 3B – Versão para Discussão Pública. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel; DHV (2010). Relatório Ambiental, Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte. Cliente: Sociedade Polis Litoral Norte. DHV (2011). Relatório Ambiental Final, Avaliação Ambiental do Proposta de Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Cliente: Sociedade Polis Litoral Sudoeste.

6.4. DESENVOLVIMENTO DAS AVALIAÇÕES RELATIVAS A TEMÁTICAS RELACIONADAS COM POPULAÇÃO, CRESCIMENTO URBANO E SOCIOECONOMIA E PROPOSTA DE MEDIDAS

Na Fase 2 da AAE, a mestrandia foi também responsável pela preparação da estrutura do Relatório Ambiental (Quadro 13), procedendo para isso à análise e

integração dos pareceres das ERAE e outras entidades representadas na CA, ao Relatório de Definição de Âmbito. A síntese dos pareceres ao Relatório de Definição de Âmbito (assim como ao Relatório Ambiental) e a sua ponderação são apresentados em capítulo próprio - “Síntese da informação disponível, entidades consultadas e resultados das consultas”.

A estrutura do Relatório Ambiental integra os Objetivos e Metodologia da AAE, o Objeto de Avaliação e os Fatores Críticos para a Decisão, já propostos no Relatório de Definição de Âmbito, procedendo à avaliação ambiental de cada FCD.

Quadro 13 – Índice de Relatório Ambiental – modelo

1.	Introdução
2.	Objetivos e Metodologia da AAE
3.	Objeto de Avaliação
3.1.	Antecedentes
3.2.	Síntese da Caracterização e Diagnóstico – Problemáticas e Oportunidades
3.3.	Proposta em Avaliação
4.	Fatores Críticos para a Decisão
4.1.	Introdução
4.2.	Quadro de Referência Estratégico
4.3.	Fatores Ambientais
4.4.	Questões Estratégicas
4.5.	Seleção dos Fatores Críticos para a Decisão
5.	Avaliação Ambiental
5.1.	FCD 1 - ...
5.1.1.	Introdução
5.1.2.	Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e problemas ambientais
5.1.3.	Efeitos decorrentes da implementação do plano e medidas de planeamento e gestão
5.2.	FCD 2 - ...
5.2.1.	Introdução
5.2.2.	Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e problemas ambientais
5.2.3.	Efeitos decorrentes da implementação do plano e medidas de planeamento e gestão
5.3.	FCD 3 - ...
5.3.1.	Introdução
5.3.2.	Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e problemas ambientais
5.3.3.	Efeitos decorrentes da implementação do plano e medidas de planeamento e gestão
6.	Diretrizes para a Implementação e monitorização da AAE (Medidas de controlo)
7.	Síntese da informação disponível, entidades consultadas e resultados das consultas
8.	Síntese Conclusiva

Nas primeiras versões de Relatório Ambiental Preliminar foram elaboradas caracterizações para cada tema, na maior parte dos casos sobrepondo-se a temas já tratados nos estudos de caracterização e diagnóstico, que rapidamente ficavam desatualizadas dado o atraso destes processos. Para mais nas várias versões de Relatório Ambiental eram sugeridos, pelas entidades representadas na CA, novos critérios e indicadores.

Nesta perspetiva, foi adotado um modelo sintético para a caracterização da situação de referência e evolução na ausência do plano (Quadro 14), assim como para a identificação dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano e proposta de medidas de planeamento e gestão (Quadro 15).

Quadro 14 – Matriz para a Caracterização da situação atual, evolução na ausência de plano e problemas ambientais

FCD 1 - ...					
Objetivos/ Critérios	Indicadores	Fontes de informação	Caracterização da situação atual	Evolução na ausência de plano	Problemas ambientais

Quadro 15 – Matriz para a identificação dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano

FCD 1			
Critérios	Riscos	Oportunidades	Medidas de Planeamento e Gestão

Por fim, são ainda propostas medidas de controlo²⁷, ou seja indicadores de monitorização, associados aos FCD, tendo por finalidade identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de implementação do PDM. Estes indicadores devem, em Fase de Seguimento, ser remetidos, pela entidade promotora do plano ou programa, à Agência Portuguesa do Ambiente, numa periodicidade anual, procedendo simultaneamente à sua divulgação por meios eletrónicos.

²⁷ Assim designadas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio

A mestranda foi, de um modo geral, responsável pelas avaliações ambientais dos FCD e critérios de avaliação relativos a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia, assegurando também a coordenação e incorporação dos contributos da restante equipa.

6.5. ELABORAÇÃO DE RESUMO NÃO TÉCNICO E DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

A Fase 3 sucede à análise e incorporação dos pareceres das ERAE e corresponde ao acompanhamento da Consulta Pública e elaboração da Declaração Ambiental. Tal como exigido pela legislação, foi produzido um Resumo Não Técnico (RNT) para a Consulta Pública dos vários projetos. No Quadro 16 é apresentada a proposta de índice geral do RNT da AAE, redigido com recurso a uma linguagem mais acessível e sintética, para facilitar o acesso e compreensão da AAE à população, e assim permitir cumprir os objetivos da Consulta Pública.

Quadro 16 – Estrutura proposta para RNT

Resumo Não Técnico – Índice
1. Como se organiza o Resumo Não Técnico?
2. Qual é o objeto de Avaliação?
3. Como se processa a Avaliação Ambiental Estratégica?
4. Qual a situação atual e a evolução prevista na ausência do Plano?
5. Quais os efeitos do plano e recomendações?
6. Como é monitorizada a Avaliação Ambiental Estratégica?
7. Quais as conclusões finais?

A conclusão do processo da AAE, para a empresa contratada, é assinalada pela preparação da Declaração Ambiental. A Declaração Ambiental, destinada à Agência Portuguesa do Ambiente, deve, tal como previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, conter os seguintes elementos:

- “A forma como as considerações ambientais e do relatório ambiental foram integradas no plano ou programa;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;

- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º;
- As razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.
- As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º”.

7. AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

7.1. NOTA PRÉVIA

O regime jurídico da AIA é atualmente definido pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, aplicando-se aos *“projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos negativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011 (...)”* (artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro).

Este Decreto-Lei revoga o Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, que alterou o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, legislação que serviu de referência na elaboração das avaliações de impacto ambiental abaixo indicadas.

A participação em AIA consistia, de um modo geral, na análise da situação atual e descrição dos impactes ambientais significativos para os descritores socioeconomia e/ou ordenamento do território (incluindo condicionantes). Enquadra-se no conteúdo mínimo do EIA definido nas seguintes alíneas do Anexo V do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, particularmente:

- “4 - Descrição do estado do local e dos fatores ambientais suscetíveis de serem consideravelmente afetados pelo projeto, nomeadamente a população, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, a paisagem, os fatores climáticos e os bens materiais, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem, bem como a inter-relação entre os fatores mencionados. (...)”
- 6 – Descrição e hierarquização dos impactes ambientais significativos (efeitos diretos e indiretos, secundários e cumulativos, a curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos) (...)”

No Quadro 17 estão listados alguns dos projetos de avaliação de impacto ambiental em que a mestranda participou, correspondendo a colaborações pontuais com o departamento de Ambiente, com exceção do EIA do Aeroporto de Lisboa desenvolvido pelo então departamento de Ambiente e Ordenamento do Território.

Quadro 17 – Participação em projetos de “Avaliação de Impacte Ambiental”

Avaliação de Impacte Ambiental (ver descrição dos projetos no Anexo I: fichas AIA_1 a AIA_3)	Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora.
	Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa.
	Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico de Chão Falcão III.

No subcapítulo seguinte são utilizados os seguintes exemplos de EIA para apresentar a análise desenvolvida pela mestrand:

- No Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora, elaborado pela DHV, foi responsável (com apoio da equipa de SIG) pela elaboração do descritor relativo à socioeconomia, designado “População, Atividades Económicas e Acessibilidades”.
- No Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), elaborado pelo consórcio formado pela DHV, SA, pela Augusto Mateus & Associados, Lda. e pela Bruno Soares Arquitectos, integrou a equipa responsável pela elaboração do descritor relativo ao ordenamento do território, designado “Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado”.

7.2. DESCRITOR SOCIOECONOMIA E/OU ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No descritor População, Atividades Económicas e Acessibilidades do Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora, a área de estudo alarga-se à Região em função da natureza do projeto e importância económica, mas incorporando também a escala do município e freguesias.

A caracterização da situação de referência relativa aos aspetos socioeconómicos foi estruturada nas seguintes componentes principais:

- Enquadramento Regional;
- Demografia;
- Quadro Social e Recursos Humanos;

- Atividades Económicas;
- Estrutura Urbana.

Tendo por principal referência as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE), foram calculados e analisados indicadores como densidade populacional, população residente, crescimento natural, crescimento migratório, estrutura etária, índice de envelhecimento, taxa de analfabetismo, nível de escolaridade, população ativa, taxa de atividade e de desemprego, população empregada por sectores de atividade, índice de poder de compra, estrutura empresarial e estrutura da indústria transformadora.

Na avaliação dos impactes induzidos pela implantação do Projeto, foram considerados os incómodos para a população durante a fase de construção, e, na fase de exploração, os efeitos sobre a estrutura sociodemográfica e os efeitos na base económica local e regional. Nesta avaliação foram ponderados, de um modo geral, os seguintes elementos de avaliação - Sentido, Carácter, Duração, Probabilidade de Ocorrência, Reversibilidade, Magnitude e Significância, sem contudo proceder à sua sistematização.

Foi ainda elaborado um Aditamento ao EIA, na sequência de um conjunto de questões colocadas pela Agência Portuguesa do Ambiente. No que concerne à socioeconomia, consistiu na caracterização da atividade turística, na identificação das grandes unidades industriais, na caracterização das infraestruturas e equipamentos, e na identificação de impactes relacionados.

Na elaboração do descritor Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado para o EIA do NAL, verificou-se, face às exigências em termos de dimensão e visibilidade deste projeto, uma maior complexidade da análise efetuada e o desenvolvimento de metodologias específicas.

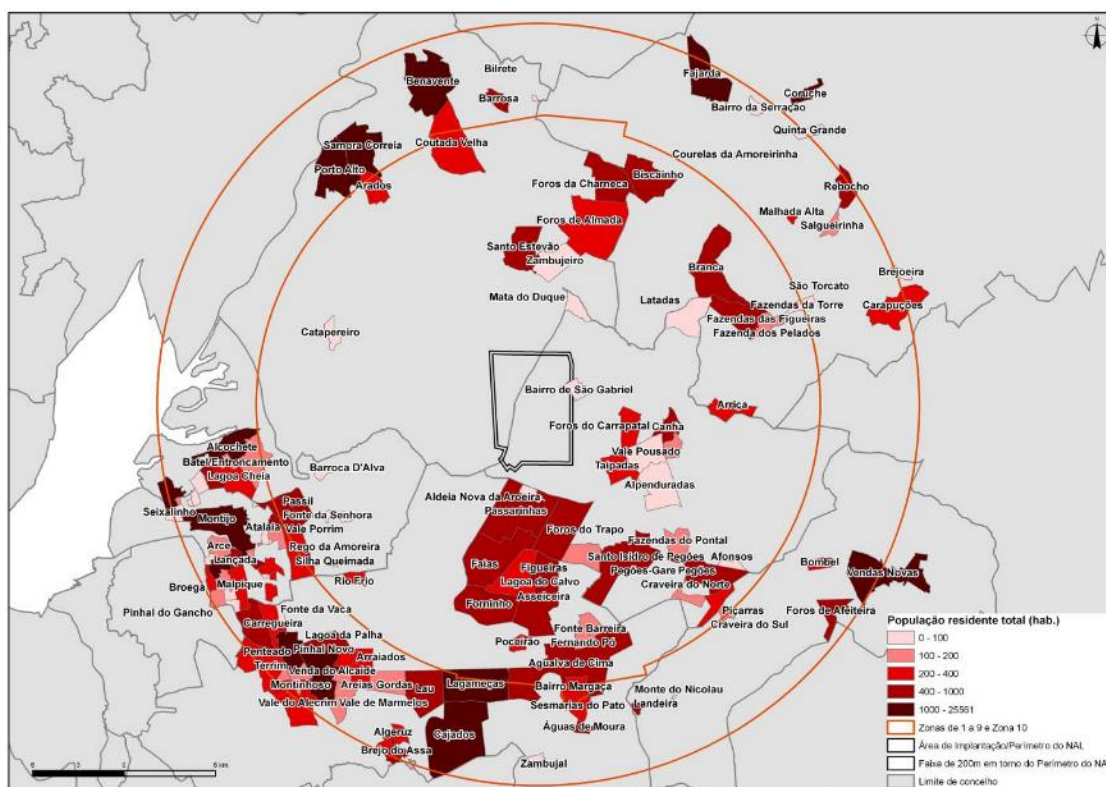
A área de estudo (mais abrangente) do referido descritor corresponde ao conjunto de 14 concelhos, incluindo os concelhos intersectados pela área sujeita a medidas preventivas (definida pelo Decreto n.º 19/2008, de 1 de julho), e ainda os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro, aos quais foi atribuída a função de acolhimento de infraestruturas e serviços de suporte ao aeroporto.

A caracterização da situação atual foi estruturada em: Uso do Solo; Planeamento e Ordenamento do Território; e Áreas de Uso Condicionado, obedecendo a diferentes escalas de análise e metodologias.

Para a caracterização da situação atual do uso do solo foram utilizadas três escalas de análise: Área de estudo, com base na cartografia CORINE Land Cover 2000 e 2006 (elaborada pelo ex-Instituto Geográfico de Portugal); Área de implantação do NAL e faixa envolvente, à escala 1/25.000; e Área da envolvente imediata do NAL (zonas 1 a 9 das Medidas Preventivas), com a identificação dos lugares intercensitários, ocupações e principais atividades económicas.

O resultado desta última análise está representado na Figura 14, com a população residente nos lugares censitários na envolvente imediata do NAL, que é ainda acompanhado de uma descrição dos equipamentos, herdades, indústrias, centros de produção agropecuária, etc., identificados naquela área.

Figura 14 - População residente nos lugares censitários na envolvente imediata do NAL



Extraído de: DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. *Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado. In Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, Volume I, Tomo 2, Capítulo 4.11, Cliente: NAER, S.A.*

Na análise do Planeamento e Ordenamento do Território, foram considerados os três âmbitos de gestão territorial definidos pelo RJGT (em vigor à data): Âmbito nacional – em que são considerados o PNPT, os planos sectoriais e os PEOT com incidência na área de estudo; Âmbito regional – em que são considerados os planos regionais de ordenamento do território que intersectam a área de estudo, aprovados ou em elaboração; e Âmbito municipal – em que são considerados os PDM dos 14 municípios, sendo a análise detalhada para a área de implantação do NAL e faixa envolvente (concelhos de Benavente e Montijo).

Foi elaborado um quadro normativo e estratégico (Quadro 18) com a identificação de todos os planos e programas analisados (incluindo outros planos e programas de natureza estratégica e operacional), dos concelhos total ou parcialmente abrangidos, e das situações de sobreposição à área de implantação do NAL e faixa envolvente. A análise dos referidos planos e programas foi sintetizada em quadros individuais, com exceção dos PROT que foram objeto de uma análise mais detalhada, no sentido de enquadrar o projeto na estratégia de desenvolvimento regional.

Quadro 18 – Quadro normativo e estratégico do EIA NAL (extrato parcial do quadro original)

Plano/ Programa	Área de implantação do NAL e envolvente imediata (1)	Área de estudo – concelhos abrangidos (2)	Apresentado em: (3)
Planos e Programas Estratégicos e Operacionais			
Quadro de Referência Estratégico Nacional	✓	✓	Anexo ORD.II (A)
Programa Operacional de Valorização do Território	✓	✓	Anexo ORD.II (B)
Estratégia Regional Lisboa 2020	✓	✓	Anexo ORD.II (C)
Programa Operacional Regional de Lisboa	✓	✓	Anexo ORD.II (D)
Programa Operacional Regional do Alentejo	✓	✓	Anexo ORD.II (E)
Plano Portugal Logístico	✗	Palmela	Anexo ORD.II (F)
Plano Estratégico Nacional do Turismo	✓	✓	Anexo ORD.II (G)
Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal	✓	Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal	Anexo ORD.II (H)
Plano Estratégico do Projecto do Arco Ribeirinho Sul	✗	Almada, Barreiro e Seixal	Anexo ORD.II (I)
Estudo Conceptual para a Definição de uma Estratégia de Acessibilidade e Transportes para a Península de Setúbal	✓	Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal	Anexo ORD.II (J)

Extraído de: DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado. In Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, Volume I, Tomo 2, Capítulo 4.11. Cliente: NAER, S.A.

Na análise do âmbito municipal, procedeu-se à construção de uma carta com a junção dos vários PDM, disponibilizados pelas Câmaras Municipais ou através da digitalização e georreferenciação das respetivas cartas de ordenamento. A mestrandia participou na uniformização das classes e categorias, agrupando-as de acordo com a qualificação e categorização do solo definida pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio.

Esta análise foi mais detalhada para a área de implantação do NAL e faixa envolvente, em que se procedeu à determinação das áreas ocupadas (ha e %), conforme representado no Quadro 19, e à análise do enquadramento jurídico definido no Regulamento de cada PDM.

Quadro 19 – Ordenamento previsto para a área de implantação do NAL e envolvente imediata

Categorias – Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio	Categorias e sub-categorias – PDM em vigor	Concelhos	Área de Implantação do NAL			Faixa envolvente		
			Área ocupada	Total área ocupada		Área ocupada	Total área ocupada	
			ha	ha	%	ha	ha	%
Espaços destinado a Equipamentos	Espaço afecto a instalações de interesse público – Área de instalação de defesa nacional (Campo de Tiro de Alcochete)	Benavente	977,22	3.325,34	98,33	162,47	198,20	39,06
	Espaço afecto a instalações de interesse público – Área de instalação de defesa nacional (Campo de Tiro de Alcochete)	Montijo	2.348,12					
	Espaço afecto a instalações de interesse público – Área de instalação de telecomunicações					35,73		
Espaços Agrícolas	Espaço agrícola – Área agrícola não incluída na RAN	Benavente	0,00	10,16	0,30	7,12	30,92	6,09
	Espaço agrícola – Área agrícola de RAN	Montijo	10,16			23,80		
	Espaço agrícola – Área agrícola não incluída na RAN							
Espaços Florestais	Espaço florestal – Área de floresta de produção	Benavente	0,00	38,15	1,13	38,34	266,46	52,51
	Espaço florestal – Área de floresta de protecção							
	Espaço florestal – Área de floresta de produção	Montijo	38,15			228,12		
	Espaço florestal – Área de mato e mata de protecção							
Espaços Naturais	Espaço aquícola - Albufeira	Montijo	8,00	8,00	0,24	0,00	0,00	0,00
Espaço de Ocupação Turística	Espaço Turístico – Área turística proposta	Benavente	0,00	0,00	0,00	11,83	11,83	2,33

Extraído de: DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. *Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado, Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, Volume I, Tomo 2, Capítulo 4.11. Cliente: NAER, S.A.*

Por fim, na caracterização da situação atual na área do Planeamento e Ordenamento do Território foi ainda efetuada uma análise das intenções e compromissos dos vários municípios, tendo para o efeito sido elaborado um inquérito e, em alguns casos, realizadas reuniões com os municípios, nas quais a mestrandia também participou.

O resultado destes inquéritos foi sistematizado (Figura 15) e analisado por município, procedendo à tipificação das intenções de acordo com as funções previstas – Acessibilidades; Turismo; Espaços de Acolhimento Empresarial e Industrial; Residencial; Logística; Saúde; e Misto.

[illegible]

A análise das Áreas de Uso Condicionado incidu na área de implantação do NAL e faixa envolvente, procedendo-se à sua cartografia e análise. Neste ponto foi necessário o contacto e articulação com diferentes entidades responsáveis pela classificação dessas mesmas condicionantes, dado que as Plantas de Condicionantes dos PDM não se encontravam atualizadas.

- Área de implantação - Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado.
- Área de implantação e envolvente imediata - Uso do Solo.
- Área de estudo (14 concelhos) - Planeamento e Ordenamento do Território.

Esta análise partiu da identificação dos impactes para os diferentes temas, procedendo-se posteriormente à sua classificação segundo vários aspetos: Sentido; Carácter, Probabilidade de Ocorrência, Duração, Reversibilidade, Magnitude e Significância.

Neste EIA verificou-se uma especial preocupação em termos de objetividade, tendo sido definidas escalas de significância de impactes para cada descritor, e no caso presente para os diferentes temas. O Quadro 20 detalha os critérios utilizados na definição da escala de significância para o Uso do Solo.

Quadro 20 - Critérios utilizados na definição da escala de significância para o Uso do Solo no EIA NAL

Designação	Critérios
Extrema/ Muito elevada	Ocorre quando o impacte referente à alteração do uso do solo afeta áreas classificadas à escala nacional e internacional ou outras áreas de extremo valor e sensibilidade económica, social ou ecológica.
Elevada	Ocorre quando o impacte referente à alteração do uso do solo constitui um aspeto importante à escala regional e afeta áreas com valor e sensibilidade económica, social ou ecológica.
Moderada	Ocorre quando o impacte referente à alteração do uso do solo constitui um aspeto importante à escala local, exibindo uma magnitude também moderada ou elevada. São afetadas áreas com valor e sensibilidade económica, social ou ecológica.
Reduzida	Ocorre quando o impacte referente à alteração do uso do solo constitui um aspeto com incidência local e apresenta uma magnitude reduzida. As classes de uso do solo afetadas revelam reduzido valor e sensibilidade económica, social ou ecológica.
Negligenciável	Ocorre quando a alteração do uso do solo é mínima ou afeta áreas de reduzido valor e sensibilidade económica, social ou ecológica.

Extraído de: DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado. In Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, Volume I, Tomo 3, Capítulo 6.11. Cliente: NAER, S.A.

O Quadro 21 apresenta um extrato da matriz síntese de impactes do descritor Uso do Solo, Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado, representativa da complexidade e abrangência da análise desenvolvida para este EIA.

Quadro 21 - Matriz síntese de impactes do descritor Uso do Solo, Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado (extrato)

Síntese de Impactes – Uso do Solo, Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado								
Impacte	Identificação da ação de Projeto	Sentido	Carácter	Ocorrência (prob.)	Duração	Revers.	Magnitude	Significância
Fase prévia à construção								
Planeamento e ordenamento do território								
Alteração ao PROT	A.1 – Elaboração e aprovação EIA/Projeto	Positivo	Direto	Certa	Temporário	Reversível	Elevada	Elevada
Compatibilização e contributo do NAL na implementação dos IGT de âmbito nacional e regional, e na realização dos principais instrumentos estratégicos	A.1 – Elaboração e aprovação EIA/Projeto	Positivo/ Negativo	Direto/ Indireto	Certa	Permanente	Reversível	Elevada	Reduzida/ Elevada
Alteração da classificação e qualificação do solo prevista nos PDM para a área de implantação do NAL	A.4 – Descativação da utilização catual da área afeta ao CTA	Positivo	Direto	Certa	Permanente	Reversível	Reduzida	Reduzida
Alteração da classificação e qualificação prevista no PDM de Benavente (solo urbano, espaço turístico) imediatamente a Norte da área de implantação do NAL	C. 3 – Descolagem e aterragem de aeronaves	Negativo	Direto	Provável	Permanente	Irreversível	Reduzida	Reduzida
Áreas de uso condicionado								
Publicação das medidas preventivas do Novo Aeroporto de Lisboa	A.1 – Elaboração e aprovação EIA/Projeto	Positivo	Direto	Certa	Temporário	Reversível	Elevada	Elevada
Cessação da Servidão Militar na área de implantação do NAL e restante área desativada	A.4 – Descativação da utilização atual da área afeta ao CTA	Positivo	Direto	Certa	Permanente	Irreversível	Reduzida	Reduzida
Fase de construção								
Uso de solo								

Extraído de: DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. *Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado. In Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, Volume I, Tomo 3, Capítulo 6.11. Cliente: NAER, S.A.*

8. PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS

8.1. NOTA PRÉVIA

A Lei da Água, Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva-Quadro da Água n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água.

Com esta Lei são criadas as Regiões Hidrográficas e é atribuída à autoridade nacional da água²⁸ a competência de *“Promover a proteção e o planeamento das águas, através da elaboração do plano nacional da água e da aprovação dos planos específicos de gestão de águas e dos planos de gestão de bacia hidrográfica.”*

Neste contexto, foi atribuída à DHV a elaboração do Tema Estratégico 3 – Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água no Plano Nacional da Água (PNA), do PGRH do Norte e do PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste (Quadro 22).

Estes projetos foram desenvolvidos pelo departamento da mestranda, justificando-se, pelo peso destes projetos em termos de orçamento e da alocação de recursos (humanos e outros), a sua renomeação para Departamento de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e um reforço da equipa com engenheiros de ambiente e especialistas em recursos hídricos, sem prejuízo da afetação de colaboradores dos outros departamentos e das colaborações externas. Não obstante, a componente de socioeconomia destes projetos foi inteiramente assegurada pela mestranda, assim como algumas componentes conexas, constituindo o mais recente desafio profissional.

²⁸ À data a autoridade nacional da água era o Instituto da Água (INAG), que foi extinto, passando a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a integrar as competências em matéria de água. Simultaneamente foram extintas as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), encontrando-se a funcionar, na dependência da APA, os Serviços Descentralizados para assuntos das Regiões Hidrográficas.

Quadro 22 – Participação em projetos de “Planos de Recursos Hídricos”

Planos de Recursos Hídricos (ver descrição dos projetos no Anexo I: fichos RH_1 a RH_3)	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste.
	Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte.
	Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água do Plano Nacional da Água.

Em ambos os PGRH foi elaborada a análise socioeconómica, que inclui duas componentes principais: indicadores demográficos e sociais; e características sectoriais e territoriais das atividades económicas - componentes que serviriam de *input* para as restantes análises desenvolvidas pela equipa.

No PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste, procedeu-se também à análise da importância socioeconómica das utilizações da água, que conjuga os indicadores socioeconómicos com as necessidades de água afetas a cada sector utilizador de água (necessidades calculadas pela equipa).

Em termos gerais, a análise efetuada no PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste foi mais complexa e detalhada, optando-se por utilizar esta como referência no subcapítulo 8.2 para a apresentação do trabalho.

A execução dos trabalhos relativos ao Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água para o PNA consistiu nas seguintes análises, em que a mestranda participou:

- Análise e avaliação da compatibilização das diversas políticas dos setores utilizadores de água, vertidas nos respetivos planos setoriais;
- Desenvolvimento de cenários prospetivos para o desenvolvimento desses setores;
- Estudo da Vocação Regional da Água, que permita uma reflexão sobre eventuais políticas futuras da gestão integrada da água.

Encontrando-se em fase de conclusão o PNA, apresenta-se apenas em termos gerais, no subcapítulo 8.3, a abordagem metodológica concebida pela mestranda para a cenarização.

8.2. ELABORAÇÃO DOS TEMAS REFERENTES À SOCIOECONOMIA

Como referido anteriormente, a análise socioeconómica do PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste é constituída por duas componentes principais:

- Indicadores demográficos e sociais – que consiste na análise da população na região hidrográfica (residente e flutuante), a distribuição e tendências de evolução da população residente e a sua estrutura etária e social. Para o efeito foram considerados os seguintes descritores/indicadores:
 - População residente e evolução populacional;
 - Distribuição da população residente;
 - Estrutura etária e das famílias;
 - Estrutura residencial (alojamentos);
 - População flutuante;
 - Quadro social (nível de escolaridade, rendimento e poder de compra).
- Características sectoriais e territoriais das atividades económicas – que consiste na determinação do Produto Interno Bruto (PIB), do PIB *per capita* e do Valor Acrescentado Bruto (VAB) afetos à região, na análise da estrutura económica da população e caracterização geral das atividades económicas. Foram ainda analisados em maior detalhe os sectores económicos utilizadores da água, tendo por base o documento metodológico do ex-INAG²⁹. Para o efeito foram analisados os seguintes descritores/indicadores:
 - PIB, VAB e PIB *per capita*;
 - Taxa de atividade e emprego por sectores de atividade;
 - Desemprego;

²⁹ INAG (2010). *Planos de Gestão de Região Hidrográfica, Análise económica das utilizações da água – lista de verificação dos principais indicadores*. Lisboa, Instituto da Água. Este documento identifica os seguintes sectores económicos utilizadores de água: Agricultura e produção animal; Indústria transformadora; Produção da energia elétrica; Pesca; Aquicultura; Turismo: Alojamento turístico; Golfe; Atividade de recreio; Eventos desportivos nas massas de água; Indústria extrativa em domínio hídrico; Apoios de praia; Navegação (porto de Lisboa).

- Estrutura empresarial (coeficientes de localização das empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço);
- Setores económicos utilizadores da água (número de empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios, VAB, exportações e balança comercial).

Na análise estatística realizada, foi necessário recorrer à aplicação de coeficientes de afetação da população e de área das unidades de referência geográfica de base (subsecção estatística ou concelho)³⁰, abrangidas pelos limites das massas de água, das sub-bacias ou da região hidrográfica. A determinação destes coeficientes foi realizada em ambiente SIG pela equipa, cabendo no âmbito da análise socioeconómica a aplicação desses coeficientes.

No que respeita à caracterização dos setores económicos utilizadores de água, verificou-se que grande parte da informação de base apenas estava disponível ao nível nacional ou é confidencial para um conjunto alargado de concelhos e NUTS, o que obrigou ao recurso a ponderações, da informação de base disponibilizada a nível nacional, para obter o valor para Região Hidrográfica.

A dimensão das notas anexas ao quadro seguinte (representativo da síntese da análise das características sectoriais e territoriais das atividades económicas) revela a complexidade de fontes de informação e das ponderações e cálculos utilizados, que se optou assim por salvaguardar.

³⁰ A informação de base encontra-se, maioritariamente, desagregada ao nível da subsecção estatística ou do concelho, verificando-se que as principais fontes de informação foram as estatísticas oficiais do INE, disponibilizadas no Recenseamento Geral da População e Habitação, nos Anuários Estatísticos Regionais e outras publicações estatísticas sectoriais, como as Estatísticas da Pesca, Estatísticas Agrícolas, Contas Económicas da Agricultura e o Recenseamento Geral da Agricultura.

Quadro 23 – Quadro-síntese das Características setoriais e territoriais das atividades económicas – PGRH do Tejo (ano de referência: 2008)

Região Hidrográfica	Agricultura ¹	Pecuária ¹	Indústria Transformadora ²	Alojamento Turístico ³	Golfe ⁴	Produção de energia hidroelétrica ⁵	Pescas ⁶	Aquicultura ⁷	Extração de inertes em domínio hídrico ⁸
N.º de empresas/ estab./ infraestruturas	2 101 empresas	757 empresas	18 359 empresas	661 empr. turísticos	20 campos de golfe	20 instalações	836 empresas	24 unidades de produção	140 pontos de extração lic.
Pessoal ao serviço	9 028	4 074	168 968	10 250	600	45	1 914	86	-
VAB (€)	352 502 141	348 739 076	4 010 018 330	219 031 259	44 000 000	19 739 604	28 279 105	40 090	-
Produtividade aparente do trabalho (€ VAB/trab.)	39 046	85 598	23 732	21 369	73 333	442 208	14 772	469	-
Volume de negócios (€)	932 074 450	922 124 279	31 960 316 990	445 368 290	74 430 420	358 497 846	55 804 129	1 406 584	3 263 719
Produtividade económica da água (VAB €/m³)	0,4	47,9	46,9	82,3	7,9	-	-	-	-

Fonte:

INE – Recenseamento Geral da População e da Habitação - BGRI, 2001

INE – Anuários Estatísticos Regionais - Centro, Lisboa e Alentejo, 2008

INE – Contas Económicas da Agricultura 1980-2009

MTSS – Quadros de Pessoal, 2008

Turismo de Portugal - Informação georeferenciada relativa aos empreendimentos turísticos classificados e previstos, 2010

Turismo de Portugal - Matriz de campos de golfe

INE - Base de dados *online* do site do INE

INE - Estatísticas Agrícolas, 2009

INE - Estatísticas da Pesca, 2009

DGEG - Estatísticas-Pedreiras-Produção Anual, 1994-2007

DGEG - Produção/ Consumos, 1994-2009

DGEG - Renováveis - Estatísticas Rápidas, agosto/setembro 2010

DGEG - Potência instalada nas Centrais Produtoras de Energia Elétrica, 1995-2009

Notas:

¹ A disponibilização do emprego e das empresas pelo MTSS inclui uma classe referente à Agricultura e Produção Animal Combinadas, tendo sido distribuída pelas classes Agricultura (Produção Vegetal) e Produção Animal na mesma proporção que a apresentada à partida por aquelas duas classes. Os valores referentes à RH5 foram obtidos através da ponderação com base no coeficiente de afetação da área dos concelhos. O VAB é disponibilizado nas Contas Económicas da Agricultura apenas para o total nacional do Ramo Agrícola, tendo sido distribuído pelas outras classes a nível nacional na mesma proporção que a Produção. A Produção e o VAB da RH5 foram calculados através da atribuição da mesma proporção do emprego da região a nível nacional.

² O tecido empresarial, emprego e volume de negócios da indústria transformadora encontra-se disponível por concelho para 2008 na CAE Rev3, tendo sido adotado o mesmo ano de referência e a mesma classificação das atividades económicas na aquisição dos referidos indicadores e do VAB para o Continente e nível nacional. Todavia, ressalva-se que os valores relativos ao pessoal ao serviço e volume de negócios encontram-se subestimados, na medida em que vários concelhos apresentam valores confidenciais. O VAB foi obtido através da aplicação, para cada tipo de indústria, do valor médio do VAB por pessoal ao serviço de Portugal (os valores respeitantes ao Continente são confidenciais para a maioria das CAE da indústria transformadora).

³ O pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB do Alojamento para a RH5 foi estimado a partir dos valores médios por cama turística calculados para o Continente.

⁴ O emprego, volume de negócios e VAB do golfe foi calculado com base no número de campos de golfe considerando a avaliação do impacto económico da indústria do Golfe a nível nacional, apresentada pelo Turismo de Portugal (Caracterização geral da oferta de Golfe em Portugal, http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ AreasActividade/ProdutoseDestinos/Documents/ Doc2_CaracterizacaoGolfePortugal.pdf, acedido em 03.11.2010.) e num estudo da Universidade do Algarve (Correia, A.; Martins, V.. Competitividade Eficiência na Indústria do Golfe: O Caso do Algarve, http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER07/art_5.pdf, acedido em 03.12.2010).

⁵ O emprego, VAB e volume de negócios na região hidrográfica foi estimado a partir dos valores nacionais, considerando o mesmo contributo da região em termos da potência instalada para a produção de eletricidade de energia hídrica a nível nacional.

⁶ O número de empresas, o emprego e o volume de negócios encontra-se disponível para o conjunto da Pesca e Aquicultura por concelho para 2008, tendo, dada a especificidade desta atividade económica, sido utilizados os valores totais dos concelhos, sem ponderação pelo coeficiente de afetação da população. Foi utilizado o mesmo ano de referência na aquisição dos referidos indicadores e do VAB para o Continente e Portugal. Nestas escalas encontram-se já disponíveis os mesmos indicadores para a Pesca e Aquicultura individualmente. Para a obtenção do número de empresas e emprego desagregado para a Pesca (sem Aquicultura), recorreu-se à aplicação da mesma proporção que a Pesca apresenta nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social face ao total de Pesca e Aquicultura. O VAB e o volume de negócios para a Pesca Total da RH5 foram determinados através aplicação da média do Continente do volume de negócios e do VAB pelo pessoal ao serviço. No caso do volume de negócios para o conjunto da Pesca e Aquicultura, este é também disponibilizado por concelho. Ressalva-se que os totais de pessoal ao serviço e volume de negócios da Pesca e Aquicultura da RH5 encontram-se subestimados, na medida em que os valores de vários concelhos são confidenciais.

⁷ O emprego na RH5 foi determinado com base no valor médio de empregados por empresa de aquicultura, aquicultura em águas salgadas e salobras e aquicultura em águas doces, determinado a partir dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. O volume de negócios e o VAB da Aquicultura da RH5 foram determinados através aplicação da média do Continente do volume de negócios e do VAB pelo número de empresas, ao número de unidades de produção na RH5 (valor base disponível para a caracterização do sector).

⁸ O valor produzido foi estimado com base num preço médio de venda de 5€/m³ obtido no Plano Específico de Gestão de Extração de Inertes no Domínio Hídrico do Rio Tejo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Extraído de: DHV et al.. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, Relatório Técnico (Versão Extensa). Cliente:

Agência Portuguesa do Ambiente; Administração da Região Hidrográfica do Tejo. Disponível em

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834> [consultado em 26-04-2014].

A aplicação dos coeficientes de afetação e de ponderações, associada ao grande volume de dados e complexidade de alguns indicadores, obrigou a uma aprendizagem (com o apoio da equipa) de novas ferramentas de trabalho em folhas de cálculo (por exemplo *pivot tables*, filtros, macros, novas fórmulas).

8.3. ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA SOCIOECONÓMICA DAS UTILIZAÇÕES DA ÁGUA

No PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste foi ainda efetuada a análise da importância socioeconómica das utilizações da água, considerando também as orientações dadas pelo documento metodológico do ex-INAG. Nesta análise é efetuado o cruzamento dos indicadores desenvolvidos para a caracterização dos setores económicos com as necessidades de água afetas a cada sector (que foram calculadas pela equipa), de modo a representar o contributo da região hidrográfica para a economia nacional, a importância económica dos sectores, e, em última instância, a importância da água para a economia regional.

Para o efeito, foram desenvolvidos e calculados vários indicadores económicos (contando com o apoio da equipa da análise económica na validação da proposta de indicadores e resultados), dos quais se destacam:

- Empregabilidade da água - Pessoal ao serviço por m³ de água nos sectores económicos utilizadores de água na região.
- Produtividade económica da água - VAB por m³ de água nos sectores económicos utilizadores de água na região.
- Intensidade da utilização da água - m³ de água por euro de VAB nos sectores económicos utilizadores de água na região.

O Quadro 24 sintetiza os resultados desta análise.

Quadro 24 – Quadro-síntese da análise da importância socioeconómica das utilizações da água – PGRH do Tejo (ano de referência: 2008)

Indicadores	Agricultura	Pecuária	Indústria Transformadora	Alojamento turístico	Golfe
Necessidades anuais de água (hm ³)	881	7	86	3	6
Produtividade económica da água (VAB €/m ³)	0,4	47,9	46,9	82,3	7,9
Intensidade da utilização da água (m ³ / VAB €)	2,499	0,021	0,021	0,012	0,127
Empregabilidade da água (n.º de trabalhadores/ hm ³)	10	560	1976	3853	108

Fonte: INE – Anuários Estatísticos Regionais – Centro, Lisboa e Alentejo, 2008; INE – Contas Económicas da Agricultura 1980-2009; MTSS – Quadros de Pessoal, 2008; Turismo de Portugal – Informação georeferenciada relativa aos empreendimentos turísticos classificados e previstos, 2010; Turismo de Portugal – Matriz de campos de golfe; INE – Base de dados on-line do sítio do INE; INE – Estatísticas Agrícolas, 2009

Extraído de: DHV et al.. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, Relatório Técnico (Versão Extensa). Cliente: Agência Portuguesa do Ambiente; Administração da Região Hidrográfica do Tejo. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834> [consultado em 26-04-2014].

8.4. CENARIZAÇÃO

Na elaboração do Tema Estratégico 3 do PNA foram construídos cenários³¹ relativos à evolução dos setores utilizadores da água, partindo da identificação e análise das principais linhas de orientação consubstanciadas em planos e programas que incidem nos sectores utilizadores de água.

Para isso procedeu-se à sistematização das orientações e previsões das Políticas Sectoriais, assim como dos cenários de desenvolvimento oficiais, o que revelaria um forte desfasamento daqueles com a situação atual. Nesse sentido, o exercício de cenarização foi complementado com os contributos dos representantes dos sectores analisados (por exemplo o contributo da Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) relativo aos projetos de desenvolvimento do regadio coletivo) e pela modelação matemática da evolução dos sectores, aplicada diferenciadamente, consoante a natureza das variáveis e a informação de base disponível.

De modo a representar o clima de incerteza referido foram definidos três Cenários Prospetivos:

³¹ Entende-se como cenário “um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura” (GODET, 1993).

- Cenário *Business as usual* (BAU), que previa a concretização das políticas sectoriais, tendo sido avaliado caso a caso a sua adaptação às tendências atuais de evolução dos sectores analisados;
- Cenário Minimalista, que previa um menor crescimento face ao BAU;
- Cenário Maximalista, que previa um maior crescimento face ao BAU.

No final, foram elaboradas Fichas de Diagnóstico, que sintetizam, por Região Hidrográfica, a informação de base - características socioeconómicas, síntese das políticas setoriais, estado das massas de água, cargas rejeitadas, balanço das disponibilidades/necessidades - e as principais conclusões obtidas - cenários prospetivos, comparação com os cenários dos PGRH e análise das pressões quantitativas e qualitativas, contando com o contributo da equipa especialista em recursos hídricos e com a articulação com a equipa responsável pela cenarização nos PGRH desenvolvidos pela DHV.

9. ESTUDOS ESTRATÉGICOS E OUTROS ESTUDOS

O conhecimento e experiência da mestranda ao nível dos estudos estratégicos e de análises socioeconómicas remonta aos primeiros projetos em que trabalhou, quando ingressou no departamento de Consultoria Estratégica da DHV, S.A.. Teve a oportunidade de acompanhar todo o processo de elaboração do Plano Estratégico do Município de Lagos e de participar num conjunto de projetos relacionados com frentes marítimas e atividade portuária em Cabo Verde (Quadro 25).

Não obstante o volume de trabalho realizado e o acompanhamento transversal da elaboração desses projetos, o conhecimento e competências adquiridas no desenvolvimento de estudos estratégicos (análises SWOT, definição de estratégia, programação de medidas e ações) e de análises socioeconómicas estão melhor representadas pela participação em projetos mais recentes, designadamente no âmbito da elaboração dos planos de ordenamento, tal como exposto no capítulo 5.

Quadro 25 – Participação em projetos de “Estudos Estratégicos e Outros Estudos”

Estudos Estratégicos e Outros Estudos (ver descrição dos projetos no Anexo I: fichas EST_1 a EST_5)	Elaboração do Plano Estratégico do Município de Lagos.
	Estudo de Reordenamento das Áreas Terrestres do Porto Grande e de Valorização dos Espaços Urbano-Portuários da Frente Marítima da Cidade do Mindelo.
	Master Plans do Porto da Praia e do Porto da Palmeira.
	Plano Integrado da rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo.
	Programa-Base de construção, instalação e gestão do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

10. DESENVOLVIMENTO DE PROPOSTAS

O horário de trabalho de um consultor numa empresa privada está necessariamente dividido entre o tempo afeto a projeto e o tempo concedido à vertente comercial. Apesar de os tempos de crise terem exigido uma postura mais pró-ativa por parte da Consultoria, a atividade da mestrandia na vertente comercial consistiu principalmente no desenvolvimento de propostas para o departamento em que colaborava, ou na participação em propostas de outros departamentos.

Em muitas propostas elaboradas no próprio departamento, a mestrandia foi designada como chefe de projeto, ficando responsável por todo o processo, e pela verificação final dos documentos. Porém, o seu contributo centrava-se essencialmente na componente técnica da proposta, incluindo o faseamento, metodologias e produtos (cabendo o conteúdo documental ao apoio administrativo e jurídico, e o conteúdo orçamental ao diretor de projeto).

No âmbito das propostas, assinala-se o elevado nível de exigência dos Programas de Concurso e Cadernos de Encargos que, face à concorrência crescente, determinavam um forte investimento na sua conceção.

Assinala-se também a exigência de trabalhar com prazos apertados, não só porque a elaboração de propostas era compatibilizada com a progressão dos projetos em curso, mas também devido ao atraso na disponibilização dos contributos dos membros da equipa e à necessidade de encurtar os custos associados a propostas.

Por outro lado, o investimento nas propostas técnicas serviria de base metodológica para o desenvolvimento do projeto, nos casos em que se tratassem de propostas vencedoras, ou seria eventualmente replicado em propostas similares.

11. CONCLUSÃO

O percurso profissional da mestranda, iniciado em ambiente universitário, é marcado pela permanência durante 10 anos na mesma empresa de consultoria. Destaca-se, todavia, o facto de se tratar de uma empresa internacional, com um forte rotatividade de propostas e projetos, assim como o facto de ter colaborado com diversos departamentos. Neste contexto, considera-se que foi obtida uma experiência ampla, diversificada e repleta de desafios, abrangendo as funções técnica e de apoio à coordenação, e diferentes tipologias de projeto.

Esta conclusão é estruturada consoante as tipologias de projetos, procedendo a uma análise crítica do percurso profissional apresentado e dos principais desafios que se colocam à Consultoria em Planeamento e Ordenamento do Território.

Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento

A participação em revisões de planos diretores municipais e em outros planos de ordenamento, iniciada em 2005, abriu a possibilidade de prestar uma colaboração mais abrangente face à realizada até então. Além das análises socioeconómicas e estratégicas, os planos de ordenamento integram outro tipo de análises e tarefas (por exemplo, análise da dotação de equipamentos e crescimento urbano, exercícios de classificação/qualificação do solo e regulamentação) e, por outro lado, verificou-se gradualmente a assunção da função de apoio à coordenação.

Apesar de se tratar da tipologia de projetos com a qual a mestranda partilha uma maior afinidade, as condicionantes ao seu desenvolvimento são variadas, verificando-se, de um modo geral, grandes desfasamentos e atrasos face à programação dos trabalhos.

Estes atrasos são mais característicos dos projetos de PDM (comparativamente a uma maior celeridade na elaboração dos PEOT), culminando em processos muito extensos, de que é exemplo a Revisão do PDM de Arruda dos Vinhos, iniciada em 2002 e ainda em curso (junho de 2014).

Entre as razões dos atrasos na elaboração dos PDM, assinalam-se: a falta de resposta do Executivo e serviços técnicos, em particular em anos de eleições autárquicas; a publicação de nova legislação e as exigências daí decorrentes em termos de conteúdos e procedimentos (por exemplo, a obrigatoriedade de AAE, a nova legislação da REN, e os Decretos Regulamentares que instruíam o RJGT em vigor³²); o atraso nos pareceres sectoriais e as exigências por parte das entidades representadas na CA (normalmente bastante numerosas); e a necessidade de compatibilização com os PROT em elaboração ou recentemente aprovados. Tendo acompanhado vários PDM desde o início, foi confrontada com estas situações e com a necessidade de soluções para a agilização do processo, particularmente nos PDM em que desempenhou a função de apoio à coordenação.

A elaboração de vários PDM na Região do Alentejo é facilitadora do processo, na medida em que permite a adoção de soluções comuns (obviamente adaptadas a cada realidade territorial) na integração com as orientações do PROT, na articulação com as entidades regionais, no conhecimento e adaptação à realidade regional.

Todavia, ressalva-se a experiência obtida também em contextos regionais distintos, como é o caso do PDM de Arruda dos Vinhos, do PDM Loulé e do PDM de Lagoa (Açores). Os dois primeiros casos diferenciam-se em função da pressão urbanística (no caso de Loulé, com uma forte componente turística) e o PDM de Lagoa destaca-se pelo seu contexto insular, pelas diferenças legislativas e até pelo modo de funcionamento das CA (com reuniões de trabalho de 1-2 dias e visitas ao campo).

Os PEOT em que participou incidem também em diferentes regiões do país (Região Norte e Região de Lisboa) e apresentam-se, de um modo geral, mais alinhados com a programação inicial dos trabalhos, graças à condução assertiva do processo por parte do Cliente (ex-Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade no caso dos Planos de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte e da Reserva Natural do Estuário do Sado, e do ex-INAG no caso da Alteração ao POOC Caminha-Espinho), procurando dar uma resposta à urgência de elaboração dos planos.

³² Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de maio; Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 29 de maio; Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de maio.

Em comum, entre os planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e os PDM, assinala-se o esforço no fomento da Participação Pública, através da realização de *workshops*, apresentações ao público, divulgação através de *sites* de *Internet*, entre outros.

Avaliação Ambiental Estratégica

Com a legislação da AAE, surgiu a necessidade de efetuar a AAE de um conjunto de planos que se encontravam em elaboração na DHV, tendo obrigado à conceção de uma nova metodologia e conferido responsabilidade acrescida no apoio à coordenação. Foi sendo sucessivamente iniciada a AAE dos planos em curso, assim como de planos e programas de outras equipas.

Nos casos dos planos e programas desenvolvidos por outras equipas, existem vantagens em termos de objetividade na condução da AAE, mas perde-se em termos de conhecimento do plano e facilidade de incorporação dos resultados da AAE na elaboração do mesmo.

Também no processo de AAE, a participação pública não assume o protagonismo desejado. Em contrapartida, verifica-se uma forte participação das entidades públicas que acompanham a AAE, sendo realizados vários momentos de consulta.

Assinala-se ainda, em muitos casos, a sobreposição da AAE aos estudos de caracterização e diagnóstico e a rápida desatualização da informação. Se por um lado a AAE impôs atrasos aos processos de planeamento em curso, agora verifica-se que esses processos, geralmente morosos, impedem também o avanço dos trabalhos da AAE.

Avaliação de Impacte Ambiental

A participação em AIA incidiu sobre os descritores socioeconomia e/ou ordenamento do território (incluindo condicionantes), abrangendo a análise da situação atual e a descrição dos impactes ambientais significativos.

Não obstante a participação em AIA referentes a diferentes tipos de projeto (infraestruturas, loteamentos industriais, parques eólicos, etc.), destaca-se pelo seu mediatismo, dimensão da equipa, complexidade dos atores e abrangência da área de estudo, o EIA do NAL.

Neste EIA, a mestranda integrou a equipa responsável pela elaboração do descritor Uso do Solo, Planeamento e Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado, tendo constituído uma experiência de aprendizagem relevante na elaboração de EIA e de análises integradas sobre ordenamento do território.

Planos de Recursos Hídricos

A participação em planos de recursos hídricos consistiu no desenvolvimento das componentes socioeconómicas das áreas de intervenção dos planos, acrescendo-se também o exercício de cenarização no PNA e a análise da importância socioeconómica das utilizações da água no PGRH do Tejo e PBH das Ribeiras do Oeste. Nesta última análise, foi necessário responder a um conjunto de indicadores de economia da água e outros indicadores económicos, constituindo por si só um novo desafio. Simultaneamente, as lacunas ao nível da informação de base e a escala de análise exigida (região, bacia ou sub-bacia hidrográfica) obrigaram à utilização de coeficientes de afetação e vários cálculos complexos, e ao desenvolvimento de aptidões ao nível do tratamento de informação e utilização de folhas de cálculo.

A participação nestes planos foi também desafiante, porque exigiu uma articulação com diversas equipas e áreas de trabalho, ao mesmo tempo em que, tratando-se de novos instrumentos de gestão territorial (os PGRH são sucedâneos dos anteriores planos de bacia hidrográfica), as metodologias foram sendo readaptadas e redefinidas, e o trabalho objeto de várias reformulações.

Estudos Estratégicos e Outros Estudos

O desenvolvimento de estudos estratégicos e de análises socioeconómicas corresponde ao tipo de colaboração prestado nos primeiros projetos na DHV, S.A., mantendo-se este tipo de contributos na elaboração de planos de ordenamento ou das AAE.

Este tipo de análises constitui uma base importante do planeamento, de modo que tendo participado na maior parte das análises socioeconómicas e de construção da estratégia dos PDM e outros planos de ordenamento, a mestranda detinha já um conhecimento aprofundado do território aquando do início da fase de definição da proposta de plano.

A complexidade, inovação e segurança dessas análises foi aumentando ao longo do percurso profissional, destacando-se também a valorização da componente cartográfica nos trabalhos mais recentes (com o apoio da equipa de SIG).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rui Amaro Alves (2007). *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BOTELHO, Maria João; CUNHA, Ana (Coord.) (2008). *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais do Ordenamento do Território*. Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa, Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Agência Portuguesa do Ambiente.

BRANCO, Margarida Castelo; COITO, Anabela (Coord.) (2011). *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*, Edição Digital. Lisboa, Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

CATITA, Ana C. (2009). A situação actual do sistema de planeamento e gestão territorial: Uma nova era, novas responsabilidades. *Inforgeo*, n.º 24, p.9-15. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos.

DGOTDU (2002). *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. Lisboa, Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

DGOTDU (2004). *Modelo de Regulamento de Plano Diretor Municipal*. Lisboa, Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Disponível em <http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/NormasTecnicas/RegulamentoTipoPDM.pdf> [consultado em 14-06-2014].

DGOTDU (2005). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa, Coleção Informação, 8. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

DGOTDU (2011). *Qualificação dos PMOT para efeitos da inexistência de avaliação ambiental – critérios, fundamentação e divulgação*. Circular de Orientação Técnica n.º 3/2011. Lisboa, Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, J., MOURATO, J. (2012). Evaluation and spatial planning in Portugal: from legal requirement to source of policy-learning and institutional innovation. In *De*

la evaluación ambiental estratégica a la evaluación de impacto territorial: reflexiones acerca de la tarea de evaluación, p. 141-166. València, Universitat de València.

FERRÃO, João (2011). *O Ordenamento do Território como política pública*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GODET, Michel (1993). *Manual de prospectiva estratégica da antecipação à acção*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

GUELL, J.M. Fernández (2006). *Planificación Estratégica de Ciudades – Nuevos instrumentos y procesos*. Barcelona, Editorial Reverté.

OREA, Domingo Gómez (2008). *Ordenación Territorial*. Madrid, Ediciones Multi-Prensa.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2007). *Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas*. Amadora, Agência Portuguesa do Ambiente.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2013). *Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Amadora, Agência Portuguesa do Ambiente.

SANTOS, Carla Velado (Coord.) (2012). *Guia Orientador da Revisão do PDM*. Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

TEIXEIRA, Pedro; CORREIA, Ana; TAVARES, Manuela (Coord.) (2011). *Manual de Apoio aos Técnicos do MADRP para Acompanhamento dos PDM*. Lisboa, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

RELATÓRIOS E PLANOS

APA. *Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH)*. Disponível em <http://www.apambiente.pt> [consultado em 17-06-2014].

CM de Loulé. *Revisão do PDM de Loulé, Tomo II – Relatório Preliminar de Avaliação*. Disponível em http://cms.cmloule.pt/upload_files/client_id_1/website_id_3/Decisao%20Revisao/4_Tomo%20II_relatorio_preliminar_de_avaliacao.pdf [consultado em 23-06-2014].

DHV (2008). *Relatório da Fase 1, Revisão do PDM de Aljustrel*. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

DHV (2010). *Relatório Ambiental, Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte*. Cliente: Sociedade Polis Litoral Norte.

DHV (2010). *Volume IV – Relatório Ambiental, Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal*. Cliente: Instituto da Água.

DHV (2011). *Relatório Ambiental Final, Avaliação Ambiental do Proposta de Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina*. Cliente: Sociedade Polis Litoral Sudoeste.

DHV (2011). *Volume II – Proposta de Ordenamento, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)*. Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores).

DHV (2011). *Volume IV – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)*. Cliente: Câmara Municipal de Lagoa (Açores).

DHV (2012). *Volume III – Domínio Socioeconómico e Cultural, Fase 1 – Conclusão dos Estudos de Caracterização/Diagnóstico (ECD) e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento da Revisão do PDM de Alandroal*. Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

DHV (2012). *Volume IV – Enquadramento e Avaliação do PDM em vigor, Fase 1 – Conclusão dos Estudos de Caracterização/Diagnóstico (ECD) e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento da Revisão do PDM de Alandroal*. Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

DHV (2013). *Relatório Ambiental Preliminar, Fase 4, Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo*. Cliente: Agência Portuguesa do Ambiente.

DHV (2013). *Relatório do 1.º Workshop Participativo, Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura*. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

DHV (2013). *Revisão do PDM de Aljustrel, Apresentação PowerPoint à Assembleia Municipal*. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

DHV (2013). *Volume I - Relatório, Fase 3B – Versão para Discussão Pública, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel*. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

DHV (2013). *Volume IV – Relatório Ambiental Preliminar, Fase 2 – Proposta de Plano, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal*. Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

DHV (2013). *Volume IV - Relatório Ambiental Preliminar, Fase 3B – Versão para Discussão Pública, Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel*. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

DHV (2013). *Volume V – Equipamentos de Utilização Coletiva, Fase 3 – Versão Final, Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé*. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

DHV (2013). *Volume X – Diagnóstico Integrado da Situação Atual, Fase 3 – Versão Final, Estudos de Caracterização e Diagnóstico no Âmbito da Revisão do PDM de Loulé*. Cliente: Câmara Municipal de Loulé.

DHV et al.. *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, Relatório Técnico (Versão Extensa)*. Cliente: Agência Portuguesa do Ambiente; Administração da Região Hidrográfica do Tejo. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834> [consultado em 26-04-2014].

DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. *Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado*. In *Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa*, Volume I, Tomo 2, Capítulo 4.11. Cliente: NAER, S.A..

DHV, S.A.; Augusto Mateus & Associados, Lda.; Bruno Soares Arquitectos. *Uso do Solo, Planeamento, Ordenamento do Território e Áreas de Uso Condicionado*. In *Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa*, Volume I, Tomo 3, Capítulo 6.11. Cliente: NAER, S.A..

DHV, S.A.; CIBIO (2013). *Programa-Base de Construção, Instalação e Gestão do Parque Natural Regional do Vale do Tua*. Cliente: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

GASPAR, J. et al. (1997). *Plano Nacional da Água: População, Economia e Território: Cenários de desenvolvimento. Relatório-parecer*. Lisboa, Instituto da Água.

INAG (2010). *Planos de Gestão de Região Hidrográfica, Análise económica das utilizações da água – lista de verificação dos principais indicadores*. Lisboa, Instituto da Água.

FICHAS DE PROJETOS

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho* (E17094).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Avaliação Ambiental do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito* (E17141).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (E17152).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte* (E17140).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do estudo de Impacte Ambiental do Projecto da Unidade Industrial da Embraer - Estruturas Metálicas* (E25409)

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado* (E17081).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte* (E17101).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano Estratégico de Lagos* (E11032), versão inglesa.

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Estudo Económico e Financeiro para os Projectos de Expansão dos Portos da Praia e de Palmeira* (63044).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal* (E17133).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel* (E17088).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos* (E17015).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba* (E17021).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz* (E17106).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)* (E17166).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé* (E17146).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura* (E17103).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre* (E17035).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora* (E25409).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa* (E25398)

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Estudo de Reordenamento das Áreas Terrestres do Porto Grande e de Valorização da Baía do Mindelo* (63030).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste* (E18001).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte* (E18002).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas* (E17033).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal* (E17109).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo* (E17150).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projecto de Intervenção em Espaço Rural* (E17041).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do Plano Integrado da rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo (E12132).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água do Plano Nacional da Água* (E18004).

DHV, S.A.. Ficha de Projeto dos *Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Loulé* (E17108).

LEGISLAÇÃO

Aviso n.º 19009/2011, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º184, de 23 de setembro de 2011 – Aprova a Revisão do PDM de Lagoa (Açores).

Aviso n.º 3118/2008, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 28, de 8 de fevereiro de 2008 – Aprova o Plano de Pormenor da UNOR 2 – Projeto de Intervenção em Espaço Rural.

Decreto Legislativo Regional nº26/2010/A, de 12 de agosto (Região Autónoma dos Açores) – Aprova o Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores.

Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 29 de maio - Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.

Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de maio - Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.

Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de maio - Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de maio - Fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro – Aprova o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio – Aprova a legislação da Avaliação Ambiental Estratégica.

Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de setembro – Aprova o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de março, revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de setembro - Regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

Diretiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro – Estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água (Diretiva-Quadro da Água).

Diretiva nº 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho - Prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Diretiva nº 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio - Estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.

Edital nº 35/2008, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 5, de 8 de janeiro de 2008 – Aprova a Revisão do PDM de Borba.

Lei nº 31/2014, de 30 de maio – Aprova a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva-Quadro da Água.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2013, de 9 de janeiro – Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de agosto, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2007, de 28 de dezembro - Aprova a Revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de outubro – Aprova a Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, de 24 de novembro – Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de novembro – Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2007, de 21 de dezembro – Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, alterada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

OUTRAS FONTES

FCSH. *Objetivos educativos de Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território*, Guia de Cursos da FCSH. Disponível em http://www.unl.pt/guia/2013/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4232 [consultado em 19-12-2013].

PIMENTEL, Dulce (2013). *Aula 1 do Seminário de Metodologias em Gestão do Território*, 30.09.2013, apresentação retirada da plataforma moodle da FCSH.

NOTA PRÉVIA

As fichas dos projetos encontram-se organizadas de acordo com os seguintes campos:

- Ficha – codificação dada no âmbito do presente RAP e designação original do Projeto.
- Entidade – entidade que adjudicou o referido Projeto à DHV, S.A..
- Localização – delimitação geográfica que é abrangida pelo objeto do Projeto.
- Data – data de início e fim do Projeto, especificando as situações em que o Projeto tenha sido interrompido com o encerramento da DHV, S.A. ou que tenha transitado para a RR Planning.
- Empresa – identificação da empresa responsável pelo Projeto.
- Descrição do projeto – descrição geral do Projeto, retirada das Fichas de Projeto da DHV, ou, na sua inexistência, de relatórios dos projetos em causa.
- Função e tarefas desempenhadas – indicação da função e várias tarefas desempenhadas pela mestrand. Estas têm correspondência com as funções/tarefas sintetizadas na Figura 4 do RAP, que são depois descritas no capítulo referente a cada tipologia de projeto.
- Relação com unidades curriculares – relação entre as tarefas desempenhadas no Projeto (e respetivas temáticas) e as unidades curriculares do mestrado em Gestão do Território, Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.

Apresenta-se de seguida a lista de projetos e a respetiva codificação das fichas.

Tipo de projeto/Designação do projeto	Código da Ficha
Plano Diretor Municipal e Outros Planos de Ordenamento	Grupo PO
Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho.	PO_1
Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Sado.	PO_2
Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Litoral Norte.	PO_3
Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.	PO_4
Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas.	PO_5
Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal.	PO_6
Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.	PO_7
Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projeto de Intervenção em Espaço Rural.	PO_8
Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal.	PO_9
Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel.	PO_10
Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos.	PO_11
Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba.	PO_12
Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz.	PO_13
Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores).	PO_14
Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.	PO_15
Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura.	PO_16
Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre.	PO_17
Avaliação Ambiental Estratégica	Grupo AAE
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte.	AAE_1
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.	AAE_2
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal.	AAE_3
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel.	AAE_4
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos.	AAE_5
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende.	AAE_6
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores).	AAE_7
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.	AAE_8
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura.	AAE_9
Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal.	AAE_10
Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.	AAE_11
Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.	AAE_12
Avaliação de Impacte Ambiental	Grupo AIA
Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora.	AIA_1
Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa.	AIA_2
Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico de Chão Falcão III.	AIA_3
Planos de Recursos Hídricos	Grupo RH

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste.	RH_1
Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte.	RH_2
Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água do Plano Nacional da Água.	RH_3
Estudos Estratégicos e Outros Estudos	Grupo EST
Elaboração do Plano Estratégico do Município de Lagos.	EST_1
Estudo de Reordenamento das Áreas Terrestres do Porto Grande e de Valorização dos Espaços Urbano-Portuários da Frente Marítima da Cidade do Mindelo.	EST_2
Master Plans do Porto da Praia e do Porto da Palmeira.	EST_3
Plano Integrado da rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo.	EST_4
Programa-Base de construção, instalação e gestão do Parque Natural Regional do Vale do Tua.	EST_5

Grupo PO: Plano Diretor Municipal e outros planos de ordenamento

Ficha PO_1	Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho
Entidade	Instituto da Água (INAG)
Localização	Concelhos de Caminha, Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Espinho
Data	2006-2007
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“Desde a aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Caminha-Espinho, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99 de 11 de março, a faixa litoral abrangida registou fortes alterações decorrentes de investimentos em infraestruturas que alteraram a situação existente aquando da sua elaboração. O Litoral Norte apresenta características específicas, nomeadamente no que concerne às condições meteorológicas, pelo que se verificou um claro subdimensionamento das áreas de esplanada cobertas, face à procura registada. Neste sentido, foi iniciado o processo de alteração ao POOC, cuja elaboração respondeu aos seguintes objetivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Avaliar a classificação das praias, considerando as alterações decorrentes de investimentos em infraestruturas de saneamento básico, acessos, parques de estacionamento, demolições e requalificação do espaço público envolvente;</i> <i>• Ponderar a classificação das áreas com aptidão balnear não sujeitas a planos de praia e, eventualmente, abrangê-las em plano de praia a elaborar;</i> <i>• Avaliar as tipologias e dimensões dos apoios de praia e dos equipamentos, com funções de apoio de praia previstos à luz das características e necessidades atuais;</i> <i>• Ponderar a alteração de disposições regulamentares que se encontravam desadequadas relativamente à situação atual. Face a estes objetivos, a alteração ao POOC cingiu-se exclusivamente às seguintes áreas:</i> <i>• Áreas atualmente abrangidas por plano de praia;</i> <i>• Áreas de proteção costeira;</i> <i>• Áreas com aptidão balnear não sujeitas atualmente a plano de praia.”¹</i> <p>A Alteração ao POOC foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de outubro.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do Território • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira

¹ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho* (E17094).

Ficha PO_2		Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Reserva Natural do Estuário do Sado	
Entidade	Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB)		
Localização	Concelhos de Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal e Grândola		
Data	2006-2008		
Empresa	DHV, S.A.		
Descrição do projeto	<p><i>“A área de intervenção do POGRNES integra a área da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), criada pelo Decreto-Lei n.º 430/80 de 1 de outubro, e uma zona de alargamento que inclui o Sítio Estuário do Sado, a ZPE Estuário do Sado e o Sítio Ramsar, Estuário do Sado. A área de estudo objeto do POGRNES corresponde ao Estuário do Sado, incluindo a Reserva Natural do Estuário do Sado e estendendo-se ao longo de um conjunto de cursos de água e ao Norte da Península de Troia, num total de 32 815,4 ha. A elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão será efetuada em três fases - Caracterização. Diagnóstico e Proposta de Ordenamento e Projeto de Gestão, subdivididas por etapas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>• Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;</i><i>• Enquadrar as atividades humanas na área terrestre e na área marinha através de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo o ordenamento agrícola, agropecuário, florestal e aquícola, bem como as atividades de recreio, culturais e turismo, com vista a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada, compatibilizando estratégias e regras dos diversos instrumentos de gestão territorial;</i><i>• Enquadrar, especificamente, a sensibilização e visitação da Área Protegida, tendo em conta a enorme pressão/vantagem que constitui a existência de Parque Natural/Reserva Natural na proximidade da Grande Área Metropolitana com quase 3 milhões de habitantes.</i><i>• Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença criando condições para a sua manutenção e valorização.</i> <p><i>O Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de novembro.”²</i></p>		
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none">• Apoio à coordenação• Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano• Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação• Acompanhamento da discussão pública e da participação pública		
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none">• Ordenamento do Território• Ordenamento e Gestão da Zona Costeira		

² DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado* (E17081).

Ficha PO_3	Elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Litoral Norte
Entidade	Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB)
Localização	Concelho de Esposende
Data	2007-2008
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Parque Natural do Litoral Norte (PNLN) foi criado inicialmente pelo Decreto-Lei n.º 357/87 de 17 de novembro, com o estatuto e designação de Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APPLE), tendo o Decreto Regulamentar n.º 6/2005, de 21 de julho, procedido à reclassificação da APPLE para Parque Natural, bem como à alteração dos seus limites.</i></p> <p><i>Esta reclassificação visou a defesa de um conjunto de valores naturais e paisagísticos, face à pressão urbanística recente, destacando-se a preservação do cordão dunar como elemento crucial na luta contra a forte erosão que assola a linha de costa do concelho de Esposende.</i></p> <p><i>O interesse na proteção, conservação e gestão deste território está sublinhado pelo facto da área protegida abranger ainda parcialmente o Sítio Litoral Norte – PTCON0017 de Importância Comunitária – SIC, integrando o Sítio “Litoral Norte”, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho.</i></p> <p><i>Tendo como objetivos a gestão sustentável deste Parque Natural, a DHV S.A. desenvolveu o plano de ordenamento que disciplina os atos e atividades a exercer no seu território e que contém as adequadas medidas de salvaguarda dos valores e recursos naturais aí presentes, contribuindo para a articulação e proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento económico sustentável.</i></p> <p><i>O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, de 24 de novembro.”³</i></p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do Território • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira

³ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte* (E17101).

Ficha PO_4	Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé
Entidade	Câmara Municipal de Loulé
Localização	Concelho de Loulé
Data	2008-2013
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>"O Plano Diretor Municipal (PDM) de Loulé em vigor foi aprovado em 1995, tendo sido objeto de uma "alteração de âmbito limitado" em 2004, de modo que volvidos dez anos, foi deliberada a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé.</i></p> <p><i>Os Estudos de Caracterização e Diagnóstico, que integraram o conteúdo material e documental na revisão do PDM, constituíram o objeto do Projeto adjudicado à DHV, tendo por objetivo global "(...) aprofundar e sistematizar o conhecimento do território para se garantir a fundamentação das opções a tomar em sede de proposta de Revisão do PDM de Loulé".</i></p> <p><i>Os Estudos de Caracterização e Diagnóstico, no âmbito da revisão do PDM de Loulé, pretenderam responder aos objetivos identificados no Caderno de Encargos:</i></p> <p><i>a) Caracterizar e diagnosticar, individualmente, as temáticas necessárias à compreensão das diferentes dinâmicas do território, de toda a área do concelho de Loulé;</i></p> <p><i>b) Abordar cada uma das temáticas tendo em conta uma caracterização exaustiva atenta: à sua evolução no período de vigência do PDM de Loulé, aos compromissos assumidos e ao que se prospetiva.</i></p> <p><i>c) Abordar as temáticas de forma sistematizada segundo a dualidade "solo rural/ solo urbano" e estratificando a informação por freguesia e por lugar;</i></p> <p><i>d) Avaliar os indicadores demográficos, sociais, económicos, institucionais, ambientais e de uso do solo/ ordenamento do território, tendo como referência avaliações similares.</i></p> <p><i>A condução dos trabalhos regeu-se pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro e estruturou-se em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1: Caracterização e Diagnóstico Sectorial;</i></p> <p><i>Fase 2: Diagnóstico Integrado da Situação Atual;</i></p> <p><i>Fase 3: Versão Final dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico.</i></p> <p><i>Estas fases foram intercaladas por momentos de apreciação, validação e concertação das entidades competentes."</i>⁴</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

⁴ DHV, S.A.. Ficha de Projeto dos *Estudos de Caracterização e Diagnóstico no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé* (E17108).

Ficha PO_5	Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas
Entidade	Instituto da Água (INAG)
Localização	Concelho de Ferreira do Alentejo
Data	2004-2007
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas (POAO) é, quanto à sua natureza, “um plano especial definidor de condicionamentos, vocações e utilizações dominantes dos solos e plano de água, e ainda de localização de infraestruturas de apoio a esses usos”. A área de intervenção do POA Odivelas é constituída pela área inundável que corresponde ao Nível de Pleno Armazenamento, acrescida uma faixa de 500 metros em redor, medida na horizontal, que constitui a Zona Terrestre de Proteção. O POAO definiu regras de uso do plano de água bem como a ocupação e qualificação do espaço envolvente, designadamente no que respeita à localização de áreas de recreio e turismo e de infraestruturas de apoio ao usufruto do plano de água. A elaboração do POAO visou os seguintes vetores estratégicos que estão na base do modelo de ordenamento:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Preservação das áreas ecologicamente mais sensíveis e valorização da paisagem natural;</i> <i>• Aposto num tipo de turismo ambientalmente sustentável, privilegiando o Turismo em Espaço Rural, o campismo organizado, as atividades de recreio e lazer orientadas para o usufruto da natureza;</i> <i>• Construção das infraestruturas de apoio necessárias ao desenvolvimento de atividades recreativas no plano de água e nas respetivas margens;</i> <i>• Promoção de atividades de educação ambiental e de formação de jovens;</i> <i>• Criação de emprego e riqueza local, visando a dinamização da base económica local.”⁵</i> <p>O Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2007, de 21 de dezembro.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia dos Recursos Naturais • Ordenamento do Território

⁵ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas* (E17033).

Ficha PO_6	Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal
Entidade	Instituto da Água (INAG)
Localização	Concelho de Vieira do Minho
Data	2007-2011
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Albufeira do Ermal situa-se na Bacia Hidrográfica do Ave. O Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal (POAE) é, quanto à sua natureza, “um plano especial definidor de condicionamentos, vocações e utilizações dominantes dos solos e plano de água, e ainda de localização de infraestruturas de apoio a esses usos”. Sendo um Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT), o POAE será um instrumento normativo, fixando princípios e regras quanto à ocupação, ao uso e à transformação do solo na área por ele abrangida (plano de água e zona de proteção da albufeira, cuja largura é de 500 m a contar do NPA), visando a satisfação de um interesse público concreto através de um correto ordenamento do território. A elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal visou os seguintes objetivos principais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da Albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;</i> <i>• Definir regras e medidas para o uso e ocupação do solo que permitam a gestão da área de intervenção do POAE, numa perspetiva dinâmica e interligada;</i> <i>• Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento do território;</i> <i>• Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e/ou a serem criados com a proteção e valorização ambiental, e finalidades principais da Albufeira;</i> <i>• Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para as atividades recreativas.”⁶</i> <p>Paralelamente à elaboração do plano, foi iniciada a elaboração da avaliação ambiental estratégica.</p> <p>O Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2013, de 9 de janeiro.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia dos Recursos Naturais • Ordenamento do Território

⁶ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal* (E17109).

Ficha PO_7	Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
Entidade	Instituto da Água (INAG) → Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Localização	Concelho de Cascais, Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada
Data	2011 - ... (<i>projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.</i>)
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“Os planos de ordenamento dos estuários (POE) foram instituídos pela Lei da Água e enquadrados pelo Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão do Território como planos especiais de ordenamento do território, que visam estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e um regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, através da identificação dos usos preferenciais, condicionados e interditos.</i></p> <p><i>Os POE assumem-se contudo com uma dupla valência, a de ordenamento e a de gestão do território. Assim, para além do carácter normativo e regulamentar, compete-lhes identificar e programar um conjunto de medidas de gestão, proteção, conservação e valorização dos recursos hídricos na sua área de eficácia.</i></p> <p><i>O estuário do Tejo é um dos maiores estuários da Europa, com uma área aproximada de 320 km², inserido no seio da área metropolitana de Lisboa que corresponde à maior concentração populacional do País. O estuário do Tejo reúne um conjunto de valores naturais e paisagísticos, que se encontram abrangidos por diversos estatutos de proteção nacional e internacional. Paralelamente, convivem no estuário um vasto leque de atividades pelo que constitui um desafio do POE Tejo enquadrar e avaliar de forma integrada as componentes, territorial e ambiental, social e económica.</i></p> <p><i>O POE do Tejo irá definir as condicionantes, vocações e utilizações dominantes do solo e zona estuarina, assim como a localização de infraestruturas de apoio a esses usos, devendo garantir a articulação com os demais IGT em vigor.”⁷</i></p> <p>Paralelamente à elaboração do plano, foi iniciada a elaboração da avaliação ambiental estratégica.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia dos Recursos Naturais • Ordenamento do Território • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

⁷ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo* (E17150).

Ficha PO_8	Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projeto de Intervenção em Espaço Rural
Entidade	Câmara Municipal de Borba
Localização	Concelho de Borba
Data	2004 - 2008
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano de Pormenor da UNOR 2 – Projeto de Intervenção em Espaço Rural (PIER da UNOR 2) – abrange uma área de forte concentração de indústria extrativa de mármore localizada no município de Borba. O PIER da UNOR 2 surgiu na sequência do Estudo Global da UNOR 2, previsto no Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore (PROZOM). O Estudo Global da UNOR 2 constituiu-se fundamentalmente como um documento estratégico, tendo em vista o desenvolvimento das atividades extrativas e a sua conformidade com objetivos de preservação ambiental e de recuperação paisagística. Por seu turno, o PIER é um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), e como tal é um instrumento de natureza regulamentar que desenvolve e concretiza as propostas de organização espacial de uma área específica do município. Os objetivos do PIER foram definidos no Estudo Global da UNOR 2 e são:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• O estabelecimento de regras de ocupação e gestão do território da UNOR 2, contemplando as áreas extrativas existentes e potenciais;</i> <i>• A definição da conceção geral de uma área de deposição comum (ADC 3) de escombros e de outros resíduos resultantes do processo de extração e transformação do mármore;</i> <i>• A definição de propostas de recuperação paisagística;</i> <i>• A definição de uma estrutura geral das redes de acessibilidades. Para atingir as metas enunciadas, a proposta de reorganização espacial das áreas de exploração apresentadas no PIER sustentou-se no seguinte conjunto de objetivos específicos:</i> <i>• Minimizar a proliferação de pequenas explorações individuais;</i> <i>• Aproveitar ao máximo o recurso mármore, garantindo as necessárias condições de segurança e de proteção ambiental;</i> <i>• Definir unidades de exploração integrada.”⁸</i> <p>O PIER foi aprovado pelo Aviso n.º 3118/2008, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 28, de 8 de fevereiro de 2008.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Ordenamento do Território • População e Desenvolvimento Territorial

⁸ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Pormenor da UNOR 2/ Projeto de Intervenção em Espaço Rural* (E17041).

Ficha PO_9	Revisão do Plano Diretor Municipal do Alandroal
Entidade	Câmara Municipal de Alandroal
Localização	Concelho de Alandroal
Data	2008 - ... <i>(projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.)</i>
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Revisão do Plano Diretor Municipal visa colmatar as deficiências e vicissitudes associadas aos PDM de 1ª Geração e simultaneamente responder aos seguintes imperativos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A obrigatoriedade de revisão do PDM no prazo máximo de 10 anos;</i> <i>• A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais;</i> <i>• A necessidade de adequação também ao novo quadro legal;</i> <i>• E ainda a avaliação e compatibilização com os planos entretanto aprovados.</i> <p><i>A realização dos trabalhos para a Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal do Alandroal encontra-se organizada em quatro fases:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Fase 1 - Conclusão da Elaboração dos Estudos de Caracterização/ Diagnóstico e Propostas de Estratégia e Desenvolvimento;</i> <i>• Fase 2 - Elaboração da Proposta de Plano;</i> <i>• Fase 3 - Elaboração da Versão Final do Plano;</i> <i>• Fase 4 - Inquérito Público e Elaboração dos Documentos Finais do Plano.</i> <p><i>Paralelamente, a DHV encontra-se a elaborar a avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM (...).”</i>⁹</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

⁹ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal* (E17133).

Ficha PO_10	Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel
Entidade	Câmara Municipal de Aljustrel
Localização	Concelho de Aljustrel
Data	2006 - ... (em curso)
Empresa	DHV, S.A. (2006-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano Diretor Municipal (PDM) de Aljustrel em vigor foi aprovado em 1995. Volvidos dez anos, a Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel visa colmatar algumas deficiências que marcaram, de um modo geral, a elaboração dos PDM de primeira geração (e do PDM de Aljustrel em particular), bem como proceder à revisão da Estratégia e do Modelo Espacial em função do novo enquadramento regional do concelho, conferido particularmente pela abertura da Autoestrada do Sul (A2). A revisão do PDM deverá responder aos seguintes objetivos principais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Reajustar os perímetros urbanos;</i> • <i>Proceder à requalificação urbana em tecidos construídos consolidados, incluindo reabilitação do património construído;</i> • <i>Reabilitar o parque arqueológico e de arquitetura industrial;</i> • <i>Ordenar os espaços de indústria extrativa;</i> • <i>Defender e despoluir os solos resultantes da exploração mineira;</i> • <i>Reforçar a proteção de espaços de valorização ambiental;</i> • <i>Implementar novas atividades económicas e turísticas de elevado potencial;</i> • <i>Melhorar as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias concelhias e inter-regionais;</i> • <i>Redimensionar as infraestruturas de saneamento básico;</i> • <i>Promover a elaboração de Planos de Pormenor e de Salvaguarda;</i> • <i>Reformular o regulamento do PDM adaptando-o à nova realidade. Paralelamente, a DHV encontra-se a elaborar a avaliação ambiental estratégica.”¹⁰</i> <p>Paralelamente, foi iniciada, em 2009, a elaboração da avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM. Este Projeto foi objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda., que assegurou o acompanhamento do período de Discussão Pública, assim como a ponderação da Discussão Pública, encontrando-se a trabalhar na elaboração da Versão Final do Plano.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação. • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da demografia, socioeconomia e equipamentos coletivos. • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação.
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹⁰ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel* (E17088).

Ficha PO_11	Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos
Entidade	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
Localização	Concelho de Arruda dos Vinhos
Data	2002 - ... (em curso)
Empresa	DHV, S.A. (2002-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p><i>“A decisão de iniciar o processo de Revisão do PDM pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos foi deliberada pela Assembleia Municipal, em 15 de maio de 2002, visando entre as principais orientações “Preparar o Concelho para o impacto da futura localização do Novo Aeroporto Internacional da Ota”.</i></p> <p><i>A futura localização do novo aeroporto internacional de Lisboa condicionou o avanço dos trabalhos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e, conseqüentemente, da Revisão do PDM de Arruda dos Vinhos.</i></p> <p><i>Na 1ª Fase dos trabalhos foi efetuada uma caracterização detalhada da situação do município em termos de desenvolvimento socioeconómico, qualidade de vida e crescimento urbano, seguida de um diagnóstico a partir do qual se perspectivaram as necessidades de intervenção a nível municipal. Seguiu-se o trabalho com vista à definição do modelo de organização do território. Este modelo, baseado num conjunto de opções estratégicas de desenvolvimento, será traduzido na Planta de Ordenamento e nas Plantas dos Perímetros Urbanos e complementado pelo Regulamento que determina as regras de uso e ocupação do território.”¹¹</i></p> <p>Paralelamente, foi iniciada, em 2009, a elaboração da avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM.</p> <p>Este Projeto foi objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda., na 2ª Fase do projeto.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação. • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da demografia, socioeconomia e equipamentos coletivos. • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação.
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹¹ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos* (E17015).

Ficha PO_12	Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba
Entidade	Câmara Municipal de Borba
Localização	Concelho de Borba
Data	2001 - 2008
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Revisão do Plano Diretor Municipal visou colmatar as deficiências e vicissitudes associadas aos PDM de 1ª Geração e simultaneamente responder aos seguintes imperativos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A obrigatoriedade de revisão do PDM no prazo máximo de 10 anos;</i> <i>• A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais;</i> <i>• A necessidade de adequação também ao novo quadro legal;</i> <i>• E ainda a avaliação e compatibilização com outros planos entretanto aprovados.</i> <p><i>O território do Concelho, de características marcadamente rurais e agrícolas (onde se destaca a importância da atividade da vitivinicultura), abrange uma área de 144,9 km², sendo constituído por quatro freguesias: Matriz, Orada, Rio de Moinhos e S. Bartolomeu.</i></p> <p><i>Na Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba procurou-se uma intervenção integrada e inovadora, para assegurar uma gestão consciente e rigorosa dos recursos existentes. Desta forma, no âmbito da estratégia definida para o PDM de Borba, estabeleceram-se quatro linhas de orientação:</i></p> <p><i>A. Diversificação e modernização da base económica do concelho;</i></p> <p><i>B. Reforço e qualificação dos recursos humanos;</i></p> <p><i>C. Reequilíbrio e consolidação do sistema urbano;</i></p> <p><i>D. Adoção de um modelo de organização territorial ambientalmente sustentável.</i></p> <p><i>O modelo de organização territorial que se propôs para o concelho de Borba constitui a expressão territorial linhas de orientação, procurando refletir a realidade sociocultural do município e respeitando as suas características diferenciadoras no contexto regional.”¹²</i></p> <p><i>A Revisão do PDM de Borba foi aprovada através do Edital n.º 35/2008, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2008.</i></p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da discussão pública e da participação pública.
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento do Território

¹² DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Borba* (E17021).

Ficha PO_13	Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz
Entidade	Câmara Municipal de Estremoz
Localização	Concelho de Estremoz
Data	2007 - ... (em curso)
Empresa	Consórcio DHV, S.A./Arquipélago Arquitectos, Lda. (2007-2013); Arquipélago Arquitectos, Lda. (2014-...)
Descrição do projeto	<p><i>“A revisão do PDM de Estremoz fundamenta-se nas seguintes questões:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A adequação à legislação aprovada após a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal;</i> <i>• A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições sociais, económicas, culturais e ambientais que determinaram a elaboração do PDM ainda em vigor;</i> <i>• A desatualização e o reduzido grau de legibilidade e precisão da cartografia que integra o plano;</i> <i>• A incongruência e a ausência de rigor presente na delimitação dos perímetros urbanos;</i> <i>• O desajustamento entre as propostas de desenvolvimento traçadas pelo PDM do concelho e as orientações estratégicas de âmbito regional definidas pelos Planos de Desenvolvimento Regional e Plano Operacional do Alentejo. A definição da metodologia adotada para a revisão do PDM de Estremoz pressupõe ainda, um conjunto de princípios base de orientação dos trabalhos, que se passa a apresentar:</i> <i>• Adotar visão prospetiva;</i> <i>• Apostar na reflexão integrada, no contexto regional e nacional, dos domínios territoriais e sectoriais na busca de complementaridades, e identificar as especializações locais;</i> <i>• Apostar na seleção criteriosa das iniciativas que concretizarão o PDM, no sentido de compatibilizar as ações dos diversos atores, e assim aproveitar as mais-valias e sinergias que se perspetivem, bem como escalonar no tempo e no espaço a respetiva realização articulada;</i> <i>• Desenvolver um instrumento de gestão urbanística dotado da suficiente flexibilidade normativa para vir a integrar projetos novos e dinâmicas que venham a surgir após a entrada em vigor do novo Plano;</i> <i>• Introdução de mecanismos de compensação urbanística.”¹³</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹³ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz* (E17106).

Ficha PO_14	Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)
Entidade	Câmara Municipal de Lagoa
Localização	Concelho de Lagoa
Data	2005 - 2011
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano Diretor Municipal de Lagoa foi ratificado em 1996. Nos anos que decorreram desde a sua aprovação, foi possível identificar um conjunto de situações que carecem de alteração e que decorrem do facto de o processo de planeamento ser um processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de gestão à realidade do município. Desta forma as principais razões que motivaram a revisão do PDM foram: Adequação à legislação entretanto aprovada; Necessidade de articular o PDM com o conjunto de instrumentos de ordenamento biofísico, territorial e de salvaguarda que enquadram o território do município de Lagoa; A necessidade de integração no PDM das opções estratégicas de ordenamento territorial, planeamento urbano e programação da rede de equipamentos e infraestruturas de base previstas pelo município e entidades regionais; A necessidade de utilização da cartografia digital por forma a assegurar uma análise do território mais rigorosa, corrigindo um conjunto de imprecisões já identificadas no PDM em vigor; O desenvolvimento dos estudos e análise do concelho de Lagoa conduziu à definição das Linhas de Orientação Estratégica, às quais o modelo de ordenamento atendeu. A adoção do modelo de organização territorial ambientalmente qualificado e sustentável; Qualificação urbanística e funcional da Vila de Lagoa - Reequilíbrio e consolidação do sistema urbano; Dinamização da base económica do concelho; Reforço dos serviços de apoio à população; Dotação de Espaços Turísticos.</i></p> <p><i>Paralelamente, a DHV foi igualmente responsável pela elaboração do procedimento de avaliação ambiental estratégica.”¹⁴</i></p> <p>A Revisão do PDM de Lagoa (Açores) foi aprovada através de Aviso n.º 19009/2011, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º184, de 23 de setembro de 2011.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹⁴ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)* (E17166).

Ficha P0_15	Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé
Entidade	Câmara Municipal de Loulé
Localização	Concelho de Loulé
Data	2010 – ... (em curso)
Empresa	DHV, S.A. (2010-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de gestão territorial que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território, integra e articula as orientações de outros planos e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.</i></p> <p><i>A DHV é responsável pela elaboração dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico (ECD), que integram o conteúdo material e documental da revisão do PDM, bem como pela Proposta de Plano que inclui as seguintes tarefas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé;</i> <i>• Proposta de Relatório Ambiental decorrente da Avaliação Ambiental Estratégica;</i> <i>• Proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional de Loulé (REN);</i> <i>• Proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional de Loulé (RAN).</i> <p><i>A dimensão territorial e económica do município exigiu que fosse formada uma equipa multidisciplinar (com mais de 30 técnicos) abrangendo várias especialidades das quais se salientam a economia, o turismo, a conservação da natureza, a dinâmica costeira e os recursos hídricos.</i></p> <p><i>Os trabalhos iniciaram-se com a elaboração dos ECD, que foram já apresentados à Comissão de Acompanhamento em 24 de setembro de 2009 e encontram-se disponíveis no sítio da CML.</i></p> <p><i>No âmbito do processo de desenvolvimento da estratégia de ordenamento, destaca-se a importância que tem vindo a ser dada ao envolvimento dos atores locais, de modo a assegurar a discussão prévia da proposta de estratégia, assim como a integração dos contributos e a concertação dos interesses municipais.”¹⁵</i></p> <p>Este Projeto foi objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹⁵ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé* (E17146).

Ficha PO_16	Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura
Entidade	Câmara Municipal de Moura
Localização	Concelho de Moura
Data	2007 – ... (<i>projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A</i>)
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura (PDM) foi deliberada pela Câmara Municipal de Moura em 25 de maio de 2005, e obedece ao novo enquadramento jurídico da figura de Plano Diretor Municipal (PDM).</i></p> <p><i>De acordo com as especificações do Caderno de Encargos, o faseamento dos trabalhos de revisão do PDM de Moura encontra-se dividido em três fases intercaladas por momentos de apreciação, validação e concertação das entidades competentes:</i></p> <p><i>1ª Fase: Avaliação da Execução do PDM em vigor e Pré-Proposta;</i></p> <p><i>2ª Fase: Proposta Preliminar de Revisão do PDM;</i></p> <p><i>3ª Fase: Projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura;</i></p> <p><i>O novo Plano Diretor Municipal requer a definição de um modelo de organização e gestão territorial sustentado que esteja em conformidade quer com a atual situação sociodemográfica e urbanística, quer com as perspetivas de evolução. Com efeito, o atual quadro sociodemográfico e económico de Moura traduz-se na necessidade de definir um modelo de desenvolvimento sustentado no aproveitamento das valias internas e das oportunidades do posicionamento no contexto regional, enquanto fatores de afirmação do concelho e da cidade de Moura.</i></p> <p><i>Exige-se assim o desenvolvimento de uma proposta de Plano equilibrada que responda às necessidades atuais e de desenvolvimento do concelho, mas que não crie situações nem de excessivo condicionamento, nem de desnecessário esforço de infraestruturação.”¹⁶</i></p> <p>Paralelamente, foi iniciada a elaboração do procedimento de avaliação ambiental estratégica.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico nas áreas da socioeconomia, equipamentos coletivos e crescimento urbano • Contribuição na elaboração das propostas de plano e regulamentação • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

¹⁶ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura* (E17103).

Ficha PO_17	Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre
Entidade	Câmara Municipal de Portalegre
Localização	Concelho de Portalegre
Data	2003 - 2007
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre (PDM) visou colmatar as deficiências e vicissitudes associadas aos PDM de 1ª Geração e responder aos seguintes imperativos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A obrigatoriedade de revisão do PDM no prazo máximo de 10 anos;</i> <i>• A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais;</i> <i>• A necessidade de adequação também ao novo quadro legal;</i> <i>• A avaliação e compatibilização com os planos e programas entretanto aprovados. O desenvolvimento dos estudos e análise do concelho de Portalegre conduziu, no quadro da estrutura dos elementos de estratégia de suporte ao modelo de ordenamento, à definição de Linhas de Orientação Estratégica, que enquadraram o modelo de organização e gestão territorial, contribuindo para permitir a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentado, de forma a superar as fraquezas existentes e potenciar as oportunidades detetadas. Desta forma, as linhas de orientação que nortearam a elaboração do PDM foram as seguintes:</i> <i>• Tornar Portalegre num território ambientalmente qualificado, onde a fruição e utilização dos espaços naturais reflita a adoção de um modelo de ordenamento e uso do solo sustentável;</i> <i>• Reposicionar a cidade de Portalegre no contexto do sistema urbano nacional, apostando na reconversão e requalificação urbanística da cidade;</i> <i>• Transformar Portalegre num concelho economicamente competitivo, reposicionando-o no contexto nacional e internacional, através de apostas claras nas tecnologias de informação e na inovação adaptada aos sectores tradicionais e na exploração das sinergias entre o sector empresarial e a I&D;</i> <i>• Reforçar os elementos de coesão e desenvolvimento social de Portalegre.”¹⁷</i> <p>A Revisão do PDM de Portalegre foi aprovada através da Declaração n.º 324-A/2007, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 227, de 26 de novembro de 2007.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da discussão pública e da participação pública.
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do Território

¹⁷ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Revisão do Plano Diretor Municipal de Portalegre* (E17035).

Grupo AAE: Avaliação Ambiental Estratégica

Ficha AAE_1	Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte
Entidade	Parque Expo
Localização	Concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende
Data	2009-2010
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 20 de março determina a realização de um programa que enquadra um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado de “Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira”, as quais devem ser operacionalizadas através da realização de Plano Estratégico e respetiva Avaliação Ambiental para as áreas identificadas, onde se inclui o Litoral Norte.</i></p> <p><i>O Decreto-Lei n.º 231/2008, de 28 de novembro constitui a Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A., “que tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Norte (...) na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico”.</i></p> <p><i>O “Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte” abrange cerca de 5.000 ha, integrando parcialmente os concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende. A área de intervenção corresponde a uma extensão de 50 km de frente costeira.</i></p> <p><i>Os serviços da DHV corresponderam à elaboração do Relatório Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte, respondendo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.</i></p> <p><i>O processo desenvolveu-se em três fases. A primeira relativa à Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental que foi seguida pela elaboração do Relatório Ambiental. A terceira, e última fase, consistiu na elaboração da versão final do Relatório Ambiental (contendo as questões colocadas na consulta pública) e na elaboração da respetiva Declaração Ambiental.”</i>¹⁸</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas • Elaboração do Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

¹⁸ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Litoral Norte (E17140).

Ficha AAE_2 Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	
Entidade	Parque Expo
Localização	Concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo
Data	2010-2011
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>"O Plano Estratégico da Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina encontra-se enquadrado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 20 de março, que determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado de "Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.</i></p> <p><i>O projeto aqui descrito consiste na Avaliação Ambiental do referido Plano Estratégico, que respeita o definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, devendo contribuir para "a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa" .</i></p> <p><i>O faseamento proposto para a Avaliação Ambiental é o seguinte:</i></p> <p><i>Fase 1 - Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental;</i></p> <p><i>Fase 2 - Relatório Ambiental;</i></p> <p><i>Fase 3 - Declaração Ambiental.</i></p> <p><i>A Fase 1 da AAE visa responder ao solicitado no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentando o âmbito da avaliação ambiental e o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental.</i></p> <p><i>A Fase 2 da AAE consiste na elaboração do Relatório Ambiental, que deve responder aos elementos solicitados pelo n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e na Fase 3, proceder-se-á, por fim, à preparação da declaração ambiental, que será remetida à Agência Portuguesa do Ambiente.</i></p> <p><i>Estas fases serão intercaladas por momentos de apreciação e validação pela Sociedade Polis Litoral, pela Consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas e pela Consulta Pública."</i> ¹⁹</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas • Elaboração do Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

¹⁹ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (E17152).

Ficha AAE_3	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal do Alandroal
Entidade	Câmara Municipal de Alandroal
Localização	Concelho de Alandroal
Data	2011 - ... <i>(projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.)</i>
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Alandroal iniciou-se em 2011, <i>“quando ainda se encontra em curso a Fase 1 da Revisão do PDM de Alandroal, permitindo, assim, a incorporação das orientações da Avaliação Ambiental desde o início do processo.”</i>²⁰</p> <p>Este processo foi estruturado em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“A Fase 1 (...) traduz-se no Relatório de Definição de Âmbito (...), que foi submetido a parecer por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) no prazo de 20 dias, apresentando a metodologia para a AAE e a estrutura do Relatório Ambiental.</i> • <i>A Fase 2 (...) corresponde à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (...),”</i> • <i>A Fase 3 (...) corresponde ao acompanhamento da Discussão Pública e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental (incluindo os devidos contributos na elaboração da versão final da Proposta de Plano).”</i>²¹ <p>Foi concluída uma versão do Relatório Ambiental Preliminar, mas não se procedeu à Consulta das ERAE.</p> <p>A ficha de projeto da Revisão do PDM de Alandroal é a PO_9.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

²⁰ DHV (2012). *Volume IV – Relatório Ambiental Preliminar, Fase 2 – Proposta de Plano, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal*. Cliente: Câmara Municipal de Alandroal.

²¹ Idem.

Ficha AAE_4	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel
Entidade	Câmara Municipal de Aljustrel
Localização	Concelho de Aljustrel
Data	2009 - ... <i>(em curso)</i>
Empresa	DHV, S.A. (2009-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Aljustrel iniciou-se em 2009, <i>“quando a Revisão do PDM de Aljustrel já estava em curso, contudo antecede a fase de Proposta de Plano, permitindo, assim, a incorporação das orientações da Avaliação Ambiental naquela fase, situação que se encontra mais facilitada pelo facto da Equipa Técnica da AAE incorporar a Equipa responsável pela Revisão do PDM.”</i>²²</p> <p>Este processo foi estruturado em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Fase 1 correspondente ao Relatório de Definição de Âmbito. • A Fase 2 correspondente à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar. • A Fase 3 correspondente ao acompanhamento da Consulta Pública e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental. <p>As duas primeiras fases foram concluídas pela DHV.</p> <p>Este Projeto seria objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda., que assegurou o acompanhamento da Consulta Pública, encontrando-se em finalização a Declaração Ambiental.</p> <p>A ficha de projeto da Revisão do PDM de Aljustrel é a PO_10.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

²² DHV (2013). Volume IV - Relatório Ambiental Preliminar, Fase 3B – Versão para Discussão Pública Revisão do Plano Diretor Municipal de Aljustrel. Cliente: Câmara Municipal de Aljustrel.

Ficha AAE_5	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos
Entidade	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
Localização	Concelho de Arruda dos Vinhos
Data	2009 - ... (<i>em curso</i>)
Empresa	DHV, S.A. (2009-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Arruda dos Vinhos iniciou-se em 2009, com a Revisão do PDM de Arruda dos Vinhos em elaboração pela mesma equipa</p> <p>Este processo foi estruturado em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Fase 1 correspondente ao Relatório de Definição de Âmbito (já submetido a parecer das ERAE). • A Fase 2 correspondente à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (ainda não apresentada às ERAE). • A Fase 3 correspondente ao acompanhamento da Consulta Pública e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental. <p>Este Projeto foi objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda., na 2ª Fase do projeto.</p> <p>A ficha de projeto da Revisão do PDM de Arruda dos Vinhos é a PO_10.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

Ficha AAE_6	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende
Entidade	Câmara Municipal de Esposende
Localização	Concelho de Esposende
Data	2007 - ... <i>(projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.)</i>
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Esposende foi iniciada em 2007, quando o processo de Revisão estava já em curso, cabendo a responsabilidade pela elaboração do mesmo a outra equipa.</p> <p>Este processo foi estruturado em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Fase 1 correspondente ao Relatório de Definição de Âmbito (já submetido a parecer das ERAE). • A Fase 2 correspondente à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (ainda não apresentada às ERAE). • A Fase 3 correspondente ao acompanhamento da Consulta Pública e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental.
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas • Elaboração do Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

Ficha AAE_7 Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa (Açores)	
Entidade	Câmara Municipal de Lagoa
Localização	Concelho de Lagoa
Data	2009 - 2011
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Lagoa foi iniciada em 2009, dispondo já nessa altura de uma versão da Proposta de Plano.</p> <p>Ainda assim, foram desenvolvidas as diferentes fases da AAE – a 1.ª Fase referente ao Relatório de Definição de Âmbito e consulta às ERAE; a 2.ª Fase correspondente ao Relatório Ambiental Preliminar e consulta às ERAE; e a 3ª Fase referente à Consulta Pública, elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental.</p> <p>A ficha de projeto da Revisão do PDM de Lagoa é a PO_14.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas • Elaboração do Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

Ficha AAE_8	
Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé	
Entidade	Câmara Municipal de Loulé
Localização	Concelho de Loulé
Data	2010 – ... <i>(em curso)</i>
Empresa	DHV, S.A. (2010-2013); RR Planning (2014-...)
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do PDM de Loulé foi integrada no contrato relativo à Revisão do PDM de Loulé, encontrando-se em fase de finalização os Estudos de Caracterização e Diagnóstico (ficha de projeto PO_4).</p> <p>A AAE encontra-se estruturada em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fase 1 – correspondente ao Relatório de Definição de Âmbito e à consulta das ERAE (já realizada). • Fase 2 – correspondente ao Relatório Ambiental Preliminar, também a submeter às ERAE (consulta que não foi ainda realizada). • Fase 3 – referente à Consulta Pública, preparação da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental. <p>Este Projeto foi, tal como a Revisão do PDM de Loulé (apresentada na ficha de projeto PO-15) objeto de cessão de contrato da DHV, S.A. para a RR Planning, Lda. na Fase 2 dos trabalhos.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

Ficha AAE_9	Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura
Entidade	Câmara Municipal de Moura
Localização	Concelho de Moura
Data	2012 – ... (<i>projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A</i>)
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Moura foi iniciada com processo de elaboração do plano já em curso, mas antes da finalização da 1ª Fase da Revisão do PDM (a ficha de projeto é a PO_16).</p> <p>O processo de elaboração da AAE encontrava-se estruturado em 3 fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.ª Fase – Relatório de Definição de Âmbito • 2.ª Fase – Relatório Ambiental Preliminar • 3.ª Fase – Consulta Pública, Relatório Ambiental Final e Declaração Ambiental <p>Na 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento foram então apresentadas, em simultâneo, a 1ª Fase da Revisão do PDM e a 1ª Fase da AAE, dando início ao período de consulta relativo ao Relatório de Definição de Âmbito.</p> <p>Foi ainda preparada a versão do Relatório Ambiental, para apreciação da Câmara Municipal, mas o processo foi interrompido (com o encerramento da DHV, S.A.) antes da conclusão da 2.ª Fase e da consulta às ERAE relativa ao Relatório Ambiental Preliminar.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Programação de Equipamentos

Ficha AAE_10	Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal
Entidade	Instituto da Água (INAG)
Localização	Concelho de Vieira do Minho
Data	2007-2010
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal foi iniciada já na sequência da Fase 2 de elaboração do POA – Estudo de Base e Pré-Proposta. A ficha de projeto do POA do Ermal é a PO_6.</p> <p>No âmbito da AAE foram realizadas as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Relatório de Definição de Âmbito e consulta às ERAE; • Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar e consulta às ERAE; • Consulta Pública, Relatório Ambiental Final e Declaração Ambiental.
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas • Elaboração do Resumo Não Técnico e da Declaração Ambiental
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

Ficha AAE_11 Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito	
Entidade	Encosta da Tapada, S.A.
Localização	Concelho de Lisboa
Data	2009 - ... (projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.)
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito localiza-se no município de Lisboa, na freguesia de Alcântara, e abrange uma superfície de cerca de 20,8 ha. A elaboração do plano traduz-se numa oportunidade para reconverter um espaço de elevado potencial, atualmente muito degradado, articulando uma nova proposta, na antiga pedreira, com a valorização de zonas de elevado valor arquitetónico e cultural, Bairro do Alvito e Complexo Desportivo do Atlético Clube de Portugal. Os serviços da DHV correspondem à elaboração da avaliação ambiental estratégica do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito que se rege pelo disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. A avaliação ambiental deverá contribuir para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa. Deste modo, o faseamento da avaliação ambiental estratégica encontra-se articulado com o processo de elaboração do plano de pormenor, organizando-se do seguinte modo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Fase 1: Definição do Âmbito e dos Objetivos;</i> • <i>Fase 2: Elaboração do Relatório Ambiental;</i> • <i>Fase 3: Consulta pública, aprovação do Relatório Ambiental e emissão da Declaração Ambiental.”</i>²³ <p>Foram concluídas pela DHV, as Fase 1 e 2, encontrando-se o Plano de Pormenor para aprovação pela Assembleia Municipal.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

²³ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Avaliação Ambiental do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito* (E17141).

Ficha AAE_12 Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	
Entidade	Instituto da Água (INAG) → Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Localização	Concelho de Cascais, Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada
Data	2011 - ... (<i>projeto interrompido com o encerramento da DHV, S.A.</i>)
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p>A AAE do POE do Tejo encontra-se devidamente articulado com o processo de elaboração do plano, refletindo-se no seguinte faseamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Na Fase 1 foi desenvolvida a caracterização e diagnóstico.</i> • <i>A Fase 2 traduz-se no Relatório de Definição de Âmbito (RDA), que foi submetido a parecer por parte das ERAE no prazo de 20 dias.</i> • <i>A Fase 3 corresponde à elaboração do Relatório Ambiental Preliminar, articulado com a elaboração dos restantes documentos do POE.</i> • <i>A Fase 4 corresponde ao acompanhamento da discussão pública do POE Tejo e à elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Declaração Ambiental (incluindo os devidos contributos da AAE na elaboração da versão final da proposta de plano), com a qual termina o trabalho da equipa técnica.</i> <p>(...) a AAE pretende intervir em duas fases do POE Tejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Durante o seu processo de elaboração: permitindo identificar e privilegiar as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos, promover a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do POE Tejo, sistematizar o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;</i> • <i>Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica: através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e elaboração de recomendações, que assegurem uma adequada integração de objetivos de sustentabilidade do POE Tejo, e que potenciem um processo de melhoria contínua durante o seu período de vigência.”²⁴</i> <p>A ficha de projeto do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo é PO_7.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à coordenação • Elaboração das propostas de definição de âmbito • Desenvolvimento das avaliações relativas a temáticas relacionadas com população, crescimento urbano e socioeconomia e proposta de medidas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Regional e Local • Geografia dos Recursos Naturais • Gestão Urbanística e Avaliação de Planos • Ordenamento do Território • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial

²⁴ DHV (2013) . *Relatório Ambiental Preliminar, Fase 4, Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo* .
 Cliente: Agência Portuguesa do Ambiente.

Grupo AIA: Avaliação de Impacte Ambiental

Ficha AIA_1	Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora
Entidade	Embraer Portugal – Estruturas Metálicas, S.A.
Localização	Concelho de Évora
Data	2008-2009
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Projeto em causa respeitou à avaliação de impactes ambientais decorrentes da instalação, no Parque de Indústria Aeronáutica de Évora, da Unidade Industrial da Embraer - Estruturas Metálicas, destinada ao fabrico de peças metálicas de grandes dimensões e montagem das estruturas metálicas. A necessidade de elaboração de um EIA para este Projeto resulta da aplicação do Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, que determina ser obrigatório submeter ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental os “projetos de unidades de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas, que utilizem processo electrolítico ou químico, não localizadas em áreas sensíveis, cujas cubas de tratamento tenham volume igual ou superior a 30 m³”. A metodologia geral adotada para a elaboração do EIA respeitou o definido no diploma anteriormente referido e na Portaria n.º 330, de 2 de abril, documentos normativos pelos quais se rege o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, tendo sido seguidas as seguintes etapas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Descrição do Projeto e o seu enquadramento relativamente a instrumentos de gestão territorial;</i> <i>• Caracterização do ambiente afetado pelo Projeto e da área envolvente suscetível de ser afetada pela sua execução;</i> <i>• Previsão da evolução da situação ambiental atual na ausência de Projeto;</i> <i>• Identificação, a previsão e a avaliação dos impactes ambientais positivos e negativos suscetíveis de serem provocados durante as fases de construção e de exploração do Projeto;</i> <i>• Definição de medidas cautelares, minimizadoras e/ou compensatórias dos impactes negativos mais significativos identificados;</i> <i>• Definição dos critérios e medidas a adotar com vista à monitorização e controlo dos impactes negativos residuais gerados pelo Projeto, bem como à gestão ambiental dos mesmos.”²⁵</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Descritor socioeconomia e/ou ordenamento do território
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de Impacte Ambiental • Desenvolvimento Regional e Local • Ordenamento do Território • População e Desenvolvimento Territorial

²⁵ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Unidade Industrial da Embraer - Estruturas Metálicas* (E25409)

Ficha AIA_2 Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa	
Entidade	NAER, S.A.
Localização	Concelhos de Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Setúbal, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos
Data	2009-2010
Empresa	Consórcio DHV, S.A./Augusto Mateus & Associados, Lda./Bruno Soares Arquitetos
Descrição do projeto	<p><i>“A DHV liderou o consórcio que elaborou o Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), projeto que tem um valor previsto de investimento inicial superior a dois mil milhões de euros.</i></p> <p><i>Este Estudo de Impacte Ambiental foi um dos maiores e mais complexos, alguma vez realizados em Portugal, tendo contado com a participação de uma equipa multidisciplinar experiente de 75 técnicos nas várias especialidades envolvidas.</i></p> <p><i>O Novo Aeroporto de Lisboa é um projeto estruturante que terá importantes consequências ambientais e no desenvolvimento socioeconómico da região de Lisboa e de todo o país, tratando-se de um dos maiores investimentos em infraestruturas a realizar em Portugal.</i></p> <p><i>O NAL foi projetado, tendo em conta a abertura em 2017 e a concessão e exploração até 2050. O tráfego previsto é de 19,2 milhões de passageiros em 2022 e 43,8 milhões de passageiros no ano 2050, ao que correspondem cerca de 185 e 290 mil voos comerciais anuais.</i></p> <p><i>O projeto prevê duas pistas de 4 km de comprimento que vão ocupar uma área de 3383 hectares acomodando, se necessário, quatro pistas no layout final.</i></p> <p><i>A avaliação do Estudo de Impacte Ambiental pelas autoridades foi concluída em dezembro de 2010 com a emissão de uma declaração de impacte ambiental favorável, condicionada à aplicação de medidas de minimização dos impactes ambientais e medidas de compensação e o desenvolvimento de monitorização ambiental de várias componentes ambientais.”²⁶</i></p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Descritor socioeconomia e/ou ordenamento do território
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de Impacte Ambiental • Ordenamento do Território

²⁶ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Estudo de Impacte Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa* (E25398)

Ficha AIA_3	Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico de Chão Falcão III
Entidade	ENERPRO / IBERWIND
Localização	Concelhos de Alcanena
Data	2008
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<i>“Os parques eólicos de Chão Falcão II e III situam-se nos concelhos de Batalha e Alcanena, em áreas sensíveis do ponto de vista ecológico, respetivamente, o Sítio de Importância Comunitária, PTCON0015 – Serra d’Aire e Candeeiros, integrado na Rede Natura 2000 e a Reserva Ecológica Nacional. A avaliação ambiental dos parques eólicos compreendeu um processo de Avaliação de Impacte Ambiental, seguido de RECAPE, no primeiro caso, e um processo de Avaliação de Incidências Ambientais, no segundo caso.”²⁷</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Descritor socioeconomia e/ou ordenamento do território
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de Impacte Ambiental • Desenvolvimento Regional e Local • Ordenamento do Território • População e Desenvolvimento Territorial

²⁷ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do Acompanhamento Ambiental das Empreitadas de Construção dos Parques Eólicos de Chão Falcão II e III (E25361).

Grupo RH: Planos de Recursos Hídricos

Ficha RH_1	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste
Entidade	ARH Tejo – Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P.
Localização	Região Hidrográfica do Tejo
Data	2010-2012
Empresa	DHV, S.A. (com a participação de outras empresas em diferentes Lotes)
Descrição do projeto	<p><i>“(…) A gestão dos recursos hídricos apresenta significativos e diversificados graus de complexidade, tanto pelos impactes profundos que a água e sistemas conexos apresentam em quase todas as atividades biológicas e antropogénicas, condicionando os processos de desenvolvimento e de ordenamento do espaço, como pelo seu carácter instável e dinâmico, e ainda pela sua fundação fortemente política e potencialmente geradora de conflitos. É neste quadro que se colocam a necessidade e o desafio de promover, com o mínimo consumo de recursos e a máxima eficácia, soluções para problemas de diversas índoles que se revelem tecnicamente corretas, economicamente viáveis, legalmente adequadas, ambientalmente enquadradas, socialmente aceites e politicamente equitativas.</i></p> <p><i>Neste contexto, uma eficiente gestão dos recursos hídricos passa necessariamente pela definição de uma adequada política de planeamento e, consequentemente, pela aprovação de instrumentos que garantam a gestão sustentável e integrada de todas as suas valências, nomeadamente planos sectoriais focados na valorização, na proteção e na gestão equilibrada dos recursos, bem como na sua compatibilização com o desenvolvimento regional e sectorial através da racionalização dos seus usos. Com efeito, os exercícios de planeamento têm-se constituído como uma das tarefas básicas do processo de gestão em países desenvolvidos ao longo das últimas décadas, a par das ações de organização, administração ou monitorização.</i></p> <p><i>O quadro legal da gestão da água é hoje composto por um conjunto de diplomas alargado, de entre os quais se destaca a Diretiva 2000/60/CE, usualmente designada por Diretiva-Quadro da Água (DQA). A DQA veio rever o regime legal de gestão da água em vigor, estabelecendo linhas de orientação relativas à política da água a nível comunitário.”²⁸</i></p> <p><i>Estes Planos, à semelhança de “todos os Planos de Gestão de Região Hidrográfica do continente, referentes ao 1.º ciclo, estão concluídos, contemplando os contributos obtidos na participação pública. Obtiveram parecer favorável unânime por todos os Conselhos de Região Hidrográfica e foram aprovados pela Autoridade Nacional da Água (APA, I.P.).” (APA)²⁹</i></p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos temas referentes à socioeconomia • Análise da importância socioeconómica das utilizações da água
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Hídricos • População e Desenvolvimento Territorial • Desenvolvimento Regional e Local

²⁸ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste* (E18001).

²⁹ APA - Planos de Gestão De Região Hidrográfica (PGRH). Disponível em <http://www.apambiente.pt> (consultado em 17-06-2014).

Ficha RH_2 Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte	
Entidade	ARH Norte – Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P.
Localização	Regiões Hidrográficas do Norte
Data	2010-2012
Empresa	DHV, S.A. (com a participação de outras empresas)
Descrição do projeto	<p><i>“Os serviços da DHV no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Norte (PGRH Norte) consistem no apoio à ARH Norte na coordenação e gestão da elaboração do PGRH-Norte, incluindo a orientação e coordenação das equipas externas, bem como a elaboração e redação de vários conteúdos técnicos. A abordagem metodológica para as componentes estruturantes do PGRH-Norte está planeada num conjunto de partes distintas que são apresentadas seguidamente. (...)”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Parte 1 - Enquadramento e Aspetos Gerais - Nesta parte apresenta-se o enquadramento legal e institucional do processo de planeamento, os objetivos dos planos, os princípios de planeamento e gestão de recursos hídricos, a metodologia de elaboração e a estrutura dos planos.</i> • <i>Parte 2 - Caracterização das Regiões Hidrográficas - A parte 2 corresponde às etapas de caracterização da região hidrográfica que inclui a caracterização geral da região hidrográfica, a identificação e caracterização das zonas protegidas e das massas de água superficiais ou subterrâneas, a caracterização das pressões naturais e das incidências antropogénicas significativas, a análise das redes de monitorização, a avaliação do estado das massas de água e a análise económica das utilizações da água. As características gerais da região hidrográfica são definidas com base em elementos geográficos, climatológicos, hidrológicos e socioeconómicos.</i> • <i>Parte 3 - Síntese da Caracterização e Diagnóstico da Região Hidrográfica - Nesta parte sistematiza-se os elementos mais relevantes da caracterização da região hidrográfica. A síntese inclui, para além da informação de caracterização da bacia aos vários níveis, a caracterização da região e das pressões existentes, estado das massas de água e uma síntese do cumprimento da legislação. Para além da sistematização de informação de caracterização é feito um diagnóstico das problemáticas mais relevantes para a região hidrográfica sob jurisdição da ARH.”³⁰</i> <p><i>Estes Planos, à semelhança de “todos os Planos de Gestão de Região Hidrográfica do continente, referentes ao 1.º ciclo, estão concluídos, contemplando os contributos obtidos na participação pública. Obtiveram parecer favorável unânime por todos os Conselhos de Região Hidrográfica e foram aprovados pela Autoridade Nacional da Água (APA, I.P.).” (APA)³¹</i></p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos temas referentes à socioeconomia
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Hídricos • População e Desenvolvimento Territorial • Desenvolvimento Regional e Local

³⁰ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte (E18002).

³¹ APA - Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH). Disponível em <http://www.apambiente.pt> (consultado em 17-06-2014).

Ficha RH_3	Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água do Plano Nacional da Água
Entidade	ARH Norte – Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P.
Localização	Nacional
Data	2010-2012
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“O Plano Nacional da Água (PNA) é o instrumento que materializa a política nacional de gestão da água, visando fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das utilizações com as disponibilidades de forma a garantir a sua utilização sustentável. Um dos diagnósticos comuns da política de gestão da água em Portugal tem sido a não consideração do recurso água no estabelecimento de políticas de outros sectores. Com efeito, em poucas situações este recurso tem sido fator determinante no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, o que tem levado à promoção de situações pouco eficientes na gestão do recurso. Os serviços da DHV no âmbito do PNA visaram a execução dos trabalhos relativos ao Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água - enquadrado por uma seleção de cinco Problemáticas entre as definidas para o PNA 2010:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Problemática 1 - A disponibilidade e a procura de água nos diversos sectores é compatível com o panorama socioeconómico nacional ou existem áreas de conflitualidade com a política da água para as quais é necessária uma articulação e negociação, harmonizadas com as políticas sectoriais?</i> <i>• Problemática 2 - Que cenários podemos identificar como mais prováveis e balizadores das atividades económicas, tendo em conta as variáveis ambientais e económicas mais relevantes?</i> <i>• Problemática 3 - Nos cenários de desenvolvimento sectoriais estão identificados os riscos e impactos derivados da escassez dos recursos hídricos e das incertezas climáticas?</i> <i>• Problemática 4 - Os cenários prospetivos resultantes da análise socioeconómica devem prever as soluções que potenciem os benefícios para sustentabilidade económica e ambiental de cada região e do país? Quais os riscos e impactos associados a essa vocação regional?</i> <i>• Problemática 5 - Cada região do país deve ser vocacionada para fins específicos em função das disponibilidades da água ou estes deverão ser transferidos entre regiões?”³²</i> <p>Tendo sido concluído o Tema Estratégico 3, o Plano Nacional da Água encontra-se em fase de conclusão, sob a responsabilidade da APA.</p>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Cenarização
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Hídricos • População e Desenvolvimento Territorial • Desenvolvimento Regional e Local

³² DHV, S.A.. Ficha de Projeto do Tema Estratégico 3 - Compatibilização de Políticas Sectoriais na Gestão da Água e Vocação Regional da Água do Plano Nacional da Água (E18004).

Grupo EST: Estudos Estratégicos e Outros Planos

Ficha EST_1	Elaboração do Plano Estratégico do Município de Lagos
Entidade	Câmara Municipal de Lagos
Localização	Concelho de Lagos
Data	2004-2005
Empresa	Consórcio DHV, S.A./Intersismet
Descrição do projeto	<p><i>"In view of the need to adopt a management tool for supporting the development process of the entire municipal territory in order to transform Lagos into a socially coherent, competitive, attractive, functional and cultivated municipality, with high quality services and a sustainable environment, the Lagos Municipality has awarded the elaboration of Lagos Strategic Plan to the consortium formed by DHV and Intersismet. In addition to Lagos Strategic Plan, the present work involved the realization of the Environment Municipal Plan and the Tourism Municipal Plan. The work was developed in 5 different phases. For each of these phases, the following reports were delivered: 1st Phase - Pre-diagnosis and organization</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Analysis of the Lagos council dynamics. 2nd Phase - Analysis and internal and external diagnosis</i> <i>• Lagos prospective diagnosis and proposed evolution scenarios;</i> <i>• Divulcation brochures. 3rd Phase – Proposed strategy</i> <i>• Proposed strategy;</i> <i>• Divulcation brochures. 4th Phase - Development</i> <i>• Intervention framework. 5th Phase - Final document</i> <i>• Lagos municipal strategic plan;</i> <i>• Environment municipal plan;</i> <i>• Tourism municipal plan;</i> <i>• Divulcation panels;</i> <i>• Presentation brochures;</i> <i>• Thematic brochures."</i>³³
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos estratégicos e análises socioeconómicas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Planeamento Estratégico • População e Desenvolvimento Territorial • Desenvolvimento Regional e Local

³³ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Elaboração do Plano Estratégico de Lagos* (E11032), versão inglesa.

Ficha EST_2	Estudo de Reordenamento das Áreas Terrestres do Porto Grande e de Valorização dos Espaços Urbano-Portuários da Frente Marítima da Cidade do Mindelo
Entidade	ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Localização	Ilha de São Vicente - Cabo Verde
Data	2003
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“Na linha da política de desenvolvimento e investimento nos portos de Cabo Verde que, nos últimos anos, tem pautado a sua atuação, e consciente da importância estrutural destas infraestruturas no desenvolvimento económico e social de um país insular, fortemente dependente do exterior, a ENAPOR, contratou à DHV a elaboração do Estudo de Reordenamento das Águas Terrestres do Porto Grande e de Valorização dos Espaços Urbano-Portuários da Frente Marítima da Cidade do Mindelo. A melhoria da eficiência das operações portuárias nas diversas valências do Porto Grande (mercadorias, passageiros, cruzeiros, náutica de recreio, pesca e construção/ reparação naval), a rentabilização da área sob jurisdição da ENAPOR, a melhoria da relação porto-cidade e a qualificação da Baía do Mindelo para o turismo foram orientações estratégicas do presente Estudo.</i></p> <p><i>Neste contexto, identificaram-se para o Estudo os seguintes objetivos principais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Assegurar as necessidades de áreas e instalações de apoio às diversas atividades presentes no Porto Grande;</i> • <i>Reorganizar a ocupação da área portuária, avaliando a atual oferta de instalações e identificando oportunidades de reafecção de espaços, reutilização de edifícios e realocação de atividades;</i> • <i>Equacionar a realocação de atividades atualmente presentes na área portuária, em áreas industriais/ comerciais existentes nas imediações do porto;</i> • <i>Definir os usos permitidos nas áreas de segunda linha do porto - indústrias, comerciais, logísticas, de armazenagem ou de prestação de serviços - nomeadamente identificando tipologias de usos e empresas a instalar;</i> • <i>Repensar a articulação entre o porto e a sua envolvente urbana, nomeadamente em termos da acessibilidade rodoviária e disponibilidade de áreas de estacionamento;</i> • <i>Melhorar a articulação porto-cidade e valorizar os espaços de interface urbano-portuário, qualificando o ambiente urbano da frente marítima da baía do Mindelo, nomeadamente através da criação de espaços públicos de recreio e lazer e da reabilitação de áreas portuárias desqualificadas ou degradadas em termos ambientais.”</i>³⁴
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos estratégicos e análises socioeconómicas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Transportes e Mobilidade • Desenvolvimento Regional e Local

³⁴ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do Estudo de Reordenamento das Áreas Terrestres do Porto Grande e de Valorização da Baía do Mindelo (63030).

Ficha EST_3 Master Plans do Porto da Praia e do Porto da Palmeira	
Entidade	ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Localização	Cabo Verde
Data	2003
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<i>“Nos últimos anos, a ENAPOR tem seguido uma política de investimento nos portos de Cabo Verde, tendo em vista a sua ampliação e modernização, preparando-os assim para responder aos aumentos de tráfego que têm registado, em consequência do desenvolvimento do país, nomeadamente, do aumento da procura turística. Visando a resolução dos vários constrangimentos que condicionam o correto funcionamento dos portos da Praia e de Palmeira, a ENAPOR promoveu a elaboração dos respetivos Master Plans. Nestes planos foi apresentado um conjunto de propostas de intervenção nos portos e na sua envolvente próxima, visando a reorganização e expansão da área portuária.”³⁵</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos estratégicos e análises socioeconómicas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Transportes e Mobilidade • Desenvolvimento Regional e Local

³⁵ DHV, S.A.. Ficha de Projeto da *Estudo Económico e Financeiro para os Projetos de Expansão dos Portos da Praia e de Palmeira* (63044).

Ficha EST_4	Plano Integrado da rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo
Entidade	APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.
Localização	Lisboa
Data	2009-2010
Empresa	DHV, S.A.
Descrição do projeto	<p><i>“A APL adjudicou à DHV, em conjunto com a WW - Consultores em Hidráulica e a Bruno Soares Arquitectos, a elaboração do Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo, com o qual se pretendeu definir uma Rede Integrada de Infraestruturas e Equipamentos de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio e Lazer (incluindo o desporto, o turismo náutico, etc.), o qual teve como objetivos específicos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• A construção de uma visão clara e consensual da rede a desenvolver;</i> <i>• Acelerar o processo de aprovação e execução de projetos associados à náutica de recreio;</i> <i>• Garantir a sustentabilidade do modelo assegurando critérios de eficiência e racionalidade na construção, exploração e manutenção das infraestruturas e equipamentos que compunham a rede.</i> <p><i>Assim, o PIRANET assume-se como um plano que segue não apenas uma lógica puramente física, mas que integra uma lógica de serviços através de:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Identificação dos serviços que devem ser assegurados nas diferentes infraestruturas e equipamentos, de acordo com a tipologia das atividades a desenvolver, as características das embarcações e os segmentos da procura;</i> <i>• Estabelecimento dos serviços complementares, que não sendo da responsabilidade direta da APL ou das Câmaras Municipais, são importantes para a atividade da náutica de recreio, como é o caso dos estaleiros de construção e reparação naval, através de uma reflexão sobre as necessidades e as exigências futuras da procura e o potencial existente, quer no que se refere à atração de novas atividades, quer à reconversão de atividades existentes.</i> <p><i>O trabalho elaborado compreendeu 3 fases distintas, mas interrelacionadas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Fase 1: Diagnóstico, identificação da oferta e da procura;</i> <i>• Fase 2: Proposta de rede hierarquizada de infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades náuticas de recreio e lazer e avaliação dos modelos de gestão;</i> <i>• Fase 3: Concretização da rede e definição do modelo de gestão das diferentes infraestruturas e equipamentos que integram a rede. (...).”³⁶</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos estratégicos e análises socioeconómicas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Transportes e Mobilidade • Desenvolvimento Regional e Local

³⁶ DHV, S.A.. Ficha de Projeto do *Plano Integrado da rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo* (E12132).

Ficha EST_5	Programa-Base de construção, instalação e gestão do Parque Natural Regional do Vale do Tua
Entidade	ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (no âmbito de protocolo de colaboração com o Fundo Biodiversidade (EDP))
Localização	Concelhos de Mirandela, Vila Flor, Carraceda de Ansiães, Alijó e Murça
Data	2012-2013
Empresa	Consórcio DHV, S.A./CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
Descrição do projeto	<p><i>“O Projeto-Base destina-se a ser apresentado pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT) ao Diretor do Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (Fundo Biodiversidade, FB), no âmbito do n.º 2 da Cláusula 3.ª do Protocolo assinado entre o FB e a ADRVT. Este protocolo regulamenta a colaboração entre o FB e a ADRVT na operacionalização e gestão dos contributos financeiros do FB consignados na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz-Tua (AHFT).</i></p> <p><i>De acordo com o referido Protocolo, o Projeto-Base tem um horizonte de 12 anos e deverá conter os seguintes elementos (e respetiva estimativa de custos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>a) Estudos, iniciativas e ações a desencadear para alicerçar a criação e instalação do Parque Natural Regional (PNR), tais como estudos de caracterização, diagnóstico da área a incluir no PNR e definição dos objetivos de gestão a prosseguir;</i> <i>b) Visão e justificação para a criação do PNR;</i> <i>c) Proposta e modelo de gestão do PNR, incluindo o seu modo de funcionamento e composição do(s) órgão(s) de gestão;</i> <i>d) Plano trienal de gestão de investimentos;</i> <i>e) Plano anual de gestão de investimentos; e</i> <i>f) Parcerias e participação de outras entidades no projeto do PNR.</i> <p><i>Do ponto de vista operacional, os trabalhos desenvolvidos para atingir os objetivos propostos articulam-se em várias etapas, escalonadas sequencialmente da forma seguinte:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>a) Etapa A: Caracterização da área;</i> <i>b) Etapa B: Diagnóstico integrado e definição de objetivos;</i> <i>c) Etapa C: Proposta de delimitação do PNR;</i> <i>d) Etapa D: Proposta de modelo de gestão;</i> <i>e) Etapa E: Planos trienal e anual de gestão de investimentos;</i> <i>f) Etapa F: Discussão pública/versão final do PNR.”³⁷</i>
Função e tarefas desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos estratégicos e análises socioeconómicas
Relação com unidades curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e Gestão da Zona Costeira • Desenvolvimento Regional e Local

³⁷ DHV, S.A.; CIBIO (2013) . *Programa-Base de Construção, Instalação e Gestão do Parque Natural Regional do Vale do Tua* . Cliente: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

